

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA | UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC/CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE - PPGEduC**

ISABEL SALVIANO DA SILVA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
IRECÊ:
uma análise do Centro Territorial (CETEP)**

**SALVADOR
2016**

ISABEL SALVIANO DA SILVA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
IRECÊ:
uma análise do Centro Territorial (CETEP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia UNEB, no âmbito da Linha de Pesquisa III - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Francisca de Paula Santos da Silva.

**SALVADOR
2016**

Ficha Catalográfica elaborada pelo CDI/UNEB
BIBLIOTECÁRIA Hildete Santos Pita Costa/CRB737-5

S566

Silva, Isabel Salviano da
Educação Profissional no Território de Identidade Irecê
Uma análise do Centro Territorial (CETEP) -Salvador. 2016.
f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Francisca de Paula Santos da Silva.

. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em
Educação e Contemporaneidade

1 Educação Profissional 2.Território de Identidade 3. Centro
Territorial de Educação Profissional Irecê (CETEP)

CDD 378.013

Autorizo a reprodução parcial ou total dessa Dissertação para fins acadêmicos,
desde que seja citada a fonte.

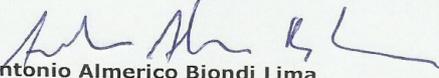
FOLHA DE APROVAÇÃO

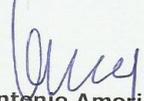
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE: UMA ANÁLISE DO CENTRO TERRITORIAL (CETEP)

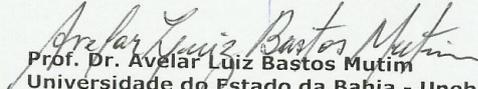
ISABEL SALVIANO DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 20 de abril de 2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


Prof. Dra. Francisca de Paula Santos da Silva
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil


Prof. Dr. Antonio Almerico Biondi Lima
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.


Prof. Dr. Antonio Amorim
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Psicologia.
Universidade de Barcelona, UB, Espanha.


Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Ao Universo, que conspira ao meu favor.
A Antonio Salviano e M^a de Lourdes Silva, minhas fontes de
inspiração.

AGRADECIMENTOS

Ao Sr. Antonio Salviano, meu pai, meu admirador, meu ídolo, minha fortaleza, aquele que sempre está comigo, impulsionando o meu crescimento pessoal, intelectual e profissional. Pai, cada uma de minhas vitórias eu divido com o senhor. À minha mãezinha, Maria de Lourdes, fonte de sabedoria e serenidade, que com suas orações me fortalece a cada amanhecer. Mãe, saiba que mesmo com seu jeito acanhado, és uma guerreira.

A Agenor Luca, que ao longo de 16 anos de idade vem me fazendo lisonjeada em ser mãe de um ser humano tão fascinante e especial como és. Filho, quase perdi a minha vida para te dá vida, saiba que isso me fez mais forte. Conte comigo Sempre!!!

A vida a dois é mais prazerosa quando há cumplicidade... Assim somos nós!!! Não só agradeço, mas também dedico está conquista ao meu amigo, companheiro, marido, Franco Itallo Rodrigues, uma pessoa sublime que adentrou na minha vida de forma surpreendente (agradeço a Deus por isso), e passou a estar lado a lado comigo, me fazendo permanecer firme com meus objetivos, metas e sonhos. Obrigado pela força, respeito, incentivo e pela compreensão durante esta caminhada acadêmica.

Aos meus irmãos, Fátima Salviano, Josefa Salviano, José Airton e Francisco Airton, que estão sempre presentes em minha vida, direcionando muito amor e confiança na minha pessoa.

À querida Professora Doutora Francisca de Paula Santos da Silva, pela disposição em acolher meu projeto e potencializá-lo no desenvolvimento da pesquisa. Agradeço pelos ensinamentos e incentivos constantes. Na oportunidade quero falar da grande admiração que tenho por ti, pelo exemplo de competência e comprometimento.

Aos ilustres professores doutores da Banca Examinadora, Avelar Mutim, Antonio Almerico Lima e Antonio Amorim, que significam muito mais que avaliadores, mas pessoas as quais tenho como referência acadêmica e profissional. Muito obrigado pelas contribuições com minha dissertação.

Agradeço ao Sr. Antonio Almerico Biondi Lima, Superintendente da Educação Profissional da Bahia (minha chefia imediata), pelo incentivo na formação,

acreditando no meu potencial acadêmico e profissional. Meu muito obrigado! Parabéns por significar verdadeiramente Educação Profissional!!!

Às grandes amigas que a SUPROF me possibilitou: Andreia Pereira, Marlene Pimentel, Iléia, Flávia Daniela, Marlene, Anilza, Socorro, Andrea Gomes e especialmente Cassia, Suzana, Mônica e Patrícia, com quem divido todos meus anseios. Em particular, a minha companheira de equipe e amiga Lucélia Dourado, agradeço pelas colaborações e compreensão com meus momentos singulares de tensão.

Possuir amigos verdadeiros é sem dúvida uma dádiva, assim preciso agradecer a alguns amigos especiais... Núbia Paiva e Daélcio Mendonça, por me impulsionarem a buscar sempre o que realmente desejo. Vandielton Trindade, pelo companheirismo, momentos de distrações e discussões teóricas, sem esquecer da troca de saberes sobre a vida.

Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação (Leandro Konder, 2000, p. 112).

RESUMO

Este trabalho tem como escopo principal o debate da relação: Educação Profissional e Território de Identidade, que pretendeu fazer análise da atuação do Centro Territorial de Educação Profissional CETEP no Território de Identidade. Para orientar a pesquisa partiu-se da seguinte questão de que maneira o CETEP-Irecê atua no Território de Identidade de forma a atender as especificidades do contexto onde está inserido, visto que a Educação Profissional da Bahia é pensada a partir das demandas socioeconômicas e ambientais dos Territórios de Identidade. Tendo como objetivo geral analisar a atuação do CETEP-Irecê no Território de Identidade, verificando como este atende às especificidades socioeconômicas e ambientais do contexto no qual está inserido. Os seguintes pontos foram pontuados como objetivos específicos: 1. Identificar e analisar a forma de atuação da gestão escolar desenvolvida no CETEP-Irecê; 2. Investigar a maneira que está sendo implantada a Proposta Curricular no CETEP-Irecê, orientado pelo Plano Estadual de Educação Profissional da Bahia; 3. Analisar a inserção dos egressos 2013 no mundo do trabalho, com ênfase nos cursos de Agropecuária, Enfermagem e Administração. Para atingir os objetivos propostos, foi utilizado o método de estudo de caso, para coleta de informações, fez-se pesquisa documental em documentos dados da instituição, visitas e observações, bem como questionários semiestruturados com parceiros, estudantes egressos dos cursos pesquisados, municípios, colegiado territorial, professores e equipe gestora. Diante da pesquisa realizada conclui-se que o CETEP-Irecê contribui significativamente com tais aspectos, oferecendo alguns cursos que atendem as características do território, não só os que foram aprofundados neste estudo. Mas a gestão do Centro precisa ser fortalecida de forma a aperfeiçoar sua atuação junto ao TI-Irecê e assim efetivar os objetivos educacionais, sociais, ambientais, econômicos e políticos da Educação Profissional da Bahia.

Palavras-Chave: Território de Identidade (TI). Educação Profissional. Irecê. Centro Territorial de Educação Profissional Irecê (CETEP).

ABSTRACT

This work aims to debate the relation of the Professional Education and Identity Territory, what intended to make an analysis of the acting of the Professional Education's Territorial Center, (from now, called Irecê-PETC) at the Identity Territory. To orient the search, it was started from the following problem: How Irecê-PETC acts at the Identity Territory responding the specificities of the context where it is inserted, once the Professional Education is thought from the Identity Territories' socioeconomic and environmental demands. Once its main objective is to analyze the acting of Irecê-PETC at the Identity Territory, verifying how it fills the socioeconomic and environmental specificities in which it is inserted, the following points were highlighted as the specific aims: 1. Identifying and analyzing the scholar headmasters' way of acting developed at Irecê-PETC; 2. Investigating how the Curricular Propose is being implanted at Irecê-PETC, oriented by the Bahia's State Plan of Professional Education; 3. Analyzing the insertion of the dropout students (2013) at the job market, with emphasis at the Agriculture, Nursing, and Administration courses. For getting the proposed aims, it was used the study of case method for collecting information and it was done as well as documental research with data of the institution and survey what were semi structured with partners, students, dropout students, counties, territorial collegiality, teachers and the management team, as well as observation visits. Against the research done, it is stated that the Irecê-PETC contributes significantly those aspects, offering some courses that meet the characteristics of the environment, not only the ones that were highlighted in this study. However, the center's headmasters do need to be strengthened for perfecting their acting with the Irecê- Identity Territory and then, actualize the social, environmental and politics objectives for the Professional Education in Bahia.

Keywords: Identity Territory; Professional Education; Irecê; Irecê-Professional Education's Territorial Center.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa dos Territórios da Bahia.....	29
Figura 2. Território Irecê e seus municípios.....	33
Figura 3. Desenho da proposta Curricular da Educação Profissional Bahia.....	53
Figura 4. Ilustração resumida da Educação Profissional da Bahia.....	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Descrição dos sujeitos da pesquisa	20
Quadro 2 Modalidades de ofertas nos Centros de Educação Profissional	56
Quadro 3 Oferta da Educação Profissional no TI-Irecê no ano de 2015.....	61
Quadro 4. Matrículas 2014 e 2015 no CETEP-Irecê.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Matrícula das Redes Estaduais de Educação Profissional no Brasil, em 2013	52
Gráfico 2 Ampliação das matrículas estaduais no período de quase 09 anos	55
Gráfico 3 Matrículas da Educação Profissional por Territórios de Identidade 2015 ..	56
Gráfico 4 Ofertas das formas de articulação de ensino.....	57
Gráfico 5 Matrículas por Eixos Tecnológicos 2015.1.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Descrição dos sujeitos da pesquisa	23
Tabela 2. Quantitativo de egressos do CETEP-Irecê.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAI	Associação Baiana dos Anciões de Irecê
ACI	Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Irecê
ADAB	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEEP	Centro Estadual de Educação Profissional
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEFET-BA	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CENTEC	Centro de Educação Tecnológica da Bahia
CETEP	Centro Territorial de Educação Profissional
COOPAF	Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar no Estado da Bahia
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EP	Educação Profissional
EPI	Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio
ESAGRI	Escola de Agricultura da Região de Irecê
ETFBA	Escola Técnica Federal da Bahia
ETS	Escola Técnica de Salvador
EUA	Estados Unidos da América
FTE	Formação Técnica Específica
FTG	Formação Técnica Geral
HRI	Hospital Regional de Irecê
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MIN	Ministério de Integração Nacional
ONG	Organização Não Governamental
PEEP	Plano Estadual de Educação Profissional
PNPB	Plano nacional de Produção e uso do Biodiesel
PNQ/MTE	Programa Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego
PPA	Plano Plurianual Participativo
PROEJA	Educação Profissional na Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Reforma da Educação Profissional
PROJOVEM URBANO	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROSUB	Educação Profissional Subsequente
PSF	Posto de saúde da Família
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT/MIC	Secretaria de Cultura / Ministério da Cultura
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAC	Serviço Nacional de aprendizagem do Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SEPLANTEC	Superintendência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte
SGE	Sistema de Gestão Escolar
SUPROF	Superintendência de Educação Profissional
TI	Território de Identidade
TOPA	Todos pela Alfabetização
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	25
2.1. BAHIA E SEUS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	25
2.2. CONTEXTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE IRECÊ.....	32
3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NA BAHIA	40
3.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO	40
3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	45
3.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DA BAHIA	49
4 CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL IRECÊ	59
4.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	60
4.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO CETEP-IRECÊ	66
4.3 CARACTERIZAÇÃO DO <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA	69
4.4. A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CETEP-IRECÊ	76
5 ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO CETEP-IRECÊ NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	81
5.1. CONTRIBUIÇÕES DO CETEP PARA O TI-IRECÊ	84
5.2. PROPOSTA CURRICULAR DO CETEP, NORTEADA PELO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	90
5.3 INSERÇÃO DOS EGRESSOS: AGROPECUÁRIA, ENFERMAGEM E ADMINISTRAÇÃO	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICES	108
Apêndice I Termo de Consentimento Livre	109
Apêndice II Questionários Semiestruturados	112
Apêndice II – A. Questionário Semiestruturado (Alunos Egressos)	112
Apêndice II – B. Questionário Semiestruturado (Professores)	114
Apêndice II – C. Questionário Semiestruturado (Equipe Gestora)	116
Apêndice II – D. Questionário Semiestruturado (Território de Identidade)	118
Apêndice II – E. Questionário Semiestruturado (Prefeituras	120
Apêndice II – F. Questionário Semiestruturado (Parceiros)	122
Apêndice III. Planilha 1 – Denominação dos Territórios de Identidade da Bahia ...	124
Apêndice IV. Planilha 2 – Municípios do Território de Identidade Irecê	127
Apêndice V. Planilha de Oferta da Educação Profissional no CETEP-Irecê, período 2010 a 2015	128
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

O mérito desta pesquisa surgiu na caminhada profissional, onde a autora encontrou elementos que a instigou aprofundar os conhecimentos acerca da Educação Profissional, na qual desenvolve trabalhos de acompanhamento e monitoramento há cerca de seis anos. Já atuando há 12 anos no serviço público, em diversos segmentos, políticas públicas e redes educacionais, atualmente a autora desenvolve trabalhos como Coordenadora da Educação Profissional da Bahia, através da Superintendência de Desenvolvimento da Educação Profissional (SUPROF), monitorando as ações desta modalidade nos Territórios de Identidade (TI) Irecê, Chapada Diamantina e Piemonte do Paraguaçu.

A Educação Profissional no Brasil vem se configurando como uma ferramenta de contribuição com o desenvolvimento do País. Isso porque a contemporaneidade está sendo marcada por transformações sociais, tecnológicas, econômicas, culturais e políticas advindas do processo de reestruturação produtiva, da informatização, do neoliberalismo e da globalização, apresentando assim um cenário de avanço social, onde a educação precisa estar vinculada ao trabalho.

Nas duas maiores legislações Brasileiras vigentes relacionadas à sociedade e educação temos vinculado “Educação e Trabalho” assegurados na Constituição Federal 1988 e posteriormente regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, nº 9.394/96, no artigo 1º que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”. Após estas legislações outras tantas foram criadas subsidiadas pelas citadas, o que poderá ser identificado no capítulo 3 desta Dissertação.

No estado da Bahia desde o ano de 1909 vem sendo oferecido cursos de qualificação profissional, pois todos os estados brasileiros tinham Escola de Aprendiz Artífices. Mas no contexto contemporâneo, foi em 2007 que o estado começou a desenvolver ações para o avanço atual desta modalidade, ofertando a Educação Profissional (EP) em todos os 27 Territórios de Identidade (TI) através dos trabalhos da SUPROF, que assume a educação como direito de todos.

Segundo a Superintendência, a proposta de territorialização da EP é estratégia de inclusão de estudantes e trabalhadores baianos no interior do estado, pois é ofertada conforme as especificidades dos TI's. Com isso a proposta é que os jovens e trabalhadores não precisarão migrar a procura de oportunidades em outras

localidades, distantes de suas raízes, contribuindo assim, com o desenvolvimento local sustentável dos TÍ's.

Os territórios de Identidades são espaços geográficos sociais que foram pensados a partir dos aspectos econômicos, políticos, culturais. Em linhas gerais, o governo organizou o estado desta forma para que a participação da sociedade civil, em todas as etapas sociais fosse efetiva, pois os TÍ's são espaços de história, crenças, valores e traz em si a busca pela coesão social. Assim tem enraizadas as vivências de seus antepassados. A Educação Profissional contemporânea se sustenta nas demandas sociais e econômicas da sociedade, assim o estado interliga estas duas categorias para contribuir com o desenvolvimento.

Atuando na coordenação da Educação Profissional nos Territórios de Identidade, vinculada a Superintendência, o foco é o acompanhamento dos aspectos técnicos, administrativos e pedagógicos dos Centros de Educação Profissional. Assim, foi possível observar potencialidades e lacunas no desenvolvimento desta política pública permanente de estado, deparando-se com demandas, sendo elas pedagógicas, financeiras e/ou administrativas, algumas que causaram mais inquietudes que outras, como em qualquer segmento educacional.

As demandas identificadas podem ser citadas a partir dos seguintes segmentos educacionais: a) Sistema Nacional de Educação – laboratórios equipados para aulas práticas de químicas, físicas, biologia e específicas do eixo/curso; recursos para alunos do Subsequente (PROSUB); livros para as áreas específicas, dentre outros. b) Secretaria Estadual da Educação - liberações de cursos para os Centros e Unidades Compartilhadas sem analisar especificidades do Território; falta de professores efetivos, causando rotatividade e prejuízos pedagógicos; falta de professores das áreas específicas; formação pedagógica continuada para a rede, dentre outros. c) Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) – Dificuldades com convênios para estágios; aplicação da proposta de Educação Profissional da Bahia; Falta de articulação entre as equipes gestoras; Ingerências financeiras; Implementação dos Colegiados; Ausência de planejamento pedagógico coletivo; interação CETEP-TI; dentre outros.

Assim, a pesquisa em questão teve como foco a integração da Educação Profissional e o Território de Identidade, a partir do seguinte problema: De que maneira o CETEP Irecê atua no Território de Identidade de forma a atender as especificidades do contexto onde está inserido, visto que a Educação Profissional da

Bahia é pensada a partir das demandas socioeconômicas e ambientais dos Territórios de Identidade.

O objetivo geral desta investigação foi analisar a atuação do CETEP-Irecê no Território de Identidade, verificando como este atende às especificidades socioeconômicas e ambientais do contexto no qual está inserido. Para realização da pesquisa levantou-se os seguintes objetivos específicos: 1. Identificar e analisar a forma de atuação da gestão escolar desenvolvida no CETEP-Irecê; 2. Investigar a maneira que está sendo implantada a Proposta Curricular no CETEP-Irecê, orientado pelo Plano Estadual de Educação Profissional da Bahia; 3. Analisar a inserção dos egressos 2013 no mundo do trabalho, com ênfase nos cursos de Agropecuária, Enfermagem e Administração.

Com base nesses objetivos formulou-se as seguintes questões norteadoras: 1. Como as políticas públicas de Educação Profissional da Bahia estão sendo desenvolvidas nos Territórios de Identidade? 2. Como a gestão dos Centros de EP se organiza, de maneira a desenvolver suas ações de forma democrática? 3. Como são demandados os cursos oferecidos no CETEP-Irecê? 4. O CETEP-Irecê tem momentos de formação e debate sobre a proposta da Educação Profissional do estado da Bahia? 5. De que maneira o Colegiado territorial do Irecê tem se feito presente nas ações do CETEP e vice-versa? 6. O mercado de trabalho do TI-Irecê está absorvendo os egressos do CETEP?

Atualmente todos os TÍ's da Bahia oferecem EP, mas nesta pesquisa foi analisada a implantação em apenas um território, assim foi feita uma pesquisa qualitativa que considera não só os elementos pesquisados, mas todo o entorno de que se quer pesquisar, além de possibilitar a utilização de variados métodos e estratégias de coletas de dados para alcançar os objetivos, assim como afirma Steban (2010), desta maneira foi selecionado o método estudo de caso, para contribuir com processo investigativo.

Optou-se pela abordagem metodológica de Estudo de Caso por melhor atender as demandas de pesquisa, Yin (2015) conceitua o Estudo de caso como sendo uma estratégia metodológica muito utilizada nas pesquisas de Ciências Sociais, por ser um método que estuda fenômenos contemporâneos para além dos elementos históricos de um "caso" específico.

O método Estudo de Caso abrange planejamento, técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos. De acordo com André (2005), o estudo de caso realiza-se

em três fases: a *fase exploratória*, onde o pesquisador adentra na situação a ser investigada para definição do caso, levantamento de questões, estabelecimento de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. A fase de *coleta de dados*, que é a busca de informações sobre o objeto e a fase de *análise sistemática dos dados*, análise crítica dos dados encontrados. Vale ressaltar que estas fases não têm tempo determinados, variando de acordo com a necessidade no desenrolar da pesquisa.

No caso da pesquisa desenvolvida, definiu-se as seguintes estratégias: elaboração do projeto de pesquisa, com delimitação da problemática e da metodologia a serem utilizadas; estudos teóricos, para conceituações; pesquisa *in loco*, a fim colher dados e informações para a compreensão da atuação do CETEP-Irecê junto à comunidade do Território e descrição dos achados da investigação, o que culminou na dissertação aqui apresentada.

Como procedimentos técnico-metodológicos para coleta de dados e informações foram feitas observações *in loco*, pesquisa documental e aplicação de questionários semiestruturado.

Dentre os documentos analisados, pode ser citado o Projeto Político Pedagógico (PPP), por permitir a identificação e análise da concepção adotada pela instituição que orienta a tomada de decisões em âmbito administrativo e principalmente pedagógico. Ainda no documento foi possível analisar a compreensão da proposta curricular inclusa no projeto, que deveria ser orientado pelo Plano Estadual de Educação Profissional. Este estudo esteve voltado principalmente para o alcance do objetivo específico que trata da proposta curricular. Outra fonte de informações foram os Mapas de Classes dos anos de 2010 a 2015 que possibilitaram análise das matrículas no CETEP-Irecê desde a transformação em Centro e a sondagem dos cursos ofertados que pressupõe a ligação com as demandas do TI. Estes dados contribuiriam com o objetivo específico que se refere aos alunos egressos.

Para a realização de levantamento de informações secundárias foram realizados questionários semiestruturados (ver Apêndice II), estratégia muito utilizada quando se quer atingir uma maior quantidade de sujeitos. O questionário favorece tanto o pesquisador quanto o informante no processo de coleta de dados, pois com o mesmo é possível chegar a mais pessoas que possam fornecer dados para a compreensão do objeto pesquisado, o instrumento favorece a sistematização, comparação e análise dos resultados, Silva (2012). De tal modo, a tática trouxe

elementos imprescindíveis para a construção do quadro de leitura que reflete sobre a atuação do CETEP no TI-Irecê.

Os sujeitos da pesquisa se constituíram de 23 pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a EP no TI-Irecê e foram escolhidos de forma a diversificar os olhares sobre o objeto, sendo selecionadas equipe gestora, alunos egressos, professores e parceiros do CETEP-Irecê, bem como sujeitos do poder público e do Colegiado do TI-Irecê para amostragem, que será apresentada ao final desta dissertação.

Após algumas visitas e identificação dos cursos oferecidos, bem como a oferta e as demandas territoriais e para atender ao objetivo que trará dos egressos do Centro, foi necessário delimitar o olhar de investigação para três cursos: Agropecuária, Enfermagem e Administração, com conclusão em 2013. O ano 2013 se justifica por ter sido a conclusão dos primeiros cursos após a transformação em CETEP (a resolução da implantação é de 2009, mas relatos dos professores afirmam que só ocorrerão as adequações como tal em 2010) e por ser considerar o período de dois anos, tempo hábil para que os egressos já estivessem, ou não, imbuídos no Mundo do Trabalho a partir do curso realizado. A escolha dos cursos também tem explicação na História do Centro e nas demandas territoriais, como segue descrito abaixo.

Eixos e os respectivos cursos pesquisados:

- *Eixo I Recursos Naturais – Curso Agropecuária.* Em sua história como Escola Agrícola, esse era o único curso ofertado, pois a região tem a agricultura como sendo impulsionador da economia local. Ao se transformar em CETEP este curso continua sendo um dos mais procurados;
- *Eixo II Ambiente e Saúde – Curso Enfermagem.* Este foi um dos eixos instituídos com a mudança e desde então vem sempre sendo muito procurado pela população, pois o campo da saúde tem garantido parte da inserção profissional dos egressos, isso porque a educação atual perpassa a ideia de trabalhos apenas em ambientes hospitalares;
- *Eixo III Gestão e Negócios – Curso Administração.* O território Irecê tem muitos municípios em ascensão econômica, principalmente a cidade Irecê que oferece diversos produtos e serviços para além das cidades

do Território, munícipes de outras cidades vem trabalhar nela. Outros fatores são: empresas, clinicas e lojas, o comércio é extremamente ativo.

Em seguida o quadro com a descrição dos sujeitos da pesquisa, que representa as intenções da pesquisadora, que buscou ao máximo a diversidade de olhares para responder as indagações levantadas.

Quadro 1 Descrição dos sujeitos da pesquisa.

	Sujeitos	Instrumento de coleta	Total	Discrição
1.	Alunos Egressos	Questionário	6	Alunos egressos 2013, 2 de Agropecuária, 2 de Enfermagem e 2 de Administração.
2.	Professores	Questionário	4	1 Professor de cada curso selecionado de disciplinas específicas, totalizando 3 e 1 professor de disciplinas comum a todos os cursos.
3.	Gestão do CETEP	Questionário	4	1 diretor, 1 vice-diretor Pedagógico, 1 vice-diretor Mundo do Trabalho, 1 vice-diretor Administrativo Financeiro.
4.	Território	Questionário	1	1 Agente do Colegiado Territorial CODETER Irecê.
5.	Prefeituras	Questionário	5	Prefeituras dos municípios/cidades: Irecê, Jussara, Lapão e Ibititá e João Dourado.
6.	Parceiros	Questionário	3	1 Associação Comercial, Industrial e Agropecuária do Irecê (ACI), 1 Hospital Regional da cidade de Irecê (HRI), 1 Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)
Total de sujeitos			23	

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

O trabalho que aqui se apresenta está organizado em cinco capítulos, o primeiro traz a introdução com descrição da estrutura do trabalho. Neste ponto apresenta-se a metodologia utilizada no desenvolvimento da investigação realizada. Apresentam-se como principais aportes teóricos Marli André (2005); Minayo (2010), Miranda (2010); Robert Yin (2015), Bernadete Gatti (2012); Martins (2008); Ludke e André (2012). Documento: Mapas de Classe com matriculas 2010 a 2015.

O segundo trata da contextualização do Território de Identidade, onde faz parte os elementos históricos, constitucionais sobre os TI's da Bahia e especificamente o TI Irecê. Utilizou-se as seguintes referências para a sustentação da discussão, Milton Santos (1978), (1996), (2000), (2008); Carlos Brandão (2012); Jackson Rubem (1999); Avelar Mutim (2007), Alfredo da Matta (2013). Documentos: PPA 2012-215 e Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PTDS).

No terceiro capítulo, apresenta-se a abordagem sobre Trabalho e Educação e a integração destas duas categorias. A Educação Profissional, considerando o contexto histórico no Brasil e Bahia. Os principais aportes teóricos foram Silvia Manfredi (2002); Antonio Gramsci (1967); Marcos Martins (2008); Acácia Kuenzer (1999), (2009); Luiz Antonio Cunha (2005); Gaudêncio Frigotto (2007); Maria Chiavata (2012); José Silva Lessa (2002); Ricardo Antunes (2011); Dermeval Saviani (2013); Almerico Biondi Lima (2011).

No quarto capítulo, apresenta-se o *lócus* da pesquisa, onde será exibido o contexto histórico e a transformação do CETEP-Irecê, bem como a proposta de gestão implantada pelo estado da Bahia, no Centro em questão. Alguns pesquisadores ofereceram elementos que são agregados as observações, para a descrição do Centro: Marcio Machado (2013), Ancelmo Souza (2009) e Heron Souza (2009), Heloisa Luck (1991), (2006); Monteiro e Motta (2013); Carlos Libâneo (2004); Francisca de Paula Santos da Silva (2005), (2012); Vitor Paro (2006), (2007); Katia Freitas (1999); Anízio Teixeira (1969). Documentos: Legislação Básica da Educação Profissional 2010-2011, LDB nº 9.394/96. Documentos: Dados disponibilizados pela SUPROF; Plano de Educação Profissional do Estado da Bahia; Mapa de Classe com matrículas 2010 a 2015; Ementário dos Cursos abordados na pesquisa.

E para concluir, no quinto capítulo, descreve-se a imersão da pesquisadora *in loco* e os achados da investigação, bem como as conclusões acerca do problema pesquisado. No campo teórico foi utilizado Paulo Freire (2011); Caio Antunes (2012); István Mészáros (2008), Mario Sergio Micheliszyn (2010); Dermeval Saviani (2011), (2013); Antonio Ney (2008); Anízio Teixeira (1969); Francisca de Paula Santos da Silva (2005), dentre outros já mencionados. Documentos: Plano de Educação Profissional do Estado da Bahia; Projeto Político Pedagógico (PPP), Mapa de Classe com matrículas 2010 a 2015; Ementário dos Cursos abordados na pesquisa.

2 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

[...] chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi [...]

Milton Santos (2000, p.96)

É na perspectiva de Identidade que percorrerá este capítulo, onde serão apresentadas características da Bahia e seus Territórios de Identidade, em especial será exposto o Território de Identidade Irecê. Este percurso se faz necessário para contextualização inicial do campo pesquisado.

2.1 BAHIA E SEUS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

O estado da Bahia, localizado na região nordeste do Brasil, tem quase 565 km² de área. São 417 municípios que totalizam 15.126.371 habitantes. A vegetação predominante é a caatinga e cerca de 70% da área estadual encontra-se na região do semiárido. Trata-se, então, de um estado que possui uma diversidade de paisagens, modos de vida e atividades econômicas.

A Bahia tem uma extensa área geográfica, sendo classificado como um dos maiores estados do Brasil, segundo Furlan (2014), seu território apresenta diversas características econômicas, geográficas, sociais e culturais. A fim de agrupar cidades tão variadas, o governo instituiu em 2007 uma divisão norteada por um conceito que classifica os agrupamentos em Territórios de Identidade. Para compreender a formação e os conceitos desses, faz-se necessário perpassar por aspectos gerais da Bahia.

Foi na Bahia que os portugueses desembarcaram para colonizar o Brasil, “[...] este é o território que os portugueses descobrem e colonizam desde 1500, onde encontram povos indígenas que tinham suas vidas reguladas por esses ambientes e contextos ecológicos.” (MATTA, p.15, 2013). Como bem ressalta o autor, quando os portugueses chegaram nestas terras já era um território habitado, mas dados históricos afirmam que o estado começou a ser povoado oficialmente apenas em

1534, com o então primeiro governador-geral Tomé de Souza. Sua capital, Salvador, foi a primeira reconhecida nacionalmente, e oferece belezas peculiares com destaques mundiais nos cenários artístico, turístico e ecológico. Ao tratar da parte ecológica não se pode deixar de falar no rio São Francisco que foi um dos responsáveis pela povoação no interior do estado.

O rio São Francisco contribui com o desenvolvimento econômico não só dos baianos, pois apesar de ter boa parte de seu leito no estado, a nascente se localiza em Minas Gerais e desemboca no mar, entre Sergipe e Alagoas. Nas margens do rio se formam comunidades ribeirinhas e cidades, que dele tira parte do sustento com abastecimento de água, pesca, transporte, irrigação e outros. Vale ressaltar que além desta bacia hidrográfica ainda temos os rios Paraguaçu, de Contas, Preto e Jacuípe, que estão localizados na Bahia, estando esses rios espalhados pelo estado.

Muitos dos territórios estão à margem destas águas e se utilizam delas para o desenvolvimento econômico, cita-se a bacia do Rio Grande que está localizada no Oeste. A Bacia do Rio Corrente é um dos territórios nomeados a partir da hidrografia do Território, assim como a Bacia do Paramirim, Médio Rio de Contas, Sertão do São Francisco, Piemonte do Paraguaçu e o Piemonte Norte do Itapicuru.

No cenário econômico, a concentração no setor financeiro, a expansão da produção industrial e o crescimento bruto das economias emergentes constituem os novos tempos. Atualmente, o estado tem sua economia centralizada na produção industrial, no turismo e setor agrícola. No semiárido, há ainda a presença da caprinocultura, do sisal e biodiesel, fornecendo produtos/matéria para todo o país. Com isso, é possível afirmar a necessidade de articulação entre micros e pequenos empreendimentos e a agricultura familiar para que assim possam ser gerados emprego, ocupação e renda com inclusão e equidade em todos os TI's, não apenas nos grandes centros e assim, poderá falar em desenvolvimento sustentável.

Outro vetor econômico forte, também identificado na Bahia, é a mineração, onde grande parte do estado se beneficia dos minérios mapeados, Furlan (2014). Nos últimos anos o estado vem se destacando por ser o quinto maior produtor de minerais, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico ainda agrega o grande poder de produção de cobre, água mineral, pedras preciosas e rochas ornamentais.

Falar sobre desenvolvimento é um risco recorrente, pois geralmente esse está atrelado a algo específico, ou ao lugar de onde se fala. No dicionário Aurélio é

conceituado como “1. Ato, processo ou efeito de desenvolver. 2. Crescimento, progresso” (FERREIRA, 2004, p.304). Neste trabalho a categoria desenvolvimento está ligada ao ato humano, a ações que possam contribuir com o avanço da humanidade mundial e local. Mourthé (2006) associa o desenvolvimento “[...] o acesso ao trabalho, ao conhecimento e aos bens culturais e materiais, necessários à realização humana” (IBIDEM p. 46), sendo uma ação humana, não pode se distanciar de aspectos educacionais, pois por meio da educação, o indivíduo amplia seu campo intelectual, contribuindo assim para o desenvolvimento.

Assim, fez-se a opção em utilizar conceito que se assemelha ao de desenvolvimento sustentável, ou seja, o desenvolvimento que permite utilizar todos os recursos para as necessidades e avanços da humanidade atual sem comprometer o ambiente para as gerações futuras. De tal modo, quando se fala do desenvolvimento da Bahia, devem-se incluir todos os aspectos: econômicos, sociais, culturais, geográficos, ambiental, educacionais e tecnológicos.

O desenvolvimento econômico não significa desenvolvimento social, mesmo um contribuindo diretamente com o outro. Nessa perspectiva, faz-se necessário averiguar de que forma a população está se beneficiando desse avanço, pois vemos um país, um estado, com má distribuição de renda, com fraquezas, sobretudo, nos campos da educação, saúde e emprego. Pressupõe ser por isso que a EP esteja difundida como será apresentado no capítulo seguinte. Talvez, para buscar o mínimo de equilíbrio que o estado ao propor um plano de desenvolvimento tenha escolhido o agrupamento do estado em TI's, para fortalecer e chamar a população para se reconhecer com suas identidades.

A Bahia, em 1974 cria a lei nº 08/74 onde institui a Subsecretaria de Planejamento, com objetivo de pensar e elaborar planos de desenvolvimento econômico do estado, isso envolvendo os aspectos sociais, culturais, científicos e tecnológicos, mesmo não os considerando todos conjuntamente. Décadas depois, em 2001 foi criada a Superintendência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (Seplantec), que posteriormente foi denominada Secretaria de Planejamento (SEPLAN) existente até os dias atuais, com a finalidade de executar as funções de planejar atividades referentes à divisão territorial do estado.

Em detrimento da conjuntura econômico-social da Bahia, algumas regiões começam a se destacar com significativas demandas voltadas principalmente para o cultivo da terra como meio de subsistência. Antes de ser disseminada a política de

desenvolvimento equilibrado, alguns municípios ao buscar melhorias e investimentos, se percebem sem atendimento pelas políticas nacionais e estaduais que contribuam para o avanço das comunidades, tais como: agricultura familiar, profissionalização, saneamento básico, dentre outros, sendo assim, algumas estratégias de organização regional passam a ser criadas para atender as demandas da sociedade.

Na verdade, a política de desenvolvimento por meio de territórios ou eixos territoriais já estava em discussão na Bahia, através do Plano Plurianual (PPA), lei nº 7.525/99. O primeiro PPA realizou planejamento para o período de 2000 – 2003. O PPA desse período explanava sobre contornos gerais a serem seguidos pelas próximas políticas territoriais, que de certa forma havia muito privilegio para o capital privado e interesses da classe econômica. Apresentava também o processo de globalização e a maneira de organização da produção. Vale ressaltar que todo PPA deve ser pensado para atender a partir do segundo ano de uma gestão e o primeiro da gestão seguinte, assim o planejamento oferece subsídios para as decisões políticas do governo atual.

Após três anos, depois da mudança de gestão para uma frente oposicionista, com o discurso voltado para a diminuição das desigualdades regionais e melhoria dos indicadores sociais, a Bahia passa a ser planejada de forma a estreitar a ligação entre o estado e as comunidades.

Assim, uma das ações implantadas foi a divisão da Bahia em Territórios de Identidade, decreto 12.354/10, com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social do estado em conformidade com os programas e ações dos governos Federal, Estadual e Municipal, tendo como objetivo elaborar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, para garantir a integração das políticas públicas, ampliação da participação social e valorização das diversidades sociais.

O governo adota e reconhece a perspectiva territorial como fator de desenvolvimento social, agrupando os municípios de acordo as diversas identificações, tomando como conceituação de território a visão do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), adotada pela SEPLAN, a partir da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Estes territórios foram organizados levando em consideração as proximidades e características para que a partir destes aspectos, a população pudesse reconhecer

sua identidade, ampliando assim as possibilidades de coesão social. A SEPLAN tem a seguinte conceituação sobre a política territorial:

O território é conceituado como um espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, as instituições e, uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SEPLAN Bahia, 2015).

Os critérios que classificam os territórios são multidimensionais, como diz a Secretaria, mas aparentemente o que prevaleceu foram as características geográficas em alguns territórios. Isso somando o que foi posto na citação e analisando o mapa a seguir, onde é possível identificar territórios com disparidades de tamanho, com cidades distantes que se questiona de que maneira é identificada a identidade da população e em que momento a mesma se construiu e se constrói.

Figura 1. Mapa dos Territórios da Bahia



Para aprofundamento ou averiguação, encontra-se em anexo, uma planilha com a abrangência de cada território de identidade, listado com os respectivos municípios. Vale ressaltar, que existem discussões entre os próprios territórios, para dissociar ou incluir municípios. A cada quatro anos, ou seja, a cada PPA, são aceitas modificações.

Ao se questionar sobre o conceito de território, o primeiro referencial que se pensa em buscar é na geografia, que o trata no sentido político-administrativo, ou

seja, está ligado aos limites espaciais de um país, estado ou município. No dicionário Aurélio, diz-se que:

Ter.ri.tó.ri:o *sm.* 1. Extensão considerável de terra. 2. A área dum país, província, etc. 3. *Jur.* Base geográfica do Estado (solo, rios, lagos, baías, portos, etc.) sobre a qual exerce ele a sua soberania. Ter.ri.to.ri.al *adj* 2g. 1. Relativo a território. 2. Que é considerado parte do território de um Estado, e sobre seu poder ou jurisdição: *águas territoriais*. [P1: -ais.] (FERREIRA, Aurélio, 2004, p. 774)

Na perspectiva geográfica e materialista, Milton Santos (1978), parte do princípio de que é impossível uma definição única para território e espaço pela diversidade de acepções sobre esses dois termos que não podem ser compreendidos em separados. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (SANTOS, 1978, p.122), e continua discorrendo em outros pontos da obra:

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (IBIDEM, p. 171)

[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (IBIDEM p. 145).

Ainda, para Santos (1978), o espaço carece de ser considerado como totalidade, como conjunto de relações sociais elaboradas de forma ampla na geografia nos anos 1970-1980 em países como a França, EUA e Brasil, considerava como categoria importante na utilização de princípios do materialismo histórico e dialético, tornando o território uma estrutura organizada pelo homem, lugar de trabalho, moradia, vida. Assim, o uso do território pelo povo cria o espaço.

Território não pode ser então considerado forma decisiva e organizada do espaço, mas sim um lugar com contexto onde se realizam atividades humanas criadas a partir da herança de um povo. De tal forma, os indivíduos compõem e caracterizam o território para além do espaço, gerando valores de múltiplas naturezas, tais como: culturais, antropológicos, econômicos, sociais e financeiros,

caracterizando assim, suas próprias identidades, se fortalecendo enquanto poder social. “Território envolve, necessariamente arbítrio, criação, nexos, poder.” (BRANDÃO, 2007, p. 37). Poder é uma acepção presente na vida territorial que perpassa por uma relação entre pessoas e intervenções do estado em prol de ações conjuntas em benefício de algo comum.

O território de identidade pode ser percebido como:

Nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque de desenvolvimento territorial torna-se, portanto, um modo de ação que valoriza os atributos políticos e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes. Governança local e participação social tornam-se, neste sentido, atributos do desenvolvimento territorial. (SCHNEIDER, 2004, p. 13)

Logo, o foco do conceito de desenvolvimento territorial refere-se aos processos de articulação dos diferentes atores sociais, econômicos e institucionais, assim como abarca aspectos como participação, autonomia, redes de cooperação, laços de confiança, sustentabilidade, autogestão, empoderamento, autonomia, etc.

O termo identidade está intrinsecamente ligado ao território, não só por conta da organização estrutural da Bahia, mas neste estudo teve seu sentido justificado nessa premissa, pois foi feito em um dos TÍ's da Bahia. Então será definido no sentido de pertencimento e no sistema de racionalidades locais obtidos pelas características da relação entre os sujeitos do mesmo espaço geográfico, o que possibilita buscar políticas públicas e contribuição com a gestão social, conciliando interesses e lançando estratégias territoriais para o desenvolvimento:

Além disso, e não menos importante, a identidade ajuda a resgatar tradições e práticas sociais, manifestações culturais e paisagens naturais, valorizando aspectos endógenos, fundamentais para a recuperação da autoestima e para a concretização de sonhos dos atores locais. (PERICO, 2009, p.17)

Sendo assim, percebe-se que se trata de um cenário onde o sentimento de pertencimento precisa ser trabalhado de forma articulada nas pessoas que vivem no território, assim também como respeitadas as identidades existentes, por se tratar de um espaço historicamente construído. Ao compreender o território como espaço constituído socialmente, o mesmo pode ser uma ferramenta de desenvolvimento econômico social.

Desse modo, pela implementação do programa territorial acima descrito, a Bahia aposta numa nova proposta para ações de planejamento, abalizada nos princípios da sustentabilidade, partindo da conjectura do desenvolvimento para atuar nas disparidades socioeconômicas. Saber se esta política vem sendo, conjuntamente, implementada pelos órgãos estaduais é que não se sabe ao certo, pois, apesar de ser instituída em 2010, apenas no final de 2014 a Secretaria de Educação do Estado passa a se organizar a partir dos TI's, e outras questões ainda podem surgir, tais como: a população do território se identifica com suas identidades? Está havendo disputas territoriais? Houve prejuízos para a população? As demandas da população apresentadas no PPA (2012-2015) estão sendo trabalhadas/atendidas? Como está acontecendo o processo de avaliação desta política territorial na Bahia? Dentre essas, outras questões que não são respondidas nesta pesquisa.

A fim de estabelecer um espaço de caráter consultivo e assessoramento dos TI's, em 2011, com alterações em 2014, foi instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) formado por representações de sindicatos, movimentos sociais, instituições públicas, organizações não-governamentais, iniciativa privada, representantes dos Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal. Este Colegiado tem a finalidade de promover discussões, elaborar e executar políticas territoriais, bem como fomentar a valorização das diversidades locais, ampliar a qualificação dos mecanismos de participação, dentre outras. Um exemplo de participação é o PPA¹, que em 2015 estava sendo elaborado o período 2016-2019, onde se estão discutindo as especificidades dos TI's e avaliando as demandas para este período, junto as comunidades de cada território.

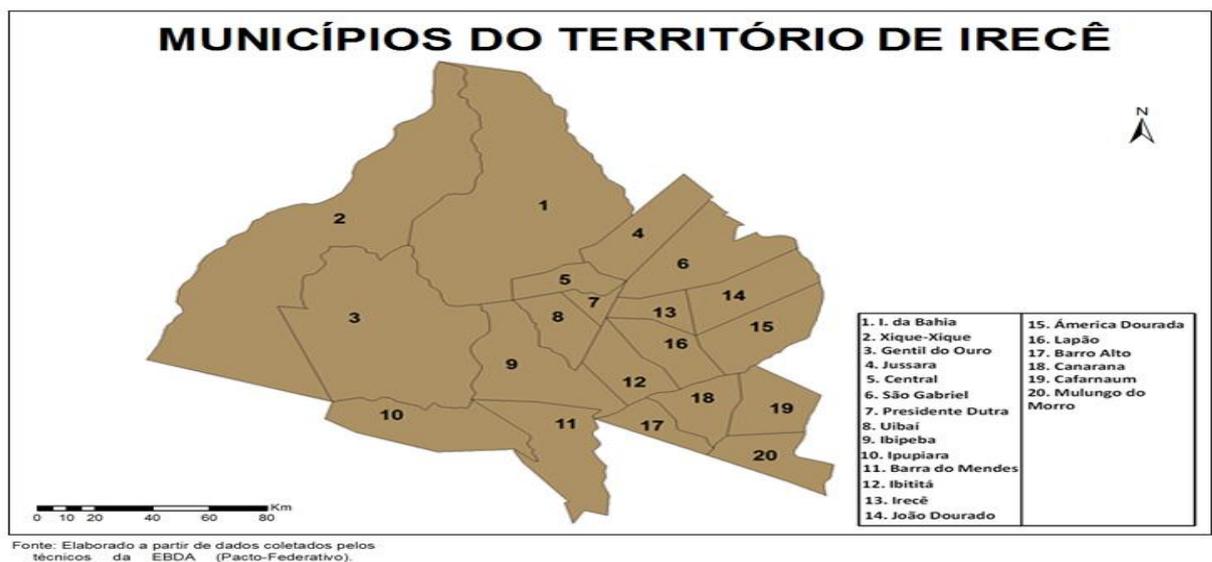
2.2 CONTEXTO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE - IRECÊ

¹ “O Plano Plurianual Anual (PPA) é o instrumento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, considerando as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada. O Governo do Estado da Bahia entende que o PPA deve se configurar como um documento político, pactuado e utilizado estrategicamente por todas as instâncias e, seguindo o objetivo de fortalecer a sinergia para o PPA. Suas principais diretrizes norteadoras são: Fortalecimento da dimensão estratégica; Fortalecimento da dimensão territorial; Fortalecimento como instrumento da articulação setorial; Aproximação com os planos setoriais e sistemas estaduais; Ampliação da participação social no planejamento”. PPA Bahia 2016 – 2019. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/>, Acesso 02 de Julho de 2015.

O Território de Identidade Irecê está situado no Centro Oeste da Bahia, na zona fisiográfica da Chapada Diamantina Setentrional, acerca de 400km da capital Salvador. Superfície territorial de 7.490,8km, o que significa 4,6% do estado da Bahia, é composto por 20 municípios com população estimada em 434.977, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014. Faz fronteira ao Norte com o Piemonte da Diamantina, Oeste com o Território do Velho Chico, ao Sul a Chapada Diamantina. A Leste com Piemonte do Paraguaçu. Clima Semiárido, com chuvas durante 3 a 4 meses e estação seca de 8 a 9 meses, pluviosidade média varia entre 500 mm e 700 mm por ano, mas as chuvas são muito irregulares, o que caracteriza como um dos maiores problemas.

O solo raso e medianamente profundo, com boa porosidade e fertilidade natural elevada fazem parte do território. O lençol hidrográfico é formado pelos riachos do Jaú e Baixão do Gabriel, ambos ligados à bacia do Rio São Francisco.

Figura 2. Território Irecê e seus municípios



A Figura 2 traz a distribuição dos municípios do TI Irecê, que logo de imediato é notável uma disparidade na distribuição geográfica populacional, onde Xique-Xique situado a margem do Rio São Francisco com área de 5 502,329² tem população estimada em 48 mil habitantes, já Irecê tem apenas 319,028km² com uma população de 72 mil.

A história da habitação das terras de Irecê é marcada pela presença de bandeirantes que viajavam pelo interior da Bahia em busca de metais preciosos, por volta do século XVI, nas zonas de minérios, acerca das localidades de Rio de Contas – TI Chapada Diamantina, Jacobina – Piemonte da Diamantina. Segundo RUBEM (1999), entre 1549 e 1553, houve a ocupação na margem do Rio São Francisco por colonos fixados por Francisco Garcia D'Ávila, ocorrendo algumas povoações nas terras do Assuruá, atual município de Gentio do Ouro e em Xique-Xique por exemplo.

Por volta do século XIX, acontece estiagem no clima, levando as famílias a procurar subsistências em outras localidades, levando em consideração características do clima, solo e recursos hídricos, buscava-se condições que resultasse na safra de milho, feijão e algodão. Estas famílias se estabeleceram então nos municípios de Mundo Novo (território de identidade Piemonte do Paraguaçu), surgindo em seguida os municípios de América Dourada; Rochedo, atual Ibititá; Canarana e Canal, atual João Dourado, posteriormente o povoado de Caraíbas, atual Irecê. Lançaram como líder dessa retirada os senhores Martiniano Marques Dourado e Clemente Marques Dourado, que ao longo da história, deixou descendentes por todo o Território.

A economia dos municípios está ligada muito com a boa safra de feijão, milho e mamona. Atualmente, a irrigação, o sequeiro e a pecuária constituem-se as principais atividades econômicas exercidas pelos agricultores.

Diferentemente do padrão produtivo da Revolução Verde, baseado na monocultura e exportação, o TI Irecê desenvolve sua produção agrícola a partir da década de 1970 tendo como base produtiva o tri-consórcio feijão, milho e mamona, direcionados ao mercado interno em maior escala (SEI, 2011). Claro que, a concretização da política de modernização dessa região, tornou um importante centro de produção de alimentos básicos para o mercado interno. Outro fato econômico se deu mediante a implementação de serviços de apoio técnico, financeiro e de infraestrutura:

O destaque nacional se deu a partir dos anos 1970, recebendo o título de “capital do feijão”. O “boom” do feijão coincide com o que se convencionou chamar do “milagre brasileiro” implementado pelos governos militares. O crédito agrícola foi um dos principais instrumentos da política agrícola do governo para estimular e acelerar o desenvolvimento agrícola da região. Contudo, o crédito agrícola no território de Irecê foi praticamente exclusivo

aos grandes e médios proprietários devido às exigências bancárias de garantia e documentação do imóvel. Só após o ano de 1976, com a participação do POLONORDESTE, é que uma parcela de pequenos produtores passa a obter créditos. (PTDRS, p. 28, 2010)

A região é muito conhecida pela produção de sequeiros, tais como: feijão, milho e mamona, tornando a cidade de Irecê conhecida nacionalmente como “A capital do Feijão”, por conta das fartas safras nas décadas de 1980 e 1990, mas a chuva não permite mais tal produção para manter a distinção. Nos últimos anos, a produção agrícola vem sendo comprometida pela falta de chuvas, mas as principais produções são do cultivo da mamona, beterraba, milho, feijão, cebola e pinha. Alguns produtores se arriscam na agricultura irrigada, com o cultivo da cenoura, beterraba e cebola, sendo um dos fornecedores estaduais. No que se refere à pecuária, essa prática de criação de animais não é tão forte, mas os poucos Ireceenses que se envolvem, utilizam as cidades circunvizinhas para se arriscarem na criação de caprinos e ovinos.

O meio ambiente diz de tudo que é necessário para a sobrevivência dos seres vivos, ou seja, condições físicas, químicas e biológicas. Assim, ao estudar os TI's como espaço de desenvolvimento socioeconômico e ambiental da sociedade que nele habita é necessário perpassar por questões ambientais do mesmo.

Localizado no semiárido, o TI-Irecê, tem presença de chuvas em poucos momentos do ano, tendo um longo período de estiagem. Integra o bioma caatinga, sendo possível identificar alguns subsistemas no território:

O Platô de Irecê, com alturas geográficas médias de 700m, ocupando cerca de 60% da região, com solos extremamente férteis, mas dependente da limitada oferta de água de chuva e da água subterrânea; os vales do Rio Verde e do Rio Jacaré, que contornam o platô no lado leste e oeste, com boa oferta de água, tanto superficial como subterrânea, porém com solos mais fracos; e a Chapada Diamantina, com altitudes até 1000m, com clima mais úmido e frio, mas com solos de baixa fertilidade. (PTDRS, 2010, 0.25)

A população do TI ao longo dos tempos vem buscando se adaptar ao clima e as características ambientais, não só para estar no ambiente, mas utilizá-lo de forma a tirar o sustento, principalmente num Bioma descrito acima. Pelos diferentes microclimas, as regiões semiáridas são ricas e com grande potencial para o desenvolvimento sustentável, assim os órgãos governamentais precisam realizar pesquisas bioprospectas para identificação das potencialidades e assim estimular a

população a desenvolver a sustentabilidade e a lidar com as problemáticas ambientais a exemplo das erosões ocorridas em uma ou outra região do território.

A reflexão que se faz da situação ambiental do TI-Irecê é cada dia mais crítica. Os rios temporários estão desaparecendo, suas matas ciliares já desapareceram e em seus lugares foram implantadas irrigações, onde o uso de agrotóxicos é desordenado, poluindo as águas. Atualmente, percebe-se a necessidade de reflorestar as matas ciliares, adquirir saneamento ambiental e urbano, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem de águas pluviais, controle de vetores, educação ambiental, saneamento rural. Estas ações são necessárias e urgentes na tentativa de garantir o equilíbrio da vida no território.

Por ser um território de com potencial agrícola, com produção de oleaginosos, principalmente no cultivo da mamona; o contingente de agricultores familiares; e a articulação política das lideranças locais e regionais, o TI-Irecê ganhou a implantação de uma usina de biodiesel semi-industrial em Irecê. Em dezembro de 2004, o Governo estadual, assinou convênio com o Ministério da Integração Nacional (MIN), as participações do Comitê Gestor do Território e da Prefeitura Municipal foram fundamentais para esta ação.

À medida que a política do biodiesel foi sendo implementada através dos governos federal e estadual, o Território de Irecê foi concretizando a sua participação no Plano nacional de Produção e uso do Biodiesel (PNPB). Essas ações se deram, basicamente, através das empresas produtoras de biodiesel em parceria com os agricultores familiares. A Brasil Ecodiesel iniciou esse trabalho em parceria com a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar no Estado da Bahia (COOPAF), sediada em Morro do Chapéu – Bahia, fruto da organização do movimento social.

No que se refere aos aspectos educacionais, em todo o Território de Identidade, há ofertas de educação, pela Rede Municipal: Creches e Escolas (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II); pela Rede Estadual: Colégios do Ensino Médio, Centros de Educação Profissional e Ensino Superior e pela Rede Federal: Instituto Federal. Há presença também de instituições privadas de todas as modalidades de ensino supracitadas. No território a educação é pauta de luta emergente para que o projeto de desenvolvimento possa ter aderência e promova as mudanças que se apresentam neste contexto, convergindo para o processo de desenvolvimento sustentável.

No tocante à raça e etnia, uma situação que chama atenção são os dados referentes aos quilombolas e sua pouca ligação com as políticas públicas. “No Território de Irecê existem mais de 60 comunidades identificadas, porém apenas 12 foram reconhecidas pela Fundação Palmares para formalização de um processo que garante o acesso às políticas afirmativas de reparação” (PTDRS, 2010, p.45). Desse modo, se questiona porque acontece este fenômeno social.

Na caminhada da emancipação, a população é demandada pelos poderes públicos para opinar sobre suas demandas sociais e a estrutura administrativa proposta pelo governo:

No ano de 2003, iniciou-se a implantação do Território de Identidade de Irecê a partir da articulação entre representantes de movimentos sociais – polos sindicais, ONGs e instituições públicas – EBDA-CODEVASF – para execução da política de Desenvolvimento Rural Sustentável, proposta pelo MDA no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. (MIRANDA, 2010, p. 49)

O novo enfoque de gestão inaugura a concepção de planejamento com a inserção de novos atores sociais. A sociedade civil é chamada para, em parceria com o Estado, definir as prioridades orçamentárias de sua região. A articulação e o consenso entre os participantes possibilitaram a destinação dos recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) na construção de um centro de abastecimento na cidade de Irecê. Entretanto, a partir de 2004, torna-se necessária a realização de Oficinas Territoriais com o objetivo de elucidar e sensibilizar a comunidade para a importância de participação na nova abordagem de política de desenvolvimento, bem como para eleição do Comitê Gestor do Município (MIRANDA, 2010, p. 49).

Após a implantação da política de Territórios de Identidade, pelo governo estadual em 2007 a SEPLAN afirma que algumas ações já foram implantadas para atender as demandas da população, tais como: Reforma e ampliação do Hospital Regional de Irecê Dr. Mario Dourado Sobrinho, que atende todo o território. Além disso, foram criadas unidades de saúde da família; Implantação do programa Todos pela Alfabetização, educação de Jovens e Adultos (TOPA); Transporte escolar oferecido para conduzir os alunos; Ampliação das ofertas de cursos de Educação Profissional; e Investimentos para crescimento do Ensino Superior com reforma e ampliação de infraestrutura da Universidade do Estado (UNEB).

Na agricultura, programas de beneficiamento para o homem do campo com recursos destinados a agricultura familiar, como o Garantia Safra (programa que monta estação de recebimento de grãos para comercialização de produtos da

agricultura familiar), matadouros, frigoríficos e uma mini usina de biodiesel. E ainda oferece subsídios para fortalecer as cadeias produtivas, através do apoio aos empreendimentos coletivos, cooperativismo, associativismo e economia solidária.

Com a implantação das ações supracitadas, automaticamente as oportunidades de empregos crescem em vários setores da economia em todos os 20 municípios do território. Trata-se do avanço a partir da sustentabilidade, o sistema territorial pode ser considerado sustentável na medida em que não interfere no funcionamento de outro sistema de outras gerações futuras.

Na planilha - Municípios do Território de Identidade Irecê, (em anexo) encontram-se dados referentes a data de emancipação, cultura, fronteiras, dentre outros. Vale ressaltar, que tem municípios com poucos dados ou informações. Posteriormente no capítulo quatro serão apresentadas outras características do TI Irecê a partir dos municípios de abrangência e algumas de suas particularidades.

Após serem brevemente apresentados, os municípios do TI Irecê, é possível compreender o importante papel da cidade de Irecê para todo o território baiano, principalmente no que tange ao número de habitantes, localização e data de emancipação. Vale ressaltar ainda que é essa cidade que dá nome ao território. Na primeira versão dos TI's contava com mais três referências a municípios além de Irecê (Alagoinhas, Itapetinga e Vitória da Conquista), na segunda e atual versão somente Irecê e Vitória da Conquista "batizaram" os nomes dos Territórios.

Assim, faz-se necessário descrever em particular a cidade, pois é a partir da mesma que de certa forma o território se aglomera. Além destes aspectos, a pesquisa aqui descrita teve como objeto de estudo um Centro Territorial localizado na cidade de Irecê.

Irecê é caracterizada cidade polo, localizada a 480km da capital baiana Salvador. As cidades que fazem fronteiras com município são João Dourado, Lapão, Ibititá, Central, Uibai, Presidente Dutra e São Gabriel, tem população estimada em 74.730 habitantes (IBGE/2014), sua localização dá acesso a todos os municípios do território, oferece produtos e serviços em vários setores. Para além das cidades de abrangência territorial, sendo assim a cidade situa-se numa posição hierárquica superior a outros municípios menores, completando-os nas necessidades operacionais.

Sua expressividade socioeconômica é reconhecida em todo o estado. Há diversas lojas e grupos empresariais que atuam em todos os segmentos com

alimentos, vestuários, produtos médicos e veterinários, medicamentos, acessórios sofisticados e outros serviços médicos em clínicas particulares e hospital equipado com médicos de distintas especialidades.

A cidade fazia parte da comarca de Morro do Chapéu. A localidade passou a ser município em 1926, tendo como seu primeiro administrador o Intendente Aristides Rodrigues Moitinho. O clima é classificado como semiárido, ocorrendo o período de chuvas entre Novembro e Janeiro. A má distribuição das chuvas é o maior problema da região, pois atinge diretamente a produtividade das plantações e conseqüentemente a economia.

O TI-Irecê para além da cidade de Irecê apresenta outras possibilidades socioeconômicas e ambientais, algumas são voltadas para as demandas da contemporaneidade, como o avanço através do comércio e serviços. Desta maneira é necessário identificar e analisar as possibilidades de contribuição para o homem residente no TI em questão através da qualificação profissional ofertada pelo estado.

Na pesquisa aqui descrita fez-se a análise da contribuição através da Educação Profissional, que após décadas vem tentando deixar ser uma educação sem reconhecimento social, oferecida apenas aos menos favorecidos. Assim, no capítulo que segue será apresentada um recorte da história da EP no Brasil, bem como a implantação desta política pública na Bahia e conseqüentemente no TI-Irecê.

3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CONTEXTO NACIONAL AO LOCAL

[...] a Educação Profissional, enquanto prática social é uma realidade condicionada, determinada e não condicionante de qualificação social para o trabalho e para o emprego [...].

Silvia Manfredi (2002, p. 50)

Neste capítulo será abordada a temática Educação Profissional, perpassando pela compreensão das categorias educação e trabalho, que são duas práticas essencialmente humanas. Serão apresentados também recortes históricos desta modalidade no Brasil e na Bahia. Tal caminhada se faz necessária para adentrar no campo específico da Educação Profissional no Território de Identidade Irecê, no Centro Territorial.

3.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO

Alguns entendem e praticam o trabalho como um fardo que deve ser desenvolvido para manutenção da vida humana a serviço do capital. A tradição marxista trata o capital como uma relação social de apropriação de todos os meios de produção, convertidos em mercadorias, dinheiro, outros desenvolvem como uma maneira de atuação social para a existência humana, alguns praticam como uma ação inerente ao ser humano e isso muitas vezes se refere ao lugar de onde o indivíduo está ou à compreensão de mundo do mesmo.

Sabe-se que o homem necessita produzir sua própria existência através do conhecimento com a natureza e seus recursos, “[...] em vez da natureza se adaptar ao homem, ele tem que se adaptar à natureza e transformá-la”, de forma a não comprometer o ecossistema necessário para a sobrevivência das duas espécies. Por tanto, a existência está diretamente ligada ao trabalho, como afirma Frigotto (1989), nas palavras de Marx e Engels:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir seus meios de vida [...] Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (MARX & ENGELS, 1984, apud FRIGOTTO, 1989, p. 17).

O ser humano tem a capacidade de pensar antes de dar forma ao objeto, portanto, o trabalho precisa ser pensado na perspectiva da sobrevivência e não do labor puramente, ou algo massacrante, como algumas sociedades costumam conceituar. Rapidamente podem-se apresentar algumas definições desta categoria. O termo trabalho no vocabulário latino significa *tripalium* “instrumento de tortura”, associada, por um longo período, com atividades torturantes e penosas. Para os gregos, significava atividade braçal para o cultivo da terra, ações dos artesãos e dos cidadãos que buscava resoluções para problemas da cidade; assim era conceituado “labor, esforço físico” para a sobrevivência do corpo. Na visão de Gramsci (1967), o autor afirma que o trabalho é uma forma de transformação da vida social:

Para Gramsci, o trabalho é a própria forma de o ser humano participar ativamente na vida da natureza a fim de a transformar e a socializar. Daí sua proposta de uma “escola inicial única de cultura geral, humanística, formativa, que considere justamente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar de forma manual (técnicas, industrialmente) e o da potencialidade do trabalho intelectual” (GRAMSCI, 1967, p. 141 apud Arruda, 1989, p. 68).

A maneira de sintetizar estas definições é reconhecendo a natureza relacional do trabalho, onde não deve ser ligada apenas à conjuntura trabalho e natureza (produtividade), mas em todas as suas abrangências sociais, culturais, políticas, artísticas, etc. por estas dimensões, o homem se constrói como sujeito de história, constrói sua subjetividade.

O trabalho na perspectiva Marxista “[...] é atividade produtiva, prática do manejo dos instrumentos essenciais a todos os ofícios, associada à teoria como estudo da própria realidade e dos elementos e princípios fundamentais das Ciências” (ARRUDA, 1989, p. 68). Quando a atividade trabalhista tem a junção do saber atual, transformador, global, ele não dissocia a cultura da profissão, assim, Marx fala da formação intelectual e espiritual associada à formação técnica científica do sujeito, e isso caracteriza a concepção do homem omnilateral, onde é possível

ampliar o desenvolvimento das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Na religião, as igrejas passavam a ideia de ser uma ação necessária, uma profissão seria como dom divino e quem não desenvolvesse algum trabalho não seria abençoado, o ócio era reprimido. Existe até hoje uma fala presente nos discursos cristãos “O trabalho edifica o homem”. Talvez essa compreensão fundamentou muitos trabalhadores ao se permitirem o abuso da força, do poder dos senhores sobre o suor de seu trabalho. Vale ressaltar, que a Reforma Protestante reafirma esta percepção, quando Martin Lutero apresenta a ideia de que o trabalho é uma supervalorização e a profissão entendida como um mandamento divino especial.

No dicionário da Língua Portuguesa, trabalho significa “Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim [...] Lida, labuta”. (FERREIRA, 2004, p. 783). Então, o trabalho não se distingue como uma ação massacrante, de força, mas de capacidade do ser humano em todas as suas especificidades.

Ao ampliar a compreensão sobre o trabalho, as discussões de Marx são as que mais se ampliam no sentido de trabalho, pois o mesmo compreende três dimensões que culminam na sobrevivência humana, veja:

Com a afirmação de que o trabalho é uma categoria ‘antediluviana’, fazendo referência ao conto bíblico da construção da arca de Noé. Marx nos permite fazer, ao mesmo tempo três distinções em relação ao trabalho humano: por ele, diferenciamos-nos do reino animal; é uma condição necessária ao ser humano em qualquer tempo histórico; e o trabalho assume formas históricas específicas nos diferentes modos de produção da existência humana. (FRIGOTTO, 2009, p. 399)

Ao afirmar que é uma ação necessária em qualquer tempo histórico e ao associar o processo de globalização a sociedade questiona até que ponto o ser humano poderá estar desenvolvendo sua existência através do trabalho, visto que cada vez mais, as tecnologias estão adentrando neste campo. O autor Antunes (2011) na obra “Adeus ao trabalho”, discorre compreensão a respeito, que de certa forma, acalenta a humanidade:

Portanto, ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no

mundo contemporâneo é uma maior *inter-relação*, uma maior *interpenetração* entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. O que remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender sua *forma de ser do trabalho* no capitalismo contemporâneo, e não à sua negação. (ANTUNES, 2011, p.178)

A fase contemporânea do capital conta com o *savoir faire*, quer dizer saber fazer para o trabalho e faz isso de forma à apropriação crescente da dimensão intelectual, da capacidade cognitiva, para que o indivíduo estabeleça novos significados e novas formas de se desenvolver. Assim, a qualificação para o trabalho se torna algo essencial, pelo fato de ir ao encontro ao desenvolvimento econômico presente no contexto atual, possibilitando maior inserção profissional, assim como assegura Lima (2006)

As demandas para o trabalhador (e conseqüentemente para cada formação) variam no tempo, sendo que sofrem mutações qualitativas e quantitativas em tempos de reestruturação produtiva e de crescimento econômico. Assim, justifica-se a necessidade da existência, ao lado do sistema regular de educação profissional (cursos técnicos e tecnológicos), de cursos de curta duração, de existência efêmera, pouco ou nada regulados, financiados pública ou privadamente, executados por um número crescente, diverso e mutável de instituições. (LIMA. 2006, p.285).

Deste modo, as demandas profissionais podem até serem modificadas ao longo da história, o que conseqüentemente influencia na oferta, mas não extinguida, o que potencializa a Educação Profissional no mundo.

No estudo realizado sobre Educação Profissional e Território de Identidade, o conceito adotado está ligado ao trabalho como princípio educativo, ou seja, o trabalho constrói conhecimentos e saberes que somados ao conhecimento do indivíduo, potencializa a ação humana. A perspectiva marxista que compreende o trabalho como uma necessidade natural para manutenção da vida e em Gramsci que agrega a visão de Marx e junta o trabalho a educação, como forma de desenvolvimento da humanidade. Mais adiante será apresentada esta compreensão teórica imbuída na proposta curricular da Educação Profissional do estado da Bahia.

Por ser um processo inerente ao ser humano, “Trata-se, então, de, no processo de socialização, a firmar, o entendimento do meio de produção e reprodução da vida de cada ser humano – o trabalho – como um dever e direito em função exatamente do seu caráter humano.” Frigotto e Chiavata (2012, p. 749), ou seja, a permanência e o desenvolvimento do ser humano estão atrelados toda vida ao trabalho. Assim,

Educação e trabalho estão ligados ao processo de inclusão e de desenvolvimento social.

A Educação está no processo de construção do ser social, isso levando em consideração que a educação não é encontrada apenas nos espaços institucionais da escola, mas sim em vários campos sociais, Mészáros (2008) traz uma afirmação de Paracelso que diz “A aprendizagem é a nossa vida” (Epígrafe), de fato desde o momento que se aprende a respirar fora do ventre materno até o momento do último suspiro, o ser humano está aprendendo, por si só ou em comunhão com os outros e isso inclui a interação com a natureza. Algumas instituições tem o papel social de oferecer a educação de forma sistematizada com foco no desenvolvimento cognitivo, no caso a educação escolar.

Educação, ou o ato de educar, pode ser compreendido como o procedimento de formação do sujeito em seus aspectos intelectuais, físicos e morais:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB 9394/96).

A categoria Educação aqui foi abordada a partir da concepção dialética, que compreende o ser e o pensar em movimento, que concebe o conhecimento como processo ininterrupto e relativo que admite uma ação transformadora com os elementos éticos e políticos sendo característicos desta ação.

Assim, é fácil olhar além e identificar a ligação entre Educação e Trabalho, pois os dois elementos são característicos do ser humano e seu desenvolvimento como tal.

Sabe-se que educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. [...] o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Portanto, o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. E o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu a gente antecipa mentalmente a finalidade da ação. [...] Para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencional, os meios de sua substância. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura). [...] Dizer, pois que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho (SAVIANI, 2013, p. 11).

É adverso pensar a educação sem ser um processo intencional e político, pois é uma ação entre seres humanos e dos mesmos seres com a natureza, com essa interação o conhecimento é adquirido e a natureza e o indivíduo são transformados, caracterizando assim também o processo de trabalho. Desse modo, definida e compreendida a natureza da educação e do trabalho, avança-se em direção a compreensão de outras especificidades que advém desta junção humana, no caso a Educação Profissional pública.

.3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A história mostra que no Brasil colônia, a Educação Profissional estava voltada ao ensino do ofício para a prática da transmissão oral, com base na economia da monocultura (açúcar, em especial), não havia formação padronizada, nem em massa. O período Imperial apresenta uma educação para os mais pobres, desvinculada da educação geral. Em síntese, o quadro de atendimento era este: a preparação para os ofícios manufatureiros, de responsabilidade das academias militares, das entidades filantrópicas e dos liceus de arte e ofícios (MANFREDI, 2002).

Na República, com o avanço da industrialização e urbanização, está modalidade educacional deu os primeiros passos para ações voltadas ao atendimento de necessidades produtivas. Nesse período o então presidente da república, Nilo Peçanha instituiu as Escolas de Aprendizes e Artífices, a partir do decreto nº 7.566/1909, com o objetivo de preparar e criar hábitos laborais que pudessem oferecer possibilidade de atuação na realidade vigente, estas instituições deram origem às atuais Escolas Técnicas Federais.

O objetivo da Educação Profissional era disciplinar e condicionar a classe pobre no atendimento às necessidades da população, atuando no servir, sem perder de vista o caráter assistencialista pela educação voltada para a classe dominada, visto que a classe dominante tinha uma educação mais geral e científica.

A estrutura das escolas de aprendizes apresentava condições precárias, principalmente pela falta de pessoal qualificado. Assim, Brandão (1999) apresenta análise acerca das Escolas de Aprendizes:

Analisando-se a legislação referente às Escolas de Aprendizes Artífices, desde sua criação até a “Consolidação” de 1926, fica claro que a profissionalização que se buscava era aquela baseada num conhecimento

que se adquiria de forma empírica, em que o instrumento de trabalho era basicamente manual, uma ferramenta que o trabalhador manipulava numa relação direta com o objeto de seu trabalho. Naquele momento, o que se buscava desenvolver, portanto, era ainda o artesanato, a manufatura, a arte do ofício (BRANDÃO, 1999, p. 18).

Importante salientar, que a organização da formação profissional, sob a responsabilidade do Estado teve início em 1909 e foi até o período de 1932. Caracterizou-se com uma evidente “dualidade estrutural”, quer dizer que existiam basicamente dois “tipos de educação”, uma imposta aos cidadãos que exerciam uma função instrumental e outra para os que exerciam as funções intelectuais (KUENZER, 1999a).

O Estado Novo, com a urbanização e o processo de migração, trouxe a necessidade de reformas educacionais, e mesmo a Educação Profissional sendo considerada uma subeducação também foi modificada. De acordo com Cunha,

[...] seria preciso valorizar a busca da qualificação profissional como algo que dignificava o trabalhador, algo que ele desejasse para seus filhos, não como um destino fatal, mas como algo dotado de valor próprio. (CUNHA, 2005, p. 6)

Vale ressaltar, que ainda tinha a demarcação do período anterior, ou seja, divisão de classe, onde uma desenvolvia as funções intelectuais e outra que se concentrava no instrumental.

De modo geral, não eram todos que enxergavam a Educação Profissional como dualista. A exemplo, temos as Escolas Técnicas Federais e em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação² combatia a dualidade do sistema educacional.

Mas, para além desta modalidade nas redes públicas, é preciso um adentro na oferta do setor privado. A história mostra que, na década de 40, a formação profissional teve outro impulso com a proposta do controle pela camada empresarial. A oferta, até então, apenas estatal e com o aumento da demanda, passou a ser oferecida por instituições privadas de formação, conhecidas como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). De acordo com Manfredi (2002), “Sistema S”³

² O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova acreditava e defendia que a escola deveria ser pública, obrigatória, gratuita e laica, organizando pelas concepções da Escola Nova.

³ O Sistema “S” é o nome dado ao conjunto de instituições de interesses profissionais, estabelecida inclusive pela Constituição Federal. Instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAR; Serviço Nacional de aprendizagem do Comercial SENAC; Serviço Social do Comércio SESC; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI; Serviço Social da Indústria Sesi; Serviço Nacional de

aparecia como um mecanismo de racionalização e controle da mão de obra e como força ideológica de incentivo à integração social entre capital e trabalho.

No Regime Militar, a legislação brasileira através da lei orgânica nº5692/71, estabelece o ensino médio de profissionalização compulsória, por conta da demanda no mercado de trabalho, advinda do crescimento econômico. Mas, segundo Manfredi (2002) isso foi uma tentativa falha de implementação do ensino técnico obrigatório. Cunha (2005, p.15):

[...] a implantação da lei nº 5692/71 foi cheia de peripécias, desde os floreios ilustrados dos membros do Conselho Federal de Educação, que discorriam sobre o mundo do trabalho com uma desenvoltura desconcertante, até os disfarces das escolas das redes públicas e privadas para fazerem crer que ofereciam ensino profissionalizante para formar técnicos e auxiliares técnicos.

Esse período foi turbulento para todo o Ensino Médio por conta da reforma do Ensino de 2º grau, que foi alterado para ser profissionalizante em todas as instituições públicas ou privadas, porque, o governo justificava escassez de profissionais técnicos, mas na verdade queria ampliar o grau de instrução técnica para obter acréscimo na produção. Foi um período marcado pelo tecnicismo.

Anos depois, o governo retrocede com a criação da lei nº 7.044/82 que substitui o termo qualificação por preparação, devendo ser oferecido em todo o 1º e 2º grau. Cunha (2005) afirma que o termo mudado assume uma conotação bem mais difusa, onde qualquer conteúdo poderia ser associado, ainda que remotamente, à profissionalização.

Assim, houve um esvaziamento do “ensino profissionalizante” (nesse período da história, era assim denominado). Para Kuenzer (1988, p.136), essa legislação

[...] completa o ciclo conservador, abrindo as portas para os cursos propedêuticos, de cunho livresco e teoricista, restaurando nostalgicamente aos anos 50/60, através de um modelo de educação geral que forme um jovem culto e polido, tal como o dirigente da velha sociedade. (KUENZER, 1988, p.136)

Em 1978, o governo faz as alterações da rede tecnológica federal com a transição de escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica

(CEFET), que tem como objetivo preparar para o mundo do trabalho e ampliar os estudos para nível universitário.

Na década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, algumas alterações foram feitas, mudanças significativas. Frigoto (2007, p.1138) avalia que a ação neoliberal de 1990 traz mudanças, inicialmente com aparência progressista no ensino médio e na educação profissional, mas o dualismo é aprofundado, perpetuando uma relação débil entre os dois segmentos. Nesse período, as diretrizes eram pensadas para atender as tendências mundiais, questões emergenciais.

Quanto a legislação, a Educação Profissional tem alguns direcionamentos próprios na lei federal nº 9.394, de 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), descritas no capítulo III. Para complementar a separação da Educação Geral e a Educação Profissional, ainda surge o decreto nº 2.208/97 mais a portaria que estabelece o Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP). Nesse decreto, é possível observar que há maiores exigências de capacitação dos professores. Em contrapartida, os investimentos foram reduzidos nas escolas da rede federal, percebendo assim, uma desarticulação para prejudicar a Educação Profissional. Frigotto (2007, p.1139) avalia dizendo: “[...] decreto nº 2.208/97 reestabeleceu o dualismo entre educação geral e específica, humanista e técnica, destroçando, de forma autoritária, o pouco ensino médio integrado existente mormente da rede CEFET.” Nesse momento, a EP é estabelecida como etapa formativa própria.

Mais à frente na história, em 2004, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva revoga o decreto de 1997, acima mencionado, pelo decreto n. 5.154/04, onde as instituições de ensino passam a ter probabilidade de ofertar a Educação Profissional de forma integrada ao ensino médio. Vejamos como se dará a articulação desta modalidade:

§1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II –concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se

as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III – subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Em 2008, por meio da Lei nº 11.741, a educação profissional técnica de nível médio passou a constituir modalidade de ensino médio (seção IV-A da LDB), facultando a esse grau de ensino a possibilidade de preparação para o exercício de profissões técnicas.

Nos últimos governos, a Educação Profissional integrada à Educação Básica vem desenvolvendo ações, onde podemos destacar alguns: o Programa Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego (PNQ/MTE); programa Saberes da Terra, que é direcionado para a qualificação educacional dos agricultores familiares; Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Jovens e Adultos; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), cujo objetivo é oferecer educação para jovens e adultos assentados em comunidades rurais em meio ao processo de reforma agrária; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM URBANO), que busca oferecer educação, qualificação e contribuição comunitária.

Esses programas são pensados para atender ao contexto atual, com as necessidades de aumento da qualificação profissional, a fim de contribuir com inserção no mundo do trabalho, perpassando a visão de mercado de trabalho. Atualmente, os jovens estão buscando a entrada no campo profissional mais cedo, assim a junção de educação e trabalho se torna cada vez mais importante. Além disso, observamos que parte da juventude brasileira se encontra em situação de vulnerabilidade social. Havendo uma grande necessidade na implantação de políticas públicas que permitam maior escolarização e qualificação profissional.

Vimos que a história da Educação Profissional foi fundamentada para atender as demandas econômicas, mas com a legislação vigente, acima apresentada, podemos pensar numa educação caminhando lado a lado com o trabalho, que em alguns poucos momentos foram pensados não só no aspecto profissional do ser humano, mas também no social. O processo de trabalho e o processo de conhecimento carecem de ser postos em pautas para discussão e análises

profundas, pois ao buscar embasamento para subsidiar os estudos neste campo identificar-se as lacunas existentes nesta área.

3.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DA BAHIA

Como descrito no contexto histórico acima, quase todas as capitais federais tinham Colégios Federais de Educação Profissional e Tecnológica, no caso da Bahia instaurou-se na cidade de Salvador, em 1909, a primeira Escola de Aprendizes Artífices, oferecendo cursos de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria (LESSA, 2002), igualmente a outros momentos históricos o objetivo era apenas qualificar mão-de-obra para executar tarefas pesadas e não de raciocínio lógico.

No decorrer dos anos, a Escola de Aprendizes Artífices passou por diversas transformações de caráter político e econômico, recebendo outras denominações: Liceu Industrial de Salvador em 1937; Escola Técnica de Salvador (ETS) em 1942; Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA) em 1965, Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia a partir de 1993 - resultado da fusão entre o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC) e a ETFBA. E em 2008 recebeu o nome de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA (LESSA, 2002).

No aspecto estadual, a EP da Bahia tem sua caminhada iniciada no século XVII quando foi instituída a primeira Escola de Artilharia e Arquitetura. Em XVIII no bairro São Joaquim foi criado o Colégio dos Órfãos e a Fundação da Casa da Pia, que tinha como finalidade oferecer ofícios para os desvalidos, bem como ofícios para filhos de trabalhadores. Já no século XX, surge uma nova proposta criação do Centro Estadual Carneiro Ribeiro, encabeçada pelo Secretário Estadual de

Educação Anísio Teixeira⁴, que em sua concepção revolucionária, defendia uma escola integral, unitária, para todos.

Anos depois, nos deparamos com a Educação Profissional sendo implantada como uma política pública de estado. Esse feito foi impulsionado após o Decreto federal nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007, que institui o Brasil Profissionalizado, onde o apoio ao avanço da Educação profissional estimulado, “[...] por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais” (Art. 1º do Decreto).

A partir desse momento, essa modalidade torna-se uma política pública de Estado vinculada às demandas dos Territórios de Identidade e arranjos produtivos locais, o objetivo desta modalidade de ensino é garantir que os jovens e trabalhadores tornem-se aptos para atender as demandas do mundo do trabalho e se beneficiem do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Bahia. Na época o governo tinha em sua proposta diretrizes de participação da sociedade civil como mecanismo de desenvolvimento do estado, assim formou-se os Territórios de Identidade e os mesmos demandaram políticas públicas, uma delas foi a EP levando em consideração as demandas profissionais dos TI's.

O estado vinha a anos sendo comandado pela Frente Liberal, e em nada expandiu a modalidade de ensino abordada neste trabalho, de certa forma fora esquecida. Já com o Governo Jacques Wagner, que vinha das lutas e movimentos sociais, assim também como o Governo Federal de Lula, a colaboração proposta na LDB/1996 pôde ser cumprida

Para articular esta política dentro da Secretaria da Educação do Estado, foi instituída no final de 2007 a Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), criada pela Lei Estadual Nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007:

O papel da Suprof é garantir que os jovens e trabalhadores/as baianos acessem a Educação profissional, tornem-se aptos para atender às

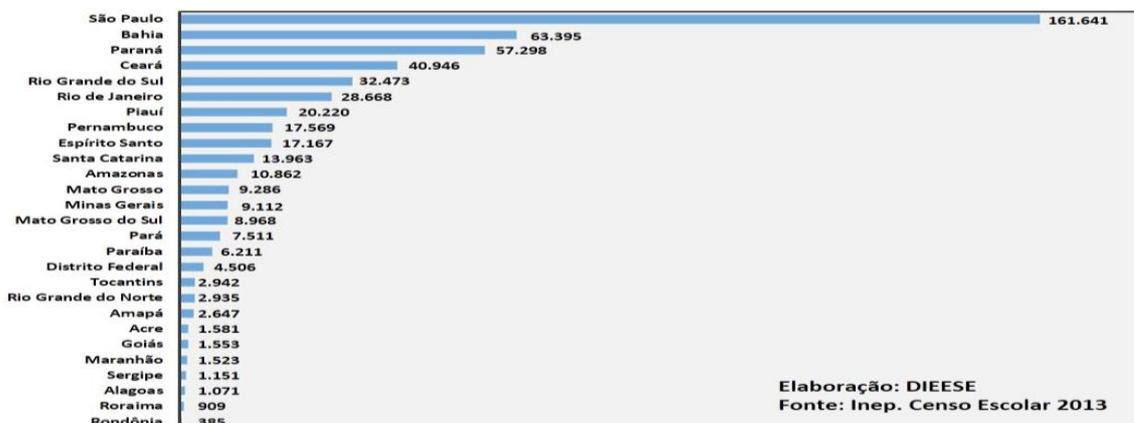
⁴ Anísio Spínola Teixeira, educador e escritor, foi um personagem importante não só para a Bahia, sua cidade Natal, mas para todo o Brasil, principalmente na década de 1920 e 1930 onde difundiu a proposta da Escola Nova que propõe o desenvolvimento do intelecto e a capacidade de escolha ao invés da memorização. Outro movimento importante que tinha a presença do educador foi o Manifesto dos pioneiros da Educação Nova que defendia o ensino público, gratuito, laico e obrigatório. Na Bahia esteve por um período como Secretário de Educação, onde reformulou o sistema de ensino, com suas perspectivas de aperfeiçoamento levou os educadores a buscar cada vez mais capacitações para contribuir com o processo de ensino – aprendizagem.

demandas do mundo do trabalho e se beneficiem do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Bahia. Cumpre à Suprof planejar, coordenar, promover, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito do Estado, as políticas, programas, projetos e ações de Educação profissional, incluindo orientação e certificação profissional. (BAHIA, 2010, p.8)

Com a implantação dessa Superintendência, foi elaborado o Plano Estadual de Educação Profissional que tinha como objetivo implantar as bases de uma política pública de Estado vinculada às demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental nos territórios e cadeias produtivas. O mesmo foi construído em diálogos com atores sociais, que também contribuíram com a elaboração do Plano Plurianual Participativo (PPA 2006-2009), levando em consideração as ocupações e habilitações técnicas profissionais, que vinham a contribuir com os jovens e trabalhadores e atender as especificidades dos Territórios de Identidade.

Para se implantar uma política com a dimensão proposta pelo Governo foi pensada numa instância, que pudesse congregiar forças para pensar, estruturar, executar e acompanhar planos e ações em benefícios da modalidade de ensino que traz em sua trajetória um peso de atendimento a classes dominadas, “que vivem à margem da sociedade”, e por vezes essa massa populacional é quem sustenta a sociedade. Essa Superintendência trouxe o avanço e a ressignificação da Educação Profissional da Bahia, prova disso que em sete anos houve um avanço significativo, onde a mesma passou a ocupar o *ranking* de 2ª maior rede do Brasil.

Gráfico 1: Matrícula das Rede Estaduais de Educação Profissional no Brasil, em 2013.



Fonte: Disponibilizado pela SUPROF

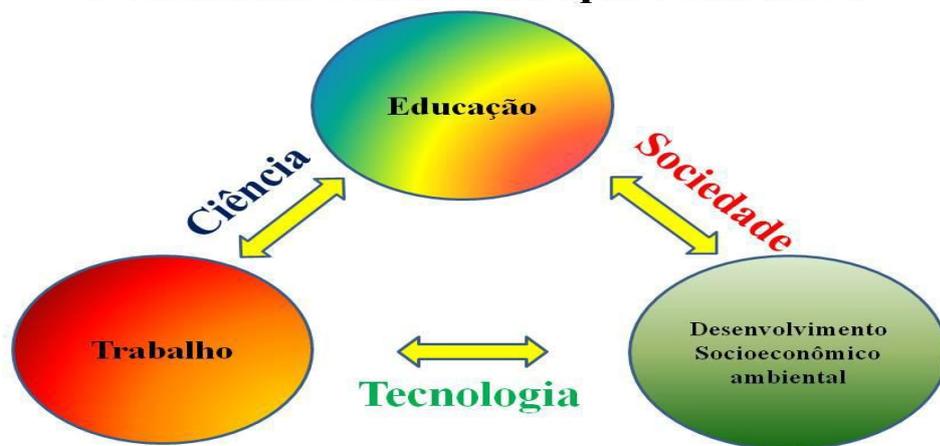
O gráfico apresenta dados referentes a EP em âmbito Nacional, oferecido pelas redes Estaduais, onde a Bahia com 63.395 matrículas fica atrás apenas da grande São Paulo com 161.641. Vale ressaltar, que o segundo estado tem uma gama muito maior de habitantes, segundo o IBGE (2010) São Paulo tem 41.262199, enquanto que a Bahia tem 14.016,906.

Vale a avaliação de que ainda há muito a ser pensado, elaborado e implantado de forma estratégica para qualificar a Educação Profissional no estado da Bahia, pois existem algumas lacunas de ordem institucionais, como falta de profissionais efetivos, estrutural, para que se tenha mais autonomia e de infraestrutura, ampliação dos espaços para laboratórios.

A Educação Profissional da Bahia tem em sua proposta curricular o olhar nas bases científicas e humanas, é possível identificar isso na matriz curricular que oferece a Base Nacional Comum (BNC) - disciplinas dos eixos comuns: Linguagens, Ciências Exatas e Naturais e Ciências Humanas; Formação Técnica Específica (FTE) disciplinas de caráter técnico, específicas de acordo com o curso; e Formação Técnica Geral (FTG) disciplinas fundamentais para a compreensão e atuação no mundo do trabalho como um todo. Com isso a articulação entre teoria e prática tende a ser assimilada e assim transposta na vida acadêmica e social, a pretensão é levar o estudante à compreensão do mundo do trabalho, apropriação de conhecimentos para práticas básicas profissionais, e ainda contribuir para a autonomia profissional.

Figura 3 Desenho da proposta Curricular da Educação Profissional Bahia

Novos requisitos para os educadores: O Trabalho como Princípio Educativo



Fonte: Disponibilizado pela SUPROF

Destaca-se que os princípios estão voltados para a consolidação da proposta pedagógica, são eles: Formação Integral - onde integra dois direitos essenciais do ser humano (Educação e Trabalho), contribuição com o desenvolvimento das capacidades dos estudantes; Trabalho como princípio educativo - prepara os jovens para o mundo do trabalho e para atender as demandas socioambientais de sua localidade contribuindo para o construção do sujeito pleno, um dos pensadores desta linha curricular afirma que:

Na perspectiva marxiana e gramsciana, é imperativo pensar o trabalho como princípio educativo, não apenas o trabalho como um fim, mas como portador de um conjunto de significados: filosófico, sociológico, econômico político, prático e pedagógico. O trabalho constrói conhecimentos e saberes e todo trabalhador é portador deles, embora sob o capitalismo os conhecimentos sejam apropriados pelo capitalista e os saberes do trabalho menosprezados pela elite acadêmica e pela elite científico-tecnológica. Recuperar e valorizar tais conhecimentos e saberes, além de compreender os processos de Aprendizagem no e para o trabalho são objeto da Pedagogia do Trabalho (LIMA, 2011, p. 16).

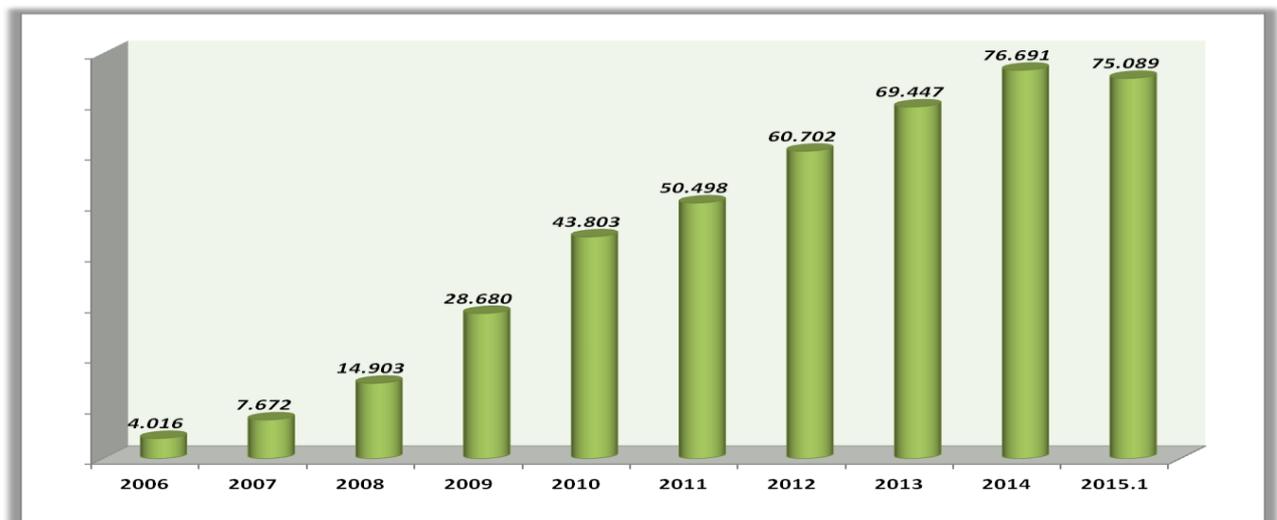
Outro princípio dessa modalidade é a Intervenção Social como princípio pedagógico - a intervenção social torna-se princípio pedagógico quando o aluno vivencia e atua em várias situações sociais, para compreender a dimensão social de sua profissão e ainda dá um retorno a sua comunidade, conjuntamente com a instituição escolar, sendo assim, LIMA (2011), afirma:

Trata-se de mobilizar professores e estudantes para prestação de serviços à comunidade imediata e/ou ao território onde a unidade escolar se insere, em um tipo de "estágio social". O aprendizado com ocorre tanto pela execução prática de procedimentos, como da vivência e discussão do contexto e das situações sociais vivenciadas. Além disso, as ações se articulam com orientação profissional e o estágio propriamente dito (p. 16).

Esse estágio social vem a contribuir com a pedagogia pautada na formação do sujeito em sua vivência humana omnilateral, adotando um currículo com base na concepção pedagógica do materialismo histórico dialético.

Sobre a oferta e matrículas, vem avançando significativamente, em 2006 eram apenas 4.016 matriculados, sete anos depois, em 2013 - 64.087 matriculados, a meta para 2014 era chegar a 74 mil, foi alcançada. A seguir é possível observar o avanço apresentado através do gráfico, com uma comparação de matrículas entre 2006 e 2015.1.

Gráfico 2 Ampliação das matrículas estaduais no período de quase 09 anos.



Fonte: Disponibilizado pela SUPROF.

Uma das principais ações para o avanço foi a ampliação da oferta e reestruturação da EP. Assim, foram utilizadas estruturas estaduais ociosas na Rede Estadual que, posteriormente, passaram por processo de adequações, ampliações e modernizações, tudo isso foi possível com a adesão do Programa Federal Brasil Profissionalizado.

Os espaços ociosos da Rede estadual foram tomados a partir do decreto nº 11.355 de 4 dezembro de 2008, que dispõe sobre a instituição dos Centros

Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia:

§ 2º - Os Centros Territoriais de Educação Profissional atenderão às demandas consideradas relevantes nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia e se caracterizam pela oferta de Educação Profissional, no âmbito de cada Território, nas seguintes modalidades: **I**- formação inicial e continuada; **II**- educação profissional técnica de nível médio, nas modalidades integrada e subsequente; **III**- educação profissional na modalidade à educação de jovens e adultos - PROEJA; **IV**- educação profissional à distância (semi-presencial)..

A EP se organiza em formas de articulação dentro do segmento/ensino, sendo o EPI, o PROSUB, PROEJA, veja o quadro:

Quadro 2 - Modalidades de ofertas nos Centros de Educação Profissional

Modalidades	Duração	Características	Certificação
EPI	04 anos	Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (Destinado a quem concluiu o Ensino Fundamental)	Técnico
PROSUB	02 anos	Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio (Destinados a quem já concluiu o Ensino Médio)	Técnico
PROEJA Fundamental	02½ anos	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (Destinados a quem pretende concluir o Ensino Fundamental II na modalidade EJA)	Auxiliar Técnico
PROEJA Médio	02½ anos	Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (Destinados a quem pretende concluir o Ensino Médio na modalidade EJA)	Técnico

Fonte blogspot da Educação Profissional da Bahia

Abaixo é possível observar as ofertas da EP da Bahia por Territórios de Identidade, como um panorama geral da Bahia.

Gráfico 3 Matrículas da Educação Profissional por Territórios de Identidade 2015

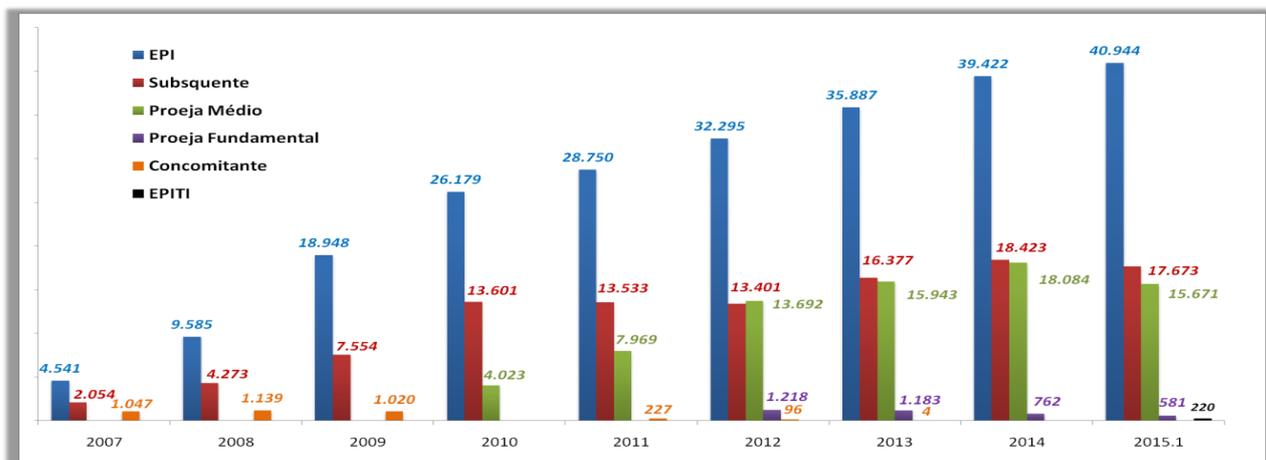
Fonte: Disponibilizado pelo SUPROF

Esses dados referem-se apenas às matrículas dos cursos de técnicos e não foram analisados os dados referentes aos programas oferecidos.

Alguns dados da EP da Bahia:

*Forma de Articulação

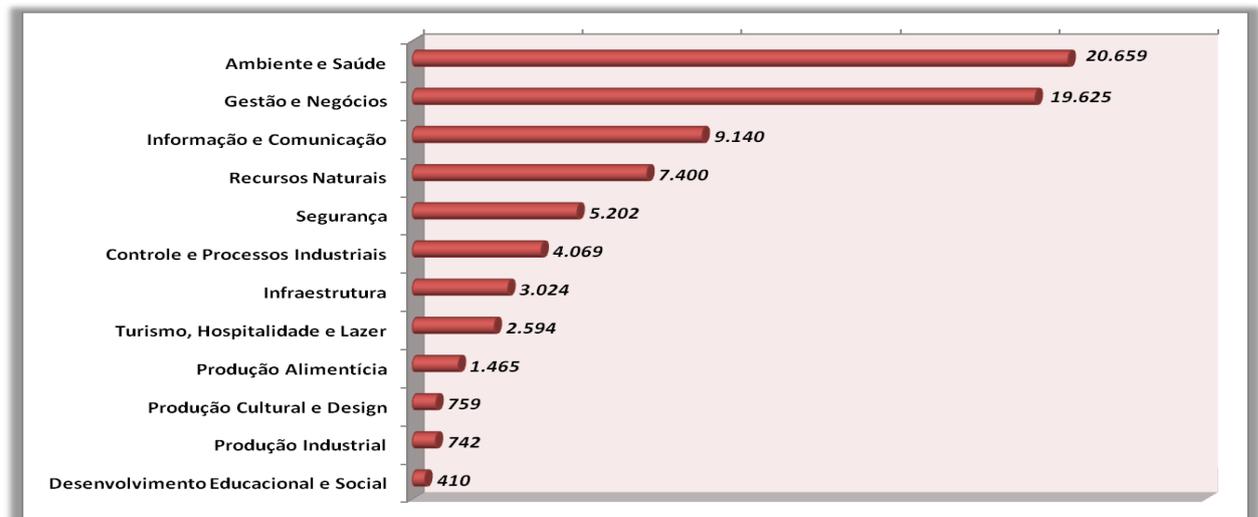
Gráfico 4: Ofertas das formas de articulação de ensino.



Fonte: disponibilizado pela SUPROF

*Eixos Tecnológicos

Gráfico 5: Matrículas por Eixos Tecnológicos 2015.1..



Fonte: Disponibilizados pela SUPROF

A partir dos estudos sobre a história da EP, principalmente na Bahia, seus princípios e eixos norteadores, percebe-se que houve avanços no sentido (como é vista está educação) e na aplicabilidade (implantação das políticas). Mas, ao desenvolver a pesquisa *in loco* foi possível identificar também, que ainda há muito o que se discutir para que a sociedade reconheça a importância desta modalidade educacional, pois a aplicação no “chão da escola” ainda precisa de subsídios pelo estado e pela própria comunidade do entorno das unidades, mas adiante isso será discutido nos achados da investigação.

Ainda sobre a Educação Profissional da Bahia, há um aspecto que muito chamou atenção para a pesquisa, a gestão dos Centros. As estruturas administrativas dos Centros de EP são diferenciadas das outras instituições do mesmo estado, não nos princípios, mas na forma de organização da equipe, como será mostrado, a seguir.

4 CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL IRECÊ

Art. 1º - Fica instituído os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional, no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino, em decorrência da política pública de ampliação da oferta e reestruturação da Educação Profissional do Estado da Bahia, visando o desenvolvimento social, econômico e ambiental, a interação da educação profissional com o mundo do trabalho e o incentivo à inovação e desenvolvimento científico-tecnológico.(Decreto nº 11.355/08, 2010, p.10)

Foto1 Área de acesso ao CETEP-Irecê.



Fonte: Arquivo da pesquisadora, foto tirada em 18/11/2015.

A Educação Profissional vem sendo ofertada há muitos anos, mas a partir de 2004 esta modalidade vem ampliando seus horizontes a fim de atender as demandas sociais. Esse impulso foi dado, principalmente, pelo lançamento do programa Federal Brasil Profissionalizado, decreto nº 6.302/07, que oferece apoio ao avanço da Educação Profissional, a partir dos arranjos produtivos e das especificidades regionais. Na Bahia essa perspectiva foi fomentada pela política de territorialização, onde a implantação dos Centros de Educação Profissional se fundamentam no atendimento as demandas sociais, econômicas e ambientais dos Territórios de Identidade.

4.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE IRECÊ

O TI-Irecê é formado por 20 municípios, desses apenas três oferece EP atualmente, até o ano de 2009 só havia oferta no município Irecê, especificamente no CETEP que era denominado Escola de Agricultura da Região de Irecê (ESAGRI).

É conhecido que a EP vem se disseminando não só na rede pública, seja ela Estadual ou Federal, mas também na forma de ensino privado, muitas destas ofertas estão voltadas para as áreas de Saúde (ex. Escolas de Técnicos em Enfermagem) e para cursos que os certificam como Auxiliar (cursos de curta duração, média de 360hs) e não como Técnicos (curso de longa duração média 2.000 horas).

Nesta pesquisa optou-se por considerar para análise as instituições públicas de Educação Profissional, que são brevemente apresentadas, a seguir.

Quadro 3 Oferta da Educação Profissional no TI-Irecê no ano de 2015

Instituição	Rede	Situa do	Implantação	Matricula 2015	Cursos	Municípios atendidos	Observações
IFBA Campus Irecê	Federal	Irecê	2010 OBS: Início das aulas em 2011.	400 alunos	Biocombustível	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Ibipeba, Ibititá, Ipujiara, Irecê, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Central, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Xique-Xique e Bonito.	Em 2015 passou a ofertar curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Dados disponibilizados pelo Coordenador do Setor Multidisciplinar do IFBA- Campus Irecê, em 21/03/2016
					Informática		
					Eletromecânica		
					Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
CETEP Irecê	Estadual	Irecê	1979 Escola Técnica 2009 Centro Territorial OBS: Inícios das aulas como Centro em 2010	512 alunos	Agropecuária Enfermagem Administração Meio Ambiente Análises Clínicas Recursos Humanos Segurança do Trabalho Cozinha Publicidade	Uibaí, Central, São Gabriel, João Dourado, Lapão, Ibititá, Ibipeba, Jussara, Presidente Dutra e Irecê	Dados do Sistema de Gestão Escolar (SGE), em 29/02/2016 fornecido pela gestão.

CEEP em Recursos Naturais do Centro Baiano	Estadual	Xique-Xique	2010 Unidade Compartilhada 2013 Centro Estadual de EP OBS: Início das aulas como Centro em 2014.	1015 alunos 454 EM 129 EJA 432 EP	Agropecuária	Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro	Dados do Sistema de Gestão Escolar (SGE), em 21.09.2015, fornecido pela Gestão do CEEP.
					Agroecologia		
					Meio Ambiente		
					Pesca		
Colégio Estadual José Ribeiro de Araújo	Estadual	Canarana	2010 como Unidade Compartilhada	672 alunos 610 EM 62 EPI	Agroecologia	Canarana, Salobro e Barro Alto	Dados do Sistema de Gestão Escolar (SGE), em 08.04.2015, fornecido pela equipe SGE, NRE-01 Irecê

Fonte: Elaborada pela autora, baseado nos dados SGE (2015/2016) e SISTEC (2016).

Todas essas instituições tem o objetivo de ofertar Educação Profissional e Tecnológica associadas à Educação Básica - apenas o IFBA pode ofertar em todos os níveis - formando e qualificando jovens e adultos para inclusão no campo profissional. Portanto, as ofertas devem estar ligadas a demandas socioeconômicas do TI. Cabe também, a essas contribuir com os arranjos produtivos, sociais e culturais das localidades de abrangência.

No quadro 3 acima um dos primeiros pontos observados é dos municípios atendidos, o TI-Irecê tem 20 cidades em toda a extensão geográfica, destas, 16 são atendidas pela Rede Estadual, e 20 pela Rede Federal, que além de receber todas as cidades do TI-Irecê ainda atende a cidade de Bonito (TI-Chapada Diamantina), localizada a 190km de distância do Instituto. Pelos dados apresentados compreende-se que todo o TI-Irecê está sendo contemplado com a EP, seja ela estadual e/ou federal.

No tocante aos cursos, há um total de 15 diferentes, sendo que dois são oferecidos em mais de uma instituição, é o caso de Agropecuária e Agroecologia. Percebe-se que alguns se assemelham, são os voltados para o cultivo da terra, porque é uma região onde a população ainda tira muito do seu sustento do que se planta, apesar das quedas por conta dos problemas fluviais. O CETEP-Irecê é o que disponibiliza um maior quantitativo de cursos, nove no total, em contrapartida não consegue abranger tantas cidades se comparado ao Instituto Federal da Bahia (IFBA) -Campus Irecê.

Como mencionado no capítulo 3, a EP da Bahia vem sendo desenvolvida no estado desde o ano de 1910 com as Escolas de Aprendizes Artífices e ao longo da história foi chamada de Liceus, posteriormente Escolas técnicas e atualmente são denominados Institutos Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Esses institutos são implantados, geralmente, em grandes centros urbanos, atualmente os mesmos totalizam 19 unidades⁵, em 19 municípios baianos, e Irecê é um deles.

⁵ <http://www.portal.ifba.edu.br/>.

Foto 2. Foto do IFBA-Irecê



Fonte: Arquivo da pesquisadora, foto tirada em 19/01/2016

O IFBA-Campus Irecê foi implantado no ano de 2010, iniciando suas atividades letivas no início de 2011 com os cursos de Biocombustível, Informática e Eletroeletrônica, nas modalidades EPI e PROSUB, recentemente passou a ofertar curso de nível Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Essa instituição busca se constituir um instituto de excelência na oferta de ensino, essa premissa pode ser observada no seu regimento interno e no atendimento as diversas cidades, como relata Bastos (2013):

O Campus de Educação Ciência e Tecnologia do IFBA de Irecê está localizado na BA 052, no entroncamento rodoviário que dá acesso à cidade de Lapão, com distância de 03 (três) km do centro da cidade de Irecê...O referido Campus de ensino está geograficamente situado na cidade de Irecê, mas atende um público de 22 cidades com raio de até 102 (cento e dois) quilômetros de distância (BASTOS, 2013, p. 41).

Pelo quantitativo que o autor menciona das cidades atendidas, em 2013, havia mais de um TI sendo atendido, no Quadro 3 acima é identificado a cidade de Bonito, que fica a cerca de 190km do Instituto e pertence ao TI-Chapada Diamantina. Vale lembrar, que há um CETEP em Wagner que fica a 30km da cidade, mas os institutos têm arrastado cidades num amplo raio de distância, mesmo tendo EP sendo ofertado no município que reside, a exemplo dos municípios de Xique-Xique e Canarana.

Em Xique-Xique, encontra-se em processo de implementação o Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) em Recursos Naturais do Centro Baiano,

entre os anos de 2011 e 2013 o Colégio Estadual Reinaldo Braga oferecia Ensino Médio e Educação Profissional, sendo chamado de Unidade compartilhada. Após essa implantação a comunidade escolar demandou a transformação em Centro de EP e a SUPROF concedeu a solicitação no final de 2013, instituindo o Centro, em 2014.

Ao se transformar em Centro Estadual a unidade só pode ofertar cursos de um determinado eixo, e no máximo outro que esteja integrado ao primeiro, exemplo: um CEEP em Turismo oferta o eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, mas também pode ofertar o eixo de Gestão e Negócios por compreender a ligação e área de atuação dos dois. Assim, até o momento o CEEP mencionado só pode ofertar cursos do Eixo de Recursos Naturais, em 2015, ofereceu os cursos de Agropecuária, Agroecologia, Meio Ambiente e Pesca.

Foto 3. CEEP em Recursos Naturais do Centro baiano.



Fonte: Arquivo da pesquisadora, foto tirada em 24/07/2015.

Em Canarana, o cenário é muito parecido com o do município de Xique-Xique, pois, também os cursos a serem ofertados têm que seguir a lógica do CETEP-Irecê. Sendo assim, na ocasião que o Colégio demandou a EP, foi liberado os cursos do eixo Recursos Naturais. Nesta cidade, a instituição que oferta é o Colégio Estadual José Ribeiro de Araújo denominada Unidade Compartilhada, em 2015 teve 672 matriculados e atendeu os municípios de Canarana, Salobro e Barro Alto, com o curso de Agroecologia, vale ressaltar que dos 672 estudantes apenas 62 fazem EP.

Foto 4 Área externa do Colégio Estadual José Ribeiro de Araújo



Fonte: Arquivo da pesquisadora, foto tirada em 06/11/2013.

O outro município a oferecer EP é Irecê, onde há o IFBA, mencionado acima, e o CETEP, também é nesta localidade que se encontra o maior número de instituições privadas que oferecem cursos técnicos, isso pela localização geográfica e outros aspectos potencializados na cidade em questão, que a caracteriza como cidade polo do TI. O CETEP-Irecê ao longo de sua história já ofereceu qualificação para muitos estudantes, visto que estar em atividade desde o ano de 1979, mas com o passar do tempo, algumas especificidades foram modificadas, é o que poderá ser apreciado na sequência.

4.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO CETEP-IRECÊ

Foto 5 Portão de entrada do CETEP-Irecê



. Fonte: Arquivo da pesquisadora, foto tirada em 18/11

No momento da criação da instituição pesquisada o Brasil passava pela conhecida “Revolução Verde”, caracterizada pela mecanização e modernização do processo produtivo agrícola fomentando o surgimento de instituições com foco nas técnicas de cultivo, utilização de insumos como defensivos. O país passava, também, por momento de crise do modelo de desenvolvimento econômico imposto pelo capital internacional e dirigido pelos militares.

Assim, em 1979 é fundada a ESAGRI, situada no bairro Baixão de Sinézia, tendo como objetivo formar Técnicos em Agropecuária, a fim de atender as necessidades locais, eminentemente, agrícolas. Dispondo de uma área de 136 hectares, com grande estrutura de laboratórios internos e externos, e salas de química, física, biologia, aviários, pocilga, galpão de maquinários agrícolas, refeitório, alojamentos masculino e feminino, biblioteca e espaço de cultivo de sequeiro.

A ESAGRI fazia parte da rede estadual de Escolas Agrotécnicas, que as tinha como suporte para aplicação de políticas agrícolas. Além disso, eram consideradas instituições impulsionadoras do cooperativismo e do associativismo, é tinha associação com o desenvolvimento do estado,

A instalação da Escola de Agricultura de Irecê/ESAGRI esteve associada ao processo de desenvolvimento e modernização das atividades agrícolas na região, em correlação com as políticas educacionais, voltadas ao interesse ou as orientações da capital. (SOUZA e MUTIM, 2012, p. 191)

Nessa perspectiva, Souza (2009) apresenta as funções das Agrotécnicas a partir das Diretrizes elaboradas coletivamente pelos representantes das escolas técnicas, Diretorias regionais de ensino e os municípios onde as mesmas estavam implantadas:

- Desenvolvimento crítico do aluno, visando a sua participação social e exercício pleno da cidadania;
- Participação no processo de pesquisa e extensão, realizando estudos, com base na realidade agropecuária local;
- Promoção de treinamentos em técnicas agrícolas;
- Acompanhamento dos projetos agropecuários e disseminação de técnicas socialmente apropriadas que viabilizem a redução de custos de produção, o aumento da produtividade e sua adequação às condições climáticas regionais. (DIRETRIZES CURRICULARES, 1994, p. 19, apud SOUZA 2009, p. 104-105).

Essas funções têm a ver com os objetivos dos Centros de Educação Profissional, pois o desenvolvimento crítico dos alunos deve ser desenvolvido por todas as instituições educacionais, bem como fomentar a participação cidadã no meio em que vive, assim como os Centros. Algo que diferencia é o acompanhamento das políticas agrícolas, pois atualmente a oferta não se restringe aos cursos de Recursos Naturais.

A história do TI-Irecê mostra que os recursos naturais sempre alavancou a economia local, assim quando implantada a ESAGRI não foi diferente, pois os professores tinham campo e matérias para desenvolver suas técnicas com os estudantes, como relata uma professora da Escola, apresentada por Souza (2009):

Chegamos nessa época com toda a garra, a escola nova, tudo novo, laboratório com tudo. Tudo o que você precisasse tinha aqui na ESAGRI. Dois tratores, dois poços, não faltaram implementos para a gente colocar a escola pra funcionar. Uns dez anos a escola funcionou muito bem, era referencial no comércio. Todo mundo só queria comer a galinha da escola, todo mundo só queria comprar os produtos da escola. Porque era feito com produtos orgânicos e tudo era feito dentro das técnicas (Professora da ESAGRI, Ciências Agrárias, 1982-2009, apud SOUZA, 2009, p.164).

É possível identificar o contentamento que a professora trata a Escola, na qual trabalhou durante 27 anos, relatando uma escola dos sonhos com todas as ferramentas para desenvolver os trabalhos. É um pesar este cenário não ter se perpetuado, pois anos depois um professor da mesma instituição em sua pesquisa relata uma paisagem de sucateamento:

Desde os anos 1990 a escola passa por um processo de sucateamento de suas instalações, falta de professores, precarização do trabalho pedagógico o que vem fazendo com que esta escola, que muito contribuiu para o desenvolvimento de estudos e do trabalho agropecuário, passe por um período bastante delicado da sua história. (SANTOS, 2008, apud MACHADO, 2013, p. 63)

Esse sucateamento contribuiu com a extinção da ESAGRI, mas a história mostra que além desse problema, a falta de políticas públicas que dessem continuidade ao projeto das Agrotécnicas foi o que definiu a descontinuidade das mesmas.

Entretanto, o mesmo autor traz uma avaliação da década de 1980, positiva da referida Escola, “centenas de jovens que tiveram inserção social em diversos ramos da produção. Pessoas essas, que relatam com orgulho o fato de

terem sido alunos da ESAGRI.” Pressupõe-se que a instituição tem em sua história momentos de ápice.

Não há relatos de que a instituição tenha sido fechada, mas que ficou funcionando a partir de contribuições mínimas do estado, municípios e do próprio cultivo da terra pelos alunos que moravam ali e professores que desenvolviam suas atividades pedagógicas.

Essas escolas disponibilizavam dormitórios para os estudantes, os quais passavam três anos fazendo o curso em tempo integral, sendo um turno para estudos teóricos e outro para práticas. Segundo o Diretor, a última turma de estudantes residente na Escola concluiu seus estudos, em 2012, a partir desse momento deixou de ser em tempo integral e foi acrescido mais um ano para a conclusão.

Após 2007, ao implantar a política pública de Educação Profissional por meio da Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), lei nº 10.955/07, o governo do estado institui os Centros Territoriais utilizando áreas e infraestrutura das Escolas Agrotécnicas, decreto Nº 11.355/04.12.2008.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

A estrutura do CETEP-Irecê oferece uma extensão com possibilidades de atividades internas e externas, onde sua parte externa é um excelente laboratório para os cursos de Recursos Naturais e outros ligados ao ambiente.

Ver nos registros fotográficos abaixo parte da estrutura do Centro:

Fotos 6 e 7. Área externa do CETEP-Irecê



Fonte: Arquivo da pesquisadora, foto tirada em 18/11/2015.

Foto 8. Área interna (pátio) do CETEP-Irecê



Fonte: Arquivo da pesquisadora, foto tirada em 18/11/2015.

Foto 9 Área interna (Sala de aula) do CETEP-Irecê



Fonte: Arquivo da pesquisadora, foto tirada em 18/11/2015.

Atualmente, o Centro disponibiliza da seguinte estrutura: 15 salas de aula; uma sala de desenho industrial; uma sala de oficina digital; um laboratório de informática; uma biblioteca; uma cantina; quatro banheiros; quatro laboratórios (Agropecuária, Enfermagem, Química, Física, Beneficiamento); Aprisco; Equinocultura; Apicultura; Avicultura; Extruticultura; Cunicultura; Caprinocultura; e ainda os seguintes animais: seis ovelhas; cinco cavalos; 13 caixas de abelhas; seis coelhos; dois bois; cinco vacas; 12 porcos.

Toda esta composição é mantida pelo estado, e tem algumas construções advindas do programa federal Brasil Profissionalizado, que contratou empresas de Construção Civil para levar os laboratórios e auditórios, mas desde 2013 as obras

estão paradas, inacabadas e a instituição precisando destes espaços para atender uma de suas principais demandas, ampliação da oferta.

O diretor informou que dos 20 municípios do TI, cerca de 10 deles tem estudantes no CETEP, as prefeituras parceiras geralmente oferecem transportes para o deslocamento dos munícipes, assim também como a prefeitura da cidade onde está situada a instituição, visto que a mesma fica distante do centro da cidade.

Ao transformar a ESAGRI em CETEP (Centro Territorial de Educação Profissional, Portaria nº - 8677/09) alguns cursos continuam sendo oferecidos na área de recursos naturais, por exemplo, Agropecuária, mas passou a ofertar cursos nas áreas de Saúde e Infraestruturas, inicialmente. Em anexo (anexo VI) a planilha de Oferta da Educação Profissional no CETEP Irecê - período 2010 a 2015 apresenta os eixos tecnológicos, matrículas, cursos oferecidos no CETEP Irecê no período de 2010 a 2015.1, onde se pode analisar os cursos ofertados.

O quadro abaixo mostra a procura pelas ofertas do CETEP- Irecê nos últimos dois anos (2014 e 2015) que vem crescendo sua oferta. Além disso, o quantitativo de cursos que apresenta 10 possibilidades diferentes contemplados em seis eixos, vale ressaltar que alguns não se sustentam no decorrer dos anos.

Quadro 4 - Matrículas 2014 e 2015 no CETEP-Irecê

EIXOS	Recursos Naturais	Ambiente e Saúde				Segurança	Gestão e Negócios		Turismo Hospitalidade e Lazer	Produção Cultural e Design	06 EIXOS
		Enfermagem	Análises Clínicas	Meio Ambiente	Agente Comunitário de Saúde		Administração	Recursos Humanos			
Cursos / Ano	Agropecuária					Segurança do Trabalho			Cozinha	Publicidade	10 Cursos
2014	EPI: 134 PROSUB: 36	PROSUB: 138 PROEJA Médio: 14	PROSUB: 110	PROSUB: 48	PROSUB: 17	PROSUB: 35	EPI: 85 PROSUB: 48				EPI: 219 PROSUB: 432 PROEJA Médio: 14 = 665 Matrículas
2015	EPI: 116 PROSUB: 41	PROSUB: 283 PROEJA Médio: 09	PROSUB: 50	PROSUB: 24		PROSUB: 16	EPI: 106 PROSUB: 97	PROSUB: 91	PROEJA Médio: 26	EPI: 14	EPI: 236 PROSUB: 602 PROEJA Médio: 35 = 873 Matrículas

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016.

Ao oferecer esse quantitativo de cursos, o Centro, realmente se caracteriza como uma instituição contemporânea de EP, pois não tem perfil engessado, como tinha as Escolas Agrícolas, apenas com Agropecuária, apesar da continuidade do curso, que em 2015 tinha 157 estudantes, em 2015, ainda com uma procura expressiva (147 matriculados), mesmo com problemas ambientais prejudicando o desenvolvimento do cultivo da terra para subsistência.

Outra observação é o crescimento do eixo Ambiente e Saúde, atualmente sendo o de maior oferta de cursos e de matrículas, Enfermagem liderando o maior quantitativo de estudantes 292 (PROSUB e Proeja).

O surgimento de novos cursos em 2015, (Recursos Humanos, Cozinha e Publicidade) segundo o Diretor, foram sugeridos em reuniões dentro da própria instituição entre a Gestão e os membros do colegiado escolar, vale ressaltar que mesmo o curso tendo uma procura significativa inicialmente, não garante que seja uma carência da comunidade do TI, nem da efetividade posterior a conclusão do curso, visto que a sondagem das demandas não foi sinalizada por representantes dos diversos segmentos da população que compõe o TI-Irecê e se beneficia dos cursos ofertados.

É necessário que a SUPROF tenha mais rigorosidade ao liberar novos cursos para os Centros, talvez mediante um pequeno dossiê contendo a real demanda advinda de pesquisas, conversas, justificativas socioeconômicas e/ou ambientais, estudos com jovens e adultos do TI, para que fundamentado neste documento possa liberar a implantação dos mesmos e assim contribuir diretamente com as especificidades socioeconômicas e ambientais do TI, aumentando a inserção dos egressos no mundo do trabalho.

Dos 10 cursos ofertados, apenas Enfermagem tem matrículas nas três modalidades (EPI, Prosub e Proeja). Os cursos de Proeja apresentam sinais de fragilidade, assim como outras modalidades de EJA, o que mais se destaca é o distanciamento dos períodos onde os estudantes estiveram em sala de aula, às vezes, vários anos depois voltam à escola para concluir os estudos. Esse distanciamento na EP traz inquietações, principalmente, na qualidade dos técnicos que estão se formando, no caso do Centro em questão o curso de Proeja em Enfermagem, pois os mesmos trabalham com manipulação de medicamentos, que exige conhecimentos para além da própria enfermagem, ex: cálculos matemáticos.

Além dos cursos, modalidades e ofertas outro ponto importante a se analisar é o quantitativo de egressos dos últimos após 5 anos após implantação do Centro, como as primeiras matrículas após a mudança foi em 2009, apenas a partir de 2011 começou a sair os primeiros egressos, formados no PROSUB (02 anos de duração). Ver a tabela abaixo:

Tabela 2 – Quantitativo de egressos do CETEP - Irecê⁶ período letivo 2009 a 2015

Ano	Eixo	Curso	Modalidade	Egressos
2011	Recursos Naturais	Agropecuária	PROSUB	14
	Ambiente e Saúde	Enfermagem	PROSUB	52
	Infraestrutura	Edificações	PROSUB	18
	Gestão e Negócios	Recursos Humanos	PROSUB	17
	Produção Industrial	Biocombustíveis	PROSUB	09
			TOTAL 2011	110
2012	Recursos Naturais	Agropecuária	PROSUB	14
	Ambiente e Saúde	Enfermagem	PROSUB	61 ⁷
		A. Comunitário de Saúde	PROSUB	13
	Gestão e Negócios	Recursos Humanos	PROSUB	18
	Produção Alimentícias	Agroindústria	PROSUB	11
	Infraestrutura	Edificações	PROSUB	09
			TOTAL 2012	126
2013	Recursos Naturais	Agropecuária	PROSUB	08
	Ambiente e Saúde	Enfermagem	PROSUB	44
	Gestão e Negócios	Administração	PROSUB	07
		Secretariado	PROSUB	11
			TOTAL 2013	70
2014	Recursos Naturais	Agropecuária	EPI	24
			PROSUB	15
	Ambiente e Saúde	Enfermagem	PROSUB	44
			PROEJA Médio	14

⁶ Dados fornecidos pela gestão do CETEP-Irecê, informações atualizadas, em 29/02/2016

⁷ O Centro conta estes egressos apenas em 2013, pois os alunos concluíram o curso em 2012, mas permaneceram ligados ao Centro em 2013 para conclusão do estágio.

		Analises Clínicas	PROSUB	48
		Meio Ambiente	PROSUB	15
	Gestão e Negócios	Administração	PROSUB	22
	Segurança	Segurança do Trabalho	PROSUB	18
			TOTAL 2014	200
2015	Recursos Naturais	Agropecuária	EPI	15
			PROSUB	08
	Ambiente e Saúde	Enfermagem	PROSUB	21
			Proeja Médio	09
		Analises Clínicas	PROSUB	19
		Meio Ambiente	PROSUB	23
	Gestão e Negócios	Administração	EPI	16
			PROSUB	12
Segurança	Segurança do Trabalho	PROSUB	13	
			TOTAL 2015	136
TOTAL GERAL				642

Fonte Elaborado pela autora, 2016.

A tabela dos egressos traz um retrato para se analisar o quantitativo de profissionais formados pelo CETEP-Irecê, no período de quatro anos que totalizam mais de 600 estudantes. Do período apresentado percebe-se que, apenas, após o ano de 2013 os egressos da modalidade EPI começaram a concluir os estudos, visto que este é uma modalidade de quatro anos, já os cursos do PROSUB predominam no Centro, desde a implantação do mesmo. Apesar das três modalidades oferecidas no Centro terem suas especificidades administrativas, a proposta curricular não deve divergir, a final o Plano Estadual de Educação Profissional (PEEP)⁸ está estruturado nos princípios trabalho, educação, intervenção social e trabalho como princípio educativo.

A proposta pedagógica do CETEP-Irecê precisa ser pautada no PEEP, para que tenha o respaldo pedagógico da rede de EP da Bahia, que traz em seus

⁸ Disponível no <http://educacaoprofissionaldabahia.blogspot.com>. Acervo particular da pesquisadora desde 2012.

princípios o desafio da implantação quando propõe a transversalidade do currículo, num movimento dialético, sobre isso Machado (2013), traz contribuições ao discorrer sobre o diagrama dos requisitos para os pesquisadores (p.53),

A observação desta ilustração representativa da proposta pedagógica do Plano Estadual de Educação Profissional, na condição de requisitos para os educadores, pressupõe que os educadores tenham compreensão dessas relações estabelecidas no diagrama acima, no qual a intenção de representar um movimento dialético entre trabalho e educação com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental, por sua vez transversalizados pela ciência e pela tecnologia com elementos da sociedade, para após o processo, serem devolvidos para esta mesma sociedade. (IBIDEM, p. 56)

Ao analisar os princípios estabelecidos e o Projeto Político Pedagógico (PPP) do CETEP-Irecê, percebe-se que ainda há lacunas na proposta, pois além de estar desatualizado, pouco contém de referências do objetivo dos Centros, que é oferecer o ensino médio agregado a qualificação profissional de forma a garantir a integração social dos estudantes. O diretor afirma que há uma interdisciplinaridade entre os conteúdos e as áreas de conhecimento.

4.4 A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CETEP-IRECÊ

A gestão⁹ educacional passou a ser utilizada para substituir a expressão administração educacional na tentativa de deixar para trás a visão tecnicista adotada pelas escolas. Alguns autores defendem a gestão escolar como sinônimo de administração, pois a escola é uma organização que tem como objetivo oferecer algo (educação) a alguém (o sujeito). Nesse sentido, é aceitável a análise de Chiavenato (2010), que coloca as organizações como sendo unidades sociais (e, portanto, constituída de pessoas que trabalham juntas) que existem para alcançar determinados objetivos, esses podem ser os lucros, as transações comerciais, o ensino (como no caso da organização educacional), a prestação de serviços públicos, a caridade, o lazer, etc.

Assim, a organização escolar é um conjunto de disposições, fatores e meios

⁹ Conceito adotado: ato de gerir, administrar, dirigir. A expressão “Gestão” será utilizada como sinônimo de equipe gestora, ou seja, a junção das pessoas que trabalham na gerência da escola, Diretor e Vice-diretores (e a depender Coordenação Pedagógica).

de ação que podem ser administrativos, pedagógicos e políticos, precisando ter claro seus objetivos, metas e recursos para atingir seu objetivo maior que é oferecer educação de qualidade para todos. De tal modo, a gestão sugere uma concepção mais ampla do que a da administração.

Nesse sentido, o termo gestão indica:

[...] uma tentativa de superação do caráter técnico, pautado na hierarquização e no controle do trabalho por meio da gerência científica, que a palavra administração (como sinônimo de direção) continha. Neste caso, sua substituição pelo termo gestão pode significar a adoção de uma nova lógica na organização do trabalho, cujo pressuposto seria evidenciar os aspectos políticos inerentes aos processos decisórios (Cf. CAMARGO, 1996 apud ADRIÃO e CAMARGO, 2001, p.75).

Vale ressaltar, que o termo gestão surge no Brasil num contexto de redemocratização da sociedade brasileira, onde após o regime militar os movimentos sociais e a sociedade civil organizada travam lutas em defesa da escola pública, fomentando uma nova lógica na organização do trabalho. Nesse período, os educadores levantam a concepção de gestão democrática a fim de buscar/garantir o acesso e a qualidade na educação.

Nos últimos anos a gestão escolar vem tomando outra conotação, muita mais respaldada e influenciada, principalmente, pela realização de algumas avaliações na Educação Nacional, Freitas (2012) em suas discussões tem refletido sobre os avanços significativos que traz alterações na forma de compreender e desenvolver as práticas da gestão e conclui que:

A cultura da nova administrativa política responsabiliza o gestor e sua equipe pelos aspectos administrativos, financeiros, pedagógico, 'legislativo'. Nesse novo contexto, o gestor é responsável pela qualidade na educação oferecida (FREITAS, 2012, p. 166).

Mesmo sendo o gestor o principal responsável pela qualidade da educação, não se deve responsabilizar a gestão de todas as dificuldades identificadas numa instituição escolar, mesmo porque, tem situações em que esses atores não desenvolvem ações diretas, exemplo, o desenvolvimento de aulas para ampliação dos conhecimentos dos alunos, onde a ação é tônica entre professor e alunos.

Dessa forma, se faz necessário que a equipe gestora da escola tenha ações que busquem garantir a eficiência do ensino, para garantir a qualidade na educação, está prática pode ser adquirida desenvolvendo a gestão democrática.

O exercício da gestão democrática é institucionalizada pelas maiores legislações vigentes, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 9394/96, que apresentam artigos sugerindo uma gestão participativa, dialógica com o envolvimento dos diversos segmentos/atores dispostos no processo de ensino e aprendizagem.

Embasada na perspectiva da Educação Profissional do estado, a equipe gestora precisa atender as especificidades colocadas como indispensáveis para concretização das propostas, como por exemplo, a proposta de currículo integrado na perspectiva da formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores, que incorpora essas análises e busca definir as finalidades da educação escolar por referência às necessidades da formação humana.

Desse modo, a estrutura administrativa dos Centros de Educação Profissional da Bahia é implantada a partir da portaria nº 8.676/09¹⁰ que apresenta um perfil diferenciado das demais instituições estaduais, com o objetivo de atender as especificidades da EP. Sendo assim, desde 2009, os Centros têm a seguinte estrutura administrativa: diretor, vice-diretor técnico pedagógico, vice-diretor de articulação com o mundo do trabalho e vice-diretor administrativo-financeiro.

O modelo de gestão da Educação Profissional foi instituído para atender de fato aos aspectos peculiares dos Centros que ofertam exclusivamente a EP no estado da Bahia, onde toda a estrutura administrativa, equipe gestora, trabalha com a totalidade dos aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e mundo do trabalho.

Ao vice-diretor pedagógico cabe orientar todas as ações nos eixos tecnológicos, tendo como foco o ensino-aprendizagem dos estudantes, outra função desenvolvida pela mesma é o de receber os professores e orienta-los para a entrada na sala de aula, bem como trabalhos da programação (organização de horário de aula).

O vice-diretor de articulação do mundo do trabalho, como o próprio nome já diz, cabe articular os estudos com as possibilidades profissionais dos alunos, contribuindo para vivência e inserção no mundo do trabalho, ação indispensável quando se trata deste segmento educacional. Em conversa com esse vice, o mesmo

¹⁰ Portaria SEC BA nº 8.676/09, de 16 de Abril de 2009. Dispões sobre a regulamentação da estrutura administrativa dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional, e dá outras providências.

fala da dificuldade de fechar os convênios com as empresas, que quando chegou ao Centro, em 2013, existia muitos alunos concluintes que ainda não havia sido encaminhado para estágio, o que dificultou sua atuação entre 2013 e 2014.

De modo que o vice-diretor administrativo-financeiro do CETEP-Irecê tem dentre as diversas funções, zelar pela manutenção do estabelecimento, levando em consideração os recursos financeiros e humanos disponibilizados para a instituição. Muitas vezes, há a dificuldade para se aplicar esses recursos principalmente por conta da burocracia da SEC, como relata o vice-diretor. E ao diretor compete coordenar, gerenciar todas as ações do Centro, dentro dos aspectos pedagógicos, administrativos, sociais e profissionais.

Essa equipe gestora apresenta um diferencial não só na estruturação, mas também na forma de desenvolvimento das ações no cotidiano dos Centros. O primeiro ponto é que as outras instituições educacionais deste mesmo estado tem a seguinte estruturação: Diretor e três vice-diretores, onde cada vice é responsável por um turno e apenas o diretor tem uma atuação geral da unidade. Assim, muitas vezes não há integração desses sujeitos, pois o foco é o turno, já na gestão da EP o foco é na instituição como um todo geral, pois todos os vice-diretores perpassam por todos os turnos, exemplo, a vice-direção pedagógica é responsável por todo o processo de ensino-aprendizagem contribuindo assim com todos os professores em todos os turnos, o que pressupõe uma melhor implantação dos princípios pedagógicos.

Outro ponto específico são os recursos recebidos pelos próprios Centros para execução de ações, que contribuam diretamente no ensino-aprendizagem dos alunos, por exemplo, aulas práticas, visitas técnicas, laboratórios e ainda recursos para merenda e manutenção do patrimônio público, assim o vice-diretor financeiro atua na implantação dos recursos para todo o Centro independente do turno.

A gestão, sendo uma estrutura de gerenciamento/coordenação é quem dinamiza o desenvolvimento das ações, pois surgiu a partir da busca de solução para problemas existentes, usando vários métodos científicos, ou não, a fim de se sobressair as demandas apresentadas e/ou vivenciadas. Segundo Libâneo (2004, p. 119), “[...] a gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização [...] A direção é um princípio e atributo da gestão”. Portanto, o gestor dos Centros de EP, tem como principal responsabilidade, garantir a integração curricular direcionando todo o processo.

Pressupõe que, para garantir a aplicação da proposta da EP, norteado pelos

princípios pedagógicos e organizacionais do estado da Bahia, a gestão do CETEP-Irecê deve atuar de forma a contribuir com o desenvolvimento não só dos estudantes, mas também com o TI.

5 ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO CETEP-IRECÊ NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

O CETEP precisa ser um Centro profissional de excelência, que todos tenham orgulho de tê-lo no território e não apenas um formador de mão de obra. Precisa formar pessoas.

Colegiado do TI-Irecê, 2015

Com o objetivo de identificar e analisar os fatores relacionados à atuação do CETEP-Irecê junto ao Território de Identidade pertencente optou-se pela pesquisa qualitativa, que segundo Bogdan e Biklen (1994), envolve a obtenção de dados descritivos, alcançados no contato direto do pesquisador com a situação a pesquisar, o que o caracteriza como o método estudo de caso, como mencionado na introdução.

O estudo de caso utilizado como abordagem metodológica possibilitou aprofundar no contexto pesquisado. Ludke e André (2012, p. 19) assegura que ao desenvolver o estudo de caso pode-se utilizar uma diversidade de fontes que geram informações, “o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes”. Assim, essa abordagem permitiu a instrumentalização do processo de investigação desenvolvida nas atividades concretas e práticas atendendo aos objetivos propostos.

Balizado pela escolha dos cursos alguns atores, especificamente os alunos egressos, professores e parceiros foram selecionados para que os mesmos pudessem oferecer informações voltadas para o Centro, mas, principalmente dos cursos em questão. Além deste foram pesquisados a equipe gestora do CETEP-Irecê, Colegiado Territorial e prefeituras do Território. A seleção dos pesquisados representa as intenções da pesquisadora, que buscou ao máximo diversificar os olhares para responder as indagações levantadas.

Ao demandar a visão do Território a intenção era sondar a interação TI-CETEP e vice-versa, para avaliar a parceria destas duas instituições estaduais, a partir do Decreto nº 11.355/08, que institui os Centros de Educação Profissional.

As instituições parceiras acionadas contribuem diretamente com a efetivação da EP no CETEP, principalmente no campo de estágio, e ainda muitas vezes esses mesmos parceiros oferecem inserção no campo profissional para os estudantes. Foi

procurado um parceiro/instituição ligado a cada curso, a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) está sempre em contato com o CETEP oferecendo abertura para os estudantes, quando indagado sobre a contribuição da instituição para a EP do TI, responde:

Os alunos do CETEP que tem estagiado na ADAB tem muitas oportunidades de participar de atividades práticas, tanto na área veterinárias quanto agrônoma, além de saírem com maior número de informações em relação a prevenção e controle de enfermidades animais e vegetais. (Parceiro I)

De tal modo, os estágios oferecem a oportunidade de vivenciar de forma prática as teorias estudadas em sala de aula, principalmente no que se refere ao controle e prevenção das enfermidades animais.

No tocante ao curso de Enfermagem, foi contactado o Hospital Regional do Irecê (HRI), que atende ao maior número de estudantes deste curso, visto as diversas especificidades que os estudantes podem vivenciar neste espaço. Inicialmente esteve aberto a receber e contribuir com a pesquisa, mas passou muito tempo para o retorno que não foi satisfatório. Assim, foi visitado e acionado a contribuição da Associação Baiana dos Anciões de Irecê (ABAI), que além de responder ao questionário concedeu uma conversa sobre os trabalhos dos estudantes do CETEP-Irecê na ABAI, e avaliou positivamente a contribuição dos mesmos à Associação, visto que é uma instituição carente de parceiros.

O curso de Administração, segundo o Vice-diretor Mundo do Trabalho, tem encontrado muito apoio e abertura junto a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Irecê (ACI), ao entrar em contato o presidente recebeu o questionário, mas até o momento não retornou o mesmo, apesar das diversas procuras.

Para avaliar a contribuição do CETEP com as cidades dos Territórios, foi estipulado o quantitativo de cinco prefeituras dos municípios de João Dourado e Lapão por fazerem fronteiras com o município onde se localiza o Centro, Ibititá por já ter recebido cursos da EP através do PRONATEC, Jussara, pois é um dos municípios mais distantes do Centro, mas que tem munícipes lá matriculados e o município Irecê onde o CETEP está localizado.

Destes cinco municípios três (Jussara, Lapão e Ibititá) retornaram a investigação e um concedeu entrevista breve. Os questionários foram respondidos

pelos Secretários de Educação, que deram retorno positivo do CETEP, afirmando que o mesmo está contribuindo significativamente “Qualificando a mão-de-obra e inserindo novos profissionais capacitados no município” Lapão, que se localiza a 10 km do Centro (de Irecê) e tem estudantes matriculados que são moradores da cidade, a prefeitura disponibiliza transporte para os mesmos. O município de Ibititá enviou o instrumento respondido, e avaliou como positiva a contribuição do Centro. A prefeitura de Jussara, localizada a 35 km de Irecê também avalia o CETEP-Irecê como uma instituição que contribui significativamente com o TI.

Para a investigação no município de Irecê, o prefeito foi acionado, mas encaminhou para o Secretário de Educação, que recebeu a pesquisadora por curto período de tempo e pediu que deixasse o questionário com uma das coordenadoras da Secretaria (até o momento não se obteve retorno do instrumento), mas na conversa foi possível identificar o distanciamento do município, em especial a Secretaria de educação com o CETEP-Irecê. Ao ser questionado sobre a EP no município o secretário se mostrou alheio, afirmando não saber falar sobre, e ainda pergunta “estes cursos acontecem na ESAGRI né?”. O que é preocupante e instigador, porque algumas secretarias (Saúde e Agricultura) são parceiras do Centro, segundo a equipe gestora.

O olhar do CETEP-Irecê foi garantido pela equipe gestora, professores e alunos egressos. A investigação junto à equipe gestora justificou-se pela intenção de sondar e compreender a maneira como a instituição pesquisada é gerida, visto que a EP do Estado tem uma estrutura administrativa diferenciada das demais escolas/colégios do mesmo estado. No momento da pesquisa estava em atuação uma equipe que pouco se afinava, onde por vezes uma mesma pergunta era respondida em divergência por parte da equipe.

Os professores procurados estavam ligados às disciplinas de FTG por ter disciplinas iguais em todos os cursos (ex: Ética do trabalho) obrigatório em todos os cursos supracitados e professores da FTE disciplinas específicas dos mesmos.

De tal modo, foram escolhidos os estudantes egressos do ano de 2013, sendo 02 de cada curso, não para que fossem generalizadas as opiniões dos mesmos, mas, para que a avaliação a partir dos estudantes fosse garantida, o fato de serem egressos endossou a sondagem sobre a contribuição do CETEP-Irecê para com os municípios do Território.

O Centro disponibilizou e entregou uma lista com nomes e apenas alguns tinham contatos telefônicos, ao busca-los poucos deram retorno ou se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa, alguns disseram que não gostariam de fazer avaliação sobre o CETEP. Deste modo, dos 6 apenas 3 compareceram ao encontro com a pesquisadora.

Ao buscar responder ao objetivo geral que versa sobre a atuação do CETEP Irecê no Território de Identidade, verificando como esse atende às especificidades socioeconômicas e ambientais do contexto no qual está inserido, aos objetivos específicos e as questões norteadoras como referências para análise da pesquisa, temos as categorias abaixo descritas e analisadas.

5.1 CONTRIBUIÇÕES DO CETEP PARA O TI-IRECÊ

No decorrer do estudo, sobre Território de Identidade, foi possível perceber que esta organização geográfica espacial, que combina coesão social, cultura e identidade ainda não está totalmente internalizada pelos baianos.

Mas, desde a implantação desta política territorial que muitos programas e projetos estão se organizando a partir das políticas territoriais, uma delas é a política pública da Educação Profissional (EP), que se tornou uma política permanente de estado desde o ano 2011, ao ser incorporado no Plano Plurianual 2012-2015, pela SEPLAN.

Ao se transformar em política pública permanente de estado os beneficiários tem uma maior segurança na inserção e permanência ao se matricular nos cursos ofertados na Bahia. Afinal de contas, o trabalho dos técnicos sempre será demandado pelo mundo do trabalho, como afirma o Superintendente da SUPROF, professor Antonio Almerico Biondi Lima, numa entrevista ao CREA:

A educação profissional é uma política permanente, porque a sociedade precisa de técnicos. Mesmo em situação de crise é necessária a formação de pessoas para o mundo do trabalho. Aliás, precisa ser ressaltado o caráter anticíclico da política pública de educação profissional. Forma-se agora para podermos enfrentar o crescimento sem apagão de mão de obra, como aconteceu no passado. A falta de pessoas qualificadas na década de 2000 se explica pela baixa efetividade das políticas de qualificação nos anos 1990. (Site da Educação Profissional da Bahia, em 24/09/2015).

Assim, ao implantar a política da EP é necessário ligar a oferta dos cursos às demandas locais para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos Territórios, mas não utilizá-la como ferramenta única de desenvolvimento, igualmente como norteia as legislações e órgãos responsáveis pela aplicação da EP.

A SUPROF orienta aos Centros que ao solicitar cursos mediante justificativa das demandas do TI, a fim de aumentar o índice de permanência dos jovens e trabalhadores no seu TI de origem. Mas, pelo relato do Colegiado do TI-Irecê isso não vem acontecendo, “A proposta do CETEP seria para articular os cursos pela demanda do colegiado, no entanto isto nunca acontece.” Isso tem um peso muito grande porque parte da equipe gestora afirma que a consulta vem sendo feita, vejam as respostas de parte da gestão do Centro ao ser questionado sobre a maneira que os cursos vêm sendo demandados,

Gestor I: Pesquisas e debates indicam a necessidade do curso para o Território.

Gestor III: Nos últimos anos (foram os que participei) foram realizadas reuniões com o corpo docente, debatendo-se as demandas, infraestrutura e pessoal. Neste último ano fizemos uma enquete com a população durante a EXPOAGRI e neste mês vamos fazer em escolas da 8ª série e 3º ano.

Gestor IV: população externa (geralmente as enquetes são feitas em eventos promovidos por entidades regionais).

Mas, outro pesquisado desta mesma equipe gestora afirma que as escolhas são feitas por meio de conversas entre poucos profissionais no interior do Centro,

Gestor II: Muito aquém do que deveria ser, logo o gestor convoca apenas os profissionais que estão num dia qualquer e a partir daí a escolha é feita, e, na prática poderia ser feita através de enquete pesquisas que envolvesse todo o Território, mais precisamente as cidades que estão no entorno do Centro.

Nas respostas acima, a maioria dos gestores afirmam que houve a busca pela colaboração da sociedade do território, em feiras e eventos promovidos pelo Centro ou não, e ainda que buscou consultar os alunos concluintes do Ensino Fundamental II, futuros estudantes do Ensino Médio, em meio a essas práticas é importante saber qual a abrangência (municípios) que se alcançou? As cidades do TI-Irecê precisam ser acionadas, assim também como alguns parceiros que possam contribuir

futuramente com a inserção profissional, visto que para implantar políticas públicas em qualquer setor social requer a participação dos sujeitos envolvidos e os que serão diretamente beneficiados, no caso dos beneficiários do CETEP-Irecê, os cursos precisam contribuir com a inserção dos mesmos no mundo do trabalho.

Se o diálogo não existir compromete toda a oferta, podendo ocorrer problemas que impactam nos sucessos e na qualidade do curso, por exemplo: falta de profissionais para atuar nas áreas específicas, ausência de materiais nos laboratórios, recursos para merenda, e no futuro, a ausência de oportunidade no campo profissional.

O Gestor III relatou que em 2015 os alunos aproveitaram um estande numa Exposição Agrícola, na cidade de Irecê para realizar tais enquetes, mas o diálogo não deve restringir-se a Irecê, e sim uma quantidade, se não todos, os municípios do TI. A exemplo temos o Lapão que está apenas a 15 km do CETEP-Irecê, oferece transporte para os munícipes estudarem no Centro, e não é consultado, como sinalizado em conversa com o Secretário de Educação ao entregar o questionário. Dessa maneira, a procura pelas matriculas seria mais expressiva, além da contribuição com o TI, como um todo.

Ao tratar sobre a interação do CETEP-Irecê com TI, parte da gestão afirma que:

Gestor III: A interação ocorre através de participação ou eventos organizados pelo colegiado, nos eventos no CETEP, em projetos em comum. Eu participo do colegiado oficialmente do Grupo de Trabalho em Agroecologia.

Gestor IV: Durante quase 04 anos eu jamais participei de um encontro com o colegiado territorial (desconheço).

E um dos municípios avalia como infrequente está relação:

Município II: Percebe que se faz necessário ampliar essa interação entre CETEP e as cidades do Território de Irecê. Assim, faz-se necessário a ampliação dos diálogos sobre questões locais, mediante ações e projetos, desenvolvidos em parceria com as escolas e outras representações da sociedade.

Quando um município vizinho faz essa leitura é sinal que realmente a interação precisa ser repensada. Claro que também existe reconhecimento da importância do Centro, da contribuição social e econômica, como afirma o Município III “Esses cursos têm impacto direto na economia de nossa região”, vale ressaltar

que a contribuição não deve se restringir ao viés econômico. Acredita-se que os cursos oferecidos são de grande relevância na formação dos estudantes, pois contribuem também com a formação humana do sujeito.

E para responder ao objetivo específico, que trata da maneira que o Centro atua de forma a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do TI, os segmentos pesquisados revelam,

Gestor I: Obedecendo as pesquisas para implantação dos cursos favoráveis ao Território.

Gestor III: Primeiro oportunizando o acesso a centenas de jovens e adultos na Educação Profissional. Através do conhecimento pedagógico e levando a comunidade através dos projetos de intervenção social. Também através dos eventos científicos. Por meio das parcerias com as instituições atuantes no Território.

Professor I: De alguma forma sim, pois acaba atendendo essas demandas territoriais. Mas, por outro lado deveria haver um diálogo mais constante entre o CETEP e a coordenação do Território.

Parceiro II – Não tenho conhecimento.

Enfermagem I – O CETEP Irecê vem contribuindo de forma acolhedora os seus estudantes juntamente com a sociedade de forma a desenvolver projetos de intervenção social em todos os eixos tecnológicos aplicados, tanto com alunos quanto com os professores.

Administração – O CETEP de Irecê contribui com a transformação da vida dos estudantes e trabalhadores, por essa rede de ensino prova que educação pública é de qualidade, aliada as demandas e objetivos para o território de Irecê.

Município I: Sim, a medida que o CETEP cumpre com o seu papel de formação técnica profissional contribui para a melhoria da realidade social, diminuindo a carência de profissionais na área de atuação e simultaneamente formando profissionais capazes de atuarem no mercado de trabalho.

Município I - Ao promover a qualificação profissional mediante cursos voltados não só para o mercado de trabalho, mas através de estágios em ONGs, cursos de extensão e palestras na comunidade, quanto às questões ambientais, não percebo uma atuação que possibilite pesquisas e orientações das especificidades do sertão, e se tem, não são muito divulgadas.

Município II - Sim. Estamos vendo a inserção de profissionais mais qualificados.

TI-Irecê – Penso que tem atendido mais fortemente as demandas socioeconômicas, quanto as ambientais tem ficado um pouco esquecidas, os cursos tem sido para atender uma demanda de mercado e isso enfraquece o potencial de qualquer curso.

Com as falas, observações dos atores pesquisados, é possível identificar a contribuição como positiva, principalmente, no tocante aos cursos de recursos naturais e saúde, por ser uma carência que muito tem a ver com o TI, contribui também diminuindo a carência de profissionais qualificados no mercado, e outra forma de contribuição são as intervenções sociais, onde o Centro vai até as comunidades desenvolver projetos que colaborem com alguma demanda de uma determinada comunidade. Vale ressaltar, que o diálogo entre o TI precisa ser fomentado.

E para completar os questionamentos desta categoria, foi solicitada uma análise do CETEP-Irecê, alguns voltaram o olhar na estrutura física, outros no ensino-aprendizagem e apresentaram as seguintes respostas,

Enfermagem I - Quando estive no CETEP Irecê não tinha perspectiva de estudo, depois de entrar lá e conhecer pessoas maravilhosas que puderam nos acolher e mostrar que o meu potencial é mais do que eu pensava. Eu sou uma pessoa humanamente melhor, tanto social quanto profissional.

Enfermagem II – O curso de técnico em enfermagem é voltado para a formação humanista do profissional tornando os alunos capazes de desenvolver suas atividades com ética e compromisso.

Administração – Aprendi muitas coisas, tive mais conhecimento de assunto e de outros. Conheci profissionais e colegas queridos e foi uma porta na minha área profissional.

Parceiro I – A instituição de ensino CETEP, precisa de investimentos para recuperação e manutenção de suas estruturas físicas, capacitação de professores e aquisição de equipamentos.

Dessa forma, pode-se observar sim a contribuição com o desenvolvimento social do sujeito, como afirma os alunos egressos, cumprindo assim um dos maiores objetivos, não só da EP, mas da educação no geral.

Sobre a estrutura física o diretor diz ser um dos entraves, que vem buscando junto a SUPROF e a SEC à liberação para realização de algumas adaptações, bem como as adequações para utilização de umas estruturas de sala e laboratórios que estão inacabados. Outros entraves apresentados pela gestão foram,

Gestor I: Falta de participação do Território; Falta de ônibus escolar; Péssimas condições da via de acesso; Violência; Drogas.

Gestor II: Acredito que o grande desafio do Centro hoje é ter uma gestão democrática e participativa, primando pelo diálogo entre todos os envolvidos

da Educação Profissional, no intuito de traçar metas e ações para propiciar melhor qualidade de e/no ensino/aprendizagem dos estudantes.

Gestor III: Existem entraves da educação em geral entraves específicos da EP e do CETEP, pode-se citar as dificuldades na contratação de profissionais de áreas específicas, as dificuldades com recursos que não são apresentados, falta de profissionais em algumas áreas, como para práticas, para laboratório, etc. Acho que algo da estrutura física também.

Gestor IV: A maior dificuldade encontrada até os dias de hoje é a falta de planejamento por parte dos profissionais para a aquisição dos materiais solicitados. “Só pedem os recursos didáticos em cima da hora”.

A falta de gestão democrática participativa fica nítida ao analisar as respostas divergentes, para a mesma pergunta, quando questionados sobre a forma de atuação da gestão,

Gestor I: Cada um vai desenvolvendo suas funções e inter-relacionando suas atividades de acordo com a possibilidade de cada um.

Gestor II: Tenho percebido que se faz necessário mais integração entre a equipe, uma vez que é muito nítido um elo apenas entre vice pedagógico e mundo do trabalho, ficando muito a desejar entre os demais e no cotidiano é imprescindível uma integração entre toda a equipe.

Gestor III: As atividades são desenvolvidas baseando-se nas distribuições das funções [...] cada um “cuida” da sua área e nas ações que são interligadas tem-se o diálogo. No caso também temos os orientadores de estágios que atuam comigo e os articuladores com o pedagógico, mas mantemos em constante diálogo.

Gestor IV: A estrutura administrativa nos centros é bastante tranquila em função das atribuições de cada um dos representantes dos departamentos serem bem definidas, isto é, cada vice tem suas atribuições específicas, onde todos juntos contribuem para um bom funcionamento.

Os princípios da gestão democrática determinados pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB n. 9.394/96 vêm sendo implementados nas escolas, resultando em novas práticas na gestão escolar, essa prática deve ser embasada na participação dos atores escolares (internos e externos). Mas, a participação é conturbada, pois como tem uma equipe gestora que se diz democrática participativa e ao desenvolver sua atuação cada um se envolve apenas com atribuições específicas e não com o todo?

A aplicação do modelo de gestão democrática poderá possibilitar ao aluno ser agente de mudanças, fazendo-se sentir-se co-responsável pelo curso, pela educação que lhe está sendo oferecida. Desse modo, ele terá uma educação integral, envolvendo-se com todos os atores pedagógicos e respeitando os viver e o ser de cada um (SILVA, 2005, p.125).

Os aspectos administrativos, pedagógicos e sociais precisam ser integrados aos objetivos e práticas educacionais, não restringindo a responsabilidade da educação apenas a equipe gestora, muito menos ao diretor, para que a partir de uma gestão democrática participativa os Centros possam oferecer a educação pública de qualidade para os estudantes, ainda sobre essa premissa veja o que outros pesquisados afirmam,

Professor I: Infelizmente a um descompasso nas ações e atividades gestoras da equipe, que mesmo tendo gestores desenvolvendo um excelente trabalho, por conta de uns dois membros a gestão não acontece a contento.

Professor II: Uma boa gestão, que ouve os docentes e na medida do possível viabiliza as demandas necessárias para o desenvolvimento do centro.

Dois professores avaliam a equipe gestora, um apresenta elementos negativos da mesma, afirmando que há um descompasso, e que alguns dos membros desenvolvem um bom trabalho, mas que outros dois comprometem a atuação da equipe. Já o outro professor avalia como positiva, quando diz do diálogo com os docentes, e a contribuição com o desenvolvimento do Centro. As demandas da contemporaneidade apontam para necessidades político-sociais a partir do contexto do sujeito, mas que agrega a leitura de mundo, que traz sinalizações de como deve ser o trabalho das gestões escolares, como menciona Freitas (2012),

Em função dessa nova realidade política educacional, há uma necessidade imperativa para que os gestores sejam profissionais que demonstrem competência, caráter, honestidade; sejam proativos, participativos, democráticos e mobilizadores; zelem pela eficiência, eficácia e efetividade das ações gestoras; saibam lidar com pessoas e desenvolver novos líderes. (FREITAS, 2012, p. 164)

Isso porque, a gestão trabalha com atores sociais com características peculiares, contendo forças e fraquezas, limites, emoção, os Centros de EP é um ambiente social sólido e agrupa a multiculturalidade. A contribuição no/do Centro precisa estar interligada com as demandas sociais, culturais e pedagógicas, para que a educação seja de qualidade. Assim, segue para a análise da aplicação da proposta curricular do CETEP-Irecê.

5.2 PROPOSTA CURRICULAR DO CETEP, NORTEADA PELO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A proposta curricular da Educação Profissional da Bahia fomenta a formação omnilateral dos sujeitos, a partir do currículo que associa a formação integral, o trabalho como princípio educativo e a intervenção social como princípio pedagógico, apresentados epistemologicamente no capítulo 3 desta dissertação. Este currículo integrado busca articular teoria e prática, ciência, tecnologia e sociedade com os saberes acadêmicos e os construídos na vida profissional. A professora IV identifica essas premissas na matriz curricular afirmando que a EP “traz na grade curricular pesquisas e intervenções para o desenvolvimento tecnológico e inicial do indivíduo.”.

Mas, para se aplicar esse currículo à equipe docente precisa, sobretudo, estar integrada, para efetivar a proposta nas aulas, ao questionar os professores sobre a implantação da proposta curricular a partir destes princípios, orientado pela gestão, os mesmos respondem,

Professor I – Embora existam outros momentos como reuniões e os encontros para as atividades complementares (AC's), as jornadas pedagógicas são os momentos privilegiados para discussão dessa proposta curricular.

E os outros seguem com o mesmo discurso, prevalecendo os momentos de formação apenas no início do ano, nas jornadas pedagógicas e que durante o ano letivo não se tem continuidade das discussões, nem nos planejamentos coletivos.

Quando questionados sobre os subsídios de formação no planejamento pedagógico dos princípios da EP, para se apropriarem das propostas os docentes dizem que as discussões são feitas coletivamente e mais fielmente pontuado na Jornada Pedagógica,

Professor I – Nas jornadas pedagógicas e no acompanhamento e execução do plano de ação do CETEP.

Professor IV – Fornecendo parcialmente subsídios para execução de projetos, visitas técnicas, E também através de encontros da gestão com professores, orientação dos projetos, dos estágios, do AC, dentre outras.

Ressalta-se que a rede estadual de ensino da Bahia tem carga horária para os professores desenvolverem suas atividades pedagógicas de forma coletiva, será que realmente essa prática está sendo desenvolvida no Centro? Como estão ocorrendo os momentos de planejamento pedagógico com o objetivo de efetivar a proposta curricular, norteadas pelo plano estadual de Educação Profissional?

Professor III – Os planejamentos são feitos dentro das propostas de inclusão dos alunos, com o objetivo de capacitá-los para o mundo do trabalho e a conviver na sociedade tornando-os sujeitos críticos e autônomos.

Vale mencionar, que para realmente tornar praticável a proposta da EP da Bahia, faz-se necessário o planejamento coletivo, pois está se falando de um currículo integrado. Machado (2010), em sua pesquisa apresenta algumas mudanças positivas advindas do Plano,

Um ponto positivo apresentado pelos sujeitos da pesquisa em relação à implementação do Plano Estadual de Educação profissional foi a inclusão de disciplinas como Filosofia e Sociologia nas matrizes curriculares de todos os cursos, tanto na modalidade integrada quanto na subsequente, PROEJA e PRONATEC. Com isso, há uma mudança na concepção da educação profissional, cuja ênfase não é mais apenas o fazer (que era uma característica dos cursos profissionalizantes tecnicistas), mas saber o porquê fazer, para que fazer. Ao mesmo tempo em que a educação profissional está voltada para a formação de profissionais, ela também propicia formação de sujeitos conscientes dos seus direitos e deveres. (MACHADO, 2013, p.83)

A mudança pedagógica advém da interdisciplinaridade que interliga as disciplinas e conseqüentemente os conteúdos, assim como avalia Frigotto e Ciavatta (2004, p. 24), “a mudança é a nova concepção curricular, que deve ser interdisciplinar e contextualizada, de modo que as disciplinas, trabalhadas com ênfase nas áreas a que pertencem, se interpenetrem”.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) pode ser um dos instrumentos que apresenta as mudanças pedagógicas a partir da concepção adotada no plano estadual. Ao ser questionado sobre a aplicação das diretrizes pedagógicas orientados pelo plano estadual no PPP, há divergências entre a Gestão e os professores, o Gestor II afirma que, “Infelizmente o PPP é apenas um documento engavetados e não traz, não enfoca as Diretrizes.”

Pessoalmente, o Gestor II diz que não há atividades sendo orientadas pelo PPP e o mesmo precisa ser atualizado e incorporado ao cotidiano pedagógico. O que não quer dizer que as diretrizes elaboradas pela SUPROF não estejam sendo cumpridas, assim como relata o Gestor I, “Procuramos seguir no cotidiano, as orientações feitas pela SUPROF e pelos cursos de formação”. O problema é a falta de institucionalização, pela ausência de documentos referenciais.

Assim pressupõe, que os documentos utilizados pelos docentes para organizar suas atividades pedagógicas sejam as ementas das disciplinas, que descreve os conteúdos, mas não a forma de aplicação ou a concepção do ensino a ser trabalhado, não estando atualizado o PPP, um documento que pode ser utilizado como contribuinte do desenvolvimento pedagógico é os planos de curso. Mas, para além dessas práticas, para que os professores qualifiquem suas práticas se fazem necessários momentos de formação para discussão da proposta atual da EP.

Mas, mesmo não tendo um referencial pedagógico para nortear, os alunos avaliam como positivo a aplicação dos conteúdos e a atuação dos professores:

Enfermagem II – O CETEP tem se destacado na qualidade aplicada no seu meio de ensino, pois não fica preso a aspectos específicos, faz com que seus alunos tenham interesse tanto pela área que futuramente estarão atuando, quanto nas outras áreas, mostrando a diversidade cultural e socioeconômico que estão inseridos.

Administração – Os professores do CETEP foram grandes colaboradores para a nossa formação, pois ensinavam de maneira clara e preocupados com o desempenho de cada aluno.

Uma prática orientada na proposta curricular é a formação do sujeito em campo, quando trata da interação do conhecimento teórico com o prático onde os estudantes saem para além dos muros do Centro para aplicar saberes do seu curso, isso é garantido através dos estágios. Em conversa com o Gestor II, o mesmo afirma que apenas, em 2013/2014, conseguiu regularizar os estágios para os estudantes, isso pela falta de convênios com órgãos que pudessem recebê-los, falta dos documentos que asseguram os estágios, que está ligado muitas vezes apenas a questões burocráticas, como relata os estudantes egressos dos cursos de Enfermagem e Administração:

Enfermagem II, “Em meu tempo de estágio tivemos algumas dificuldades devido a não liberação de seguros, mas problemas esses resolvidos a tempo de concluirmos nossos estágios.”.

Administração – Busquei conhecidos particulares para estágio, consegui estagiar na área administrativa e aprender muito na prática.

Com essas dificuldades ocorrem dos convênios com empresas de pequeno porte, o Gestor III diz que já ouve casos dos estudantes fazerem estágios nas férias em cidades diferentes, distantes até do território, o que é contraditório, visto que se não há campo para estágio, pouco haverá para inserção profissional.

Ao buscar a avaliação de alguns parceiros sobre o desenvolvimento dos estágios nas instituições, pelos estudantes, obtive o seguinte retorno:

Parceiro I: Regular, a instituição CETEP proporciona poucas oportunidades de experiências práticas, os alunos saem muito inseguros e com dificuldades para enfrentar as situações a nível de campo.

Estes estágios geralmente abrem campo para oportunidades de inserção dos egressos no campo profissional, posteriormente a conclusão dos estudos no CETEP-Irecê.

Município I. Atende as especificidades da região, por ser a agricultura nossa base de sustentabilidade econômica e também o curso de técnico em enfermagem por atender uma demanda social carente de profissionais.

Analisando as respostas, conclui que o CETEP-Irecê tem as diretrizes da Educação Profissional orientada no plano estadual, mas precisa realizar atualizações nos documentos institucionais pedagógicos de maneira imperiosa, bem como montar estratégias de formação continuada para os docentes, para que a prática pedagógica seja qualificada, independente das disciplinas lecionadas por cada professor.

5.3 INSERÇÃO DOS EGRESSOS: AGROPECUÁRIA, ENFERMAGEM E ADMINISTRAÇÃO

A EP da Bahia costuma liberar os cursos nos Centros norteada pelas demandas socioeconômicas e ambientais do TI, visando o aumento das possibilidades de inserção dos estudantes egressos no mundo do trabalho e assim contribuir com o desenvolvimento territorial. Nessa perspectiva, lançou-se como

objetivo específico desta pesquisa, a análise da inserção no mundo do trabalho pelos egressos, com ênfase nos cursos de Agropecuária, Enfermagem e Administração, visto que estes cursos traduzem muito do que o TI-Irecê tem de especificidade.

O curso de Agropecuária já faz parte da oferta do CETEP-Irecê desde antes da transformação em Centro, a Secretária Escolar relata que em 2009 já existia o curso, mas não apresentou documentos referentes, nos Mapas de classes 2010 é possível identificar a oferta, lembra-se que antes havia a matrícula deste curso na modalidade EPII (Educação Profissional Integral e Integrada), onde os alunos eram moradores do Centro e realizavam suas atividades teóricas e práticas, um dos gestores informa que em meados de 2012 a modalidade Integral Integrado deixou de ser ofertada.

O Plano de Curso de Agropecuária apresenta características socioeconômicas, que justificam a oferta do curso no CETEP-Irecê,

A partir da década de 40, a cidade de Irecê sofreu uma modificação sócio econômica relevante, devido a implantação de ferrovia e navegação na região, expansão das feiras regionais e alterações nas bases existentes que seriam agricultura de subsistência com mão-de-obra familiar. Essas modificações levaram ao crescimento da atividade comercial e expansão agrícola através de políticas de desenvolvimento e bancos comerciais que direcionaram o setor agrícola para lavouras de feijão, milho, mamona e sisal. Nesse período, a cidade de Irecê despontou como centro regional da área devido as estradas, melhor escoamento da produção e maior ocupação agrícola. De 1960 em diante, juntou-se ao setor agrícola as culturas de café e de mercado (cebola, alho, cenoura, beterraba...) com uso da irrigação, insumos modernos e assistência técnica; como consequência houve crescimento de imigração (mão-de-obra) e do setor econômico regional. (Plano de Curso Agropecuária, 2010, p. 5).

A cidade de Irecê é apontada como sendo um centro regional com possibilidades de escoamento, vele ressaltar que a justificativa da oferta não deve associar apenas a cidade de Irecê, pois o TI é formado de mais municípios, mas na época de elaboração do Plano descrever significava descrever o TI-Irecê, pois sempre foi a cidade que aglomerou a produção circunvizinha, como é exposto no objetivo do curso,

O intuito do curso, de modo geral, é usar a educação profissional direcionada às necessidades da região, de modo que possa contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico, através de técnicas que visam o aumento da produtividade, principalmente para a agricultura familiar, que é característica desta região. (Plano de Curso Agropecuária, 2010, p. 5)

Observa-se que o objetivo do curso associa com o objetivo da pesquisa descrita, no tocante a contribuição com o desenvolvimento socioeconômico. Assim, pode-se afirmar que é um dos cursos que contribui significativamente, prova disso é que antes da transformação em Centro já havia oferta e até 2015 a oferta ainda é expressiva, em 2010 havia 118 estudantes matriculados, durante todos os anos seguintes houve oferta e no último ano, 2015, 135 estudantes estavam fazendo o curso de Agropecuária, o que mostra uma continuidade da procura e o aumento da matrícula e pela procura, pressupõe que os estudantes egressos estão encontrando campo para atuação, após a conclusão dos estudos.

No questionário semiestruturado aplicado com os atores da pesquisa, havia uma pergunta que pedia para os municípios assinalarem os cursos, que melhor contribuíram com o desenvolvimento da sua localidade e conseqüentemente com o TI, e o Curso de Enfermagem foi o único que aparece marcado por todos os municípios que responderam ao questionário, a exemplo do Município II, que sinaliza os cursos de Enfermagem e Análises Clínicas e segue com considerações sobre a escolha,

Considero todos os cursos relevantes, pois esses, contemplam a qualificação profissional em diversas áreas, mas percebo um maior interesse dos estudantes Ibititaenses no da área de saúde, o curso de enfermagem é o que mais se destaca, ouço muitos comentários de aprendizagens significativas dos alunos.

Esse curso está sendo ofertado no CETEP-Irecê desde 2010, onde inicia a primeira turma de Enfermagem, no plano de curso, Enfermagem tem como objetivo preparar técnicos para atuação na área da Saúde, embasados na missão humanizada, para trabalhar na promoção, amparo, precaução e recuperação da saúde, o objetivo do Centro é,

Formar o trabalhador pensante e flexível, aperfeiçoando-o seus conhecimentos em sua área, formando profissionais eticamente conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sócio-cultural e educacional do país. Neste sentido tanto a lei 9.394/96, capítulo III, artigo 39 a 42, bem como o Decreto Federal 5.154/04 que regulamenta o parágrafo 20 do artigo 36 a 41, asseguram aos alunos, condições necessárias para uma profissionalização imediata tendo em vista uma busca de suporte para continuidade de estudos em nível superior como também a melhoria da qualidade de vida. (Plano de curso Enfermagem, 2010).

Sendo assim, os estudos desses cursos possibilitam a profissionalização, a continuidade do curso no ensino Superior, bem como a contribuição na área da saúde junto a sua comunidade, que está de certa forma acolhendo os egressos, para atividades nos Postos da Saúde Familiar (PSF), no Hospital Regional do Irecê, Clinicas, dentre outros. O curso em questão é muito procurado pela comunidade do TI-Irecê, prova disso que após sua implantação, todos os anos há matrículas, em 2011 o ano iniciou com 174 matrículas e em 2015 havia 303 estudantes no curso. Vale ressaltar que o CETEP-Irecê, dispõe de laboratório para aulas práticas, e apesar das dificuldades com convênios, desde 2013 vem conseguindo oportunizar estágios para os estudantes.

Um curso que o Centro teve dificuldade em firmar convênio para estágio foi Administração, que também é muito procurado no CETEP, mas ultimamente tem oportunizado tanto o estágio como a inserção profissional,

Administração: atualmente estou trabalhando em um local que estagiei na área administrativa de uma entidade sem fins lucrativos, trabalho a seis meses e minha função é na área de compra. Licitações, cotações e contratos administrativos.

O curso de Técnico em Administração vem sendo ofertado no CETEP-Irecê desde 2012, onde tinha 34 estudantes matriculados, já em 2015 este quantitativo é elevado para 203, segundo os Mapas de Classe deste período. A acessão deste curso se justifica pela elevação das demandas nesta área de atuação, como apresenta o objetivo do curso,

O intuito do curso, de modo geral, é usar a educação profissional direcionada às necessidades da região, de modo que possa contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, através de técnicas que visam o aumento da produtividade e coordenar ações, principalmente para a agricultura familiar, que é característica da região (Plano de Curso Administração, 2010)

Dessa maneira, o objetivo vem a integrar a proposta curricular do Plano estadual quando se justifica na demanda da região, no tocante a técnicas que visam colaborar com produtividade principalmente da/para a agricultura familiar, o que deixa de ser uma contribuição apenas com as demandas socioeconômicas, mas também as ambientais, além das demandas pessoais dos estudantes,

Administração: Escolhi esse curso porque me identifico na área administrativa, de organização, liderança, gestão de empresas, enfim, gosto de administrar e minhas expectativas foram atendidas.

Este curso geralmente tem os egressos com oportunidades nas instituições públicas, privadas e do terceiro setor. O comércio de Irecê vem crescendo de forma significativa, pois com as dificuldades no cultivo da terra, o comércio no mais diversos setores foi ampliado, em todos os municípios do TI, baseado nas observações e conversas informais com os alunos e a comunidade.

Com todas as oportunidades apresentadas acima, a procura pelo ingresso na Educação Profissional tem crescido, como pode ser visto na planilha de matrículas 2010-2015 (Apêndice V). Quando um estudante ingressa num Centro de EP ele busca não só a conclusão do ensino, mas também uma qualificação profissional, chegando cheios de perspectivas, almejando que ao final terá maior oportunidade profissional, pois, estará com o certificado do ensino médio e de uma determinada qualificação isso pós ou durante o estudo do mesmo, Saviani (2007) corrobora com essa premissa ao afirmar que o processo produtivo e a educação deve estar associados

Assim, no ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo. (SAVIANI, 2007, p.160)

Ao optar por estudar numa instituição que oferece qualificação profissional, o estudante, de certa forma, também está optando pela sua área de atuação, ou pelo menos para uma que tenha algo que o atraia, sendo que a junção das duas opções é um elemento facilitador para a aprendizagem e o crescimento profissional. O Centro avalia como positiva a procura dos estudantes egressos, pois durante e após os cursos o mesmo é procurado para indicações de discentes para trabalhos de intervenção, estágio e até mesmo vagas de emprego,

Gestor I: A própria procura de profissionais pelos órgãos e instituições do Território, dizem da aceitação.

Gestor II: Na saúde eles têm conseguido muita aceitabilidade nas cidades pertencentes ao Território;

Gestor III: ... para Agropecuária recebemos mais convites para enviar estudantes, Administração nós é quem pesquisamos oportunidades, principalmente concursos e Enfermagem é mais a busca do estudante.

Gestor IV: Apenas gestão e negócios que ainda não temos oferta de emprego satisfatória.

Sobre as oportunidades para os cursos de Agropecuária, Enfermagem e Administração, as opiniões se divergem, ao afirmarem que,

Parceiro I: Poucas oportunidades, pois Irecê é uma região com predominância de exploração agrícolas, onde os produtores atuam de forma ainda empírica, valorizando muito pouco os profissionais da área.

Município I: Esses cursos podem contribuir significativamente, na medida em que conseguir preparar profissionais capacitados e humanizados. No tocante a saúde, o curso de enfermagem poderia articular um trabalho com os agentes de saúde e PSFs, os estágios poderiam acontecer no próprio município onde o estudante reside. Em nosso território ainda predomina as atividades ligadas à agropecuária, mas há um grande crescimento das lavouras irrigadas, e os agricultores submetidos a instruções sem um acompanhamento profissional.

Enfermagem I – Creio que se você não for o melhor e procurar aprender com os mais antigos da profissão e se aprimorar cada vez mais as oportunidades não virão, caso contrário, é só questão de tempo trabalhar.

Enfermagem II – Minha área apesar da quantidade de profissionais ainda nos oferece várias oportunidades de trabalho em diversos setores.

Vale ressaltar, que ao buscar as informações sobre a inserção dos egressos do mundo do trabalho foi identificado que o CETEP-Irecê ainda não tem realizado acompanhamento com esta abrangência o que poderia ser implantado, visto da importância em se ter uma devolutiva da absorção dos egressos no campo profissional.

Ao questionar sobre a contribuição do Centro para o TI-Irecê, alguns atores pesquisados afirmam que tem sido positiva, mas que precisa ser repensados alguns pontos, como a oportunidade do próprio TI para os egressos,

Município II: Sim. Estamos vendo a inserção de profissionais mais qualificados.

Município I: Sim, apesar de perceber que faz-se necessário maior investimento em Educação Profissional de forma a garantir o acesso e permanência desses alunos nos cursos. Mas, faltam políticas públicas territoriais para a oferta de cotas de empregos para os egressos dos cursos, e estágios remunerados.

Enfermagem I: Contribuiu muito pois agradeço ao CETEP a oportunidade de conhecimento que com toda dificuldade que tem forma bons profissionais.

Enfermagem II: não tinha perspectiva de estudo, depois de entrar lá e conhecer pessoas maravilhosas que puderam nos acolher e mostrar que o meu potencial é mais do que eu pensava. Eu sou uma pessoa humanamente melhor, tanto social quanto profissional.

Após as leituras sobre os dados referentes aos egressos nota-se que avaliar egressos exige metodologia própria e amostras mais singulares, significativas, sendo que os depoimentos colhidos apontam indícios e não conclusões definitivas, pelo quantitativo de sujeitos abordados nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto que os Centros Territoriais de Educação Profissional tem sua maior fundamentação na contribuição com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos Territórios de Identidades, por oferecer um ensino que integra dois direitos do cidadão, a Educação e o Trabalho.

A partir desse pressuposto, na presente pesquisa buscou-se compreender a correlação entre o CETEP-Irecê e o TI, no qual está inserido, por meio de um estudo de caso, estratégia muito utilizada quando se quer averiguar determinadas situações e contribuir com conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionais, que neste caso, possibilitou o estudo da atuação do Centro Territorial no território de identidade.

Desse modo buscou entender como foi pensado a política territorial, da Bahia, que considera a localização geográfica, especificidades, política, economia, cultura, dentre outros fatores, como sendo características imprescindíveis para que a comunidade reconheça sua identidade, ampliando assim as possibilidades de coesão social e territorial. Assim, grupos sociais relativamente distintos, se relacionam interna e externamente para criar suas identidades e buscar o desenvolvimento de seu território. Organizado dessa forma, o estado tem lançado ações de planejamento, balizado pela perspectiva de desenvolvimento, aplicando políticas públicas e liberando recursos de maneira a atender as demandas dos territórios, a exemplo o TI-Irecê que foi abordado levando em consideração a Educação Profissional implantada pelo CETEP.

A gestão do CETEP ¹¹se mostrou com algumas fragilidades, principalmente no desenvolvimento da gestão democrática, primeiro devido a fragmentação da realização das atividades educacionais no cotidiano. Esses gestores afirmam que cada um desenvolve apenas seu “papel”, como se não precisasse se envolver com a instituição no todo. Merece destaque a dificuldade de buscar a comunidade externa para participar da vida acadêmica do Centro, o que dificulta a consolidação dos aspectos democráticos, previstas na política de Educação Profissional da Bahia.

A gestão escolar não se consolidou como prática democrática do trabalho pedagógico, mas como instância de administração institucional de programas e projetos viabilizados com recurso externos (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2004, p. 24)

Talvez seja necessário o estado oferecer formação continuada sobre a gestão democrática participativa ou fortalecer o acompanhamento para subsidiar essa prática, pois com o trabalho da autora em outras instituições públicas é possível observar que a falta, ou dificuldade, de implantação dessa gestão não ocorre apenas no CETEP-Irecê,

Profissionalizar os gestores educacionais com alto padrão de qualidade e princípios democráticos é um caminho a ser seguido. Como indicam as pesquisas nacionais e internacionais, o gestor ético, democrático, competente e comprometido faz uma grande diferença na condução da educação. (FREITAS, 2012, p. 171)

No tocante a EP da Bahia, ainda pode-se acrescentar mais um elemento imprescindível para desenvolver a gestão democrática, trata-se do currículo integrado, que tem em sua proposta pedagógica a formação integral do sujeito, reunindo a Formação Integral, o Trabalho como princípio educativo e a Intervenção Social como princípio pedagógico, tudo isso pensando na formação do homem a partir da omnilateralidade.

Ao se matricular num Centro de Educação Profissional, o sujeito está em busca de algo mais, não apenas da conclusão de ensino médio (no caso do que cursam o EPI), mas também estão em busca da ampliação das possibilidades como cidadão de direito a educação e ao trabalho, como pode-se identificar nas falas de alguns estudantes egressos do CETEP-Irecê, que se sentem satisfeitos pela educação recebida num Centro de EP.

¹¹ A gestão que se encontrava atuando no CETEP-Irecê no período da pesquisa, 2014 e 2015, não é a mesma que está atualmente no Centro, pois foi substituída no mês de Janeiro de 2016.

Embasada pela pesquisa realizada, compreende-se que se a pretensão é colaborar com o desenvolvimento de um determinado grupo social, principalmente advindo do estado, o território é o ponto chave e inicial para compreender as demandas e desenvolver as políticas públicas no atendimento as demandas.

Dessa maneira, os Centros devem buscar atuação integrada aos colegiados territoriais, para o fortalecimento de ambas as partes. No caso da pesquisa realizada no TI-Irecê e no CETEP foi possível perceber que essa interação pouco está ocorrendo, pois ao ser questionado sobre a interação supracitado um dos gestores do CETEP afirma que “Não acontece, o Território não nos dá ousadia”, e o Colegiado do TI confirma a resposta do gestor proferindo “A proposta do CETEP seria para articular os cursos pela demanda do colegiado, no entanto isto nunca acontece”. Assim percebe-se que há um hiato entre os dois órgãos.

Outra observação levou a duvidar da compreensão e efetivação da política de EP, sendo implantada pelo CETEP-Irecê em todo o TI, pois o mesmo por vezes não se identifica como de abrangência territorial, ficando centrado na cidade que se localiza ou nas circunvizinhas, num raio de distância pequeno. Assim, também como o colegiado territorial não busca o CETEP, para integração, como instrumento potencial de colaboração do desenvolvimento do TI.

Desse modo, ao buscar responder sobre a atuação do CETEP-Irecê no TI, de forma a atender as especificidades socioeconômicas e ambientais do contexto em que está inserido, percebeu-se que a partir dos elementos identificados (não se esgotam apenas nesta pesquisa), o Centro contribui significativamente com tais aspectos, oferecendo alguns cursos que atendem as características do ambiente, não só os que foram aprofundados neste estudo. Mas, a gestão do Centro precisa ser fortalecida de forma a aperfeiçoar sua atuação junto ao TI-Irecê e assim efetivar os objetivos educacionais, sociais, ambientais, econômicos e políticos da Educação Profissional da Bahia.

A partir dessa análise seria possível recomendar que a SUPROF e/ou o Núcleo Regional de Educação (NRE), se aproxime das duas instituições com o objetivo de contribuir com a integração, bem como com o fortalecimento da Educação Profissional no TI e conseqüentemente colabore com toda a população do território.

Por fim, essas palavras finais procuraram fazer um resgate do que foi considerado essencial para concluir a escrita da dissertação. Por fim afirma-se que é

necessário continuar desenvolvendo pesquisas sobre a Educação Profissional e sua relação com o Território de Identidade de Irecê, por entender a grandiosidade e importância do seu estudo sistemático.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; CAMARGO, Rubens Barbosa de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: MINTO, César Augusto; OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (org.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2001.

AMORIM, Antonio. **Inovação da gestão dos saberes escolares: fator de promoção da qualidade do trabalho pedagógico**. Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade UNEB, Salvador, 2012, v.21, 38, 115-126.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARRUDA, Marcos. A articulação trabalho-educação visando uma democracia integral. IN: GOMES, Carlos Minayo. Et al. **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, p. 61 - 74, 1989.

BASTOS, Ancelmo machado Miranda. **A permanência e evasão dos estudantes nos cursos técnicos da modalidade integrada no instituto federal de educação ciência e tecnologia da Bahia - (IFBA) campus Irecê**. 2013. 81f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BONFIM, Natanael Reis. **Noção social de território: em busca de um conceito didático em geografia : a territorialidade / Natanael Reis Bomfim**. - Ilhéus : Editus, 2009.

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o**

local e o global. 2ªed. São Paulo: Editora Unicamp, 2012.

_____. **Território e mudanças no “padrão de sociabilidade” no Brasil.** In: ORTEGA, Antônio César (org.). Território, políticas e estratégias de desenvolvimento. Campinas-SP: Editora Alínea, 2007. 18-40.

BRANDÃO, Marisa. **Da arte do ofício à ciência da indústria:** conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da educação profissional. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 17-30, set/dez. 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração:** teoria, processo e prática. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Anhanguera, 2010.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário/MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.** Secretaria de desenvolvimento territorial. MEC, Brasília: 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** Brasília: UNESP, 2005.

Educação Profissional da Bahia. Disponível em <http://educacaoprofissionaldabahia.blogspot.com.br/>. Acesso 10 de dez. 2015.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA. **Trabalho, Educação e Desenvolvimento.** Legislação básica 2010-2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio.** 6.ed. CURITIBA: Posigraf, 2004.

FREITAS, Kátia Siqueira de. **Políticas educacionais:** expansão e qualidade. In: NOVAES Ivan Luiz, PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Orgs. Múltiplos olhares sobre avaliação, política e gestão educacional. Salvador: EDUNEB, 2012. 149-174.

FRIGOTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica.** Educação e Sociedade, Campinas-SP, v. 28, n. 100, p.1129-1152, out. 2007. Número especial. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

_____. **Trabalho.** Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV, p. 399 – 403, 2009.

_____. **Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador:** Impasses Teóricos e Práticos. IN: GOMES, Carlos Minayo. Et al.

Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, p. 13 – 26, 1989.

FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Marise; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Organizadores. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

_____. **Trabalho como princípio educativo**. In: CALDART, Roseli Salete. Et al. Dicionário de educação do campo. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012. 748-759.

FURLAN, Sueli Ângelo (coordenadora do conteúdo). **Bahia, Brasil: vida, natureza e sociedade**. São Paulo: Geodinâmica, 2014.

GIDDENS, Antony. **Sociologia**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Instituto Brasileiro de Estudos e Estatística. Disponível em:
www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba.
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=sp> Acesso 08 de jan. 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. A questão do ensino médio no Brasil: a difícil superação da dualidade estrutural. In: MACHADO, Lucília Regina de Souza et al (Orgs.). **Trabalho e Educação**. Campinas-SP: Papirus, 1999a. p. 113-127.

_____. Lei nº 9.394/96, de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

LESSA, José Silva. **CEFET-BA – uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica**. Salvador, CCS/CEFET-BA, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. Goiania: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, Antônio Almerico Biondi. **As mutações do campo qualificação: trabalho, educação e sujeitos coletivos no Brasil contemporâneo**. 2006. 375. Tese (Doutorado e, Educação). Universidade Federal da Bahia.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MACHADO, Márcio Nunes. **Política pública de educação profissional da Bahia**. 2013. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador.

MANFREDI, Silvia. **Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas.** Educação & Sociedade, Campinas, ano XIX, n. 64m set. 1998. Cortez, 2002.

_____. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MATTA, Alfredo. **Licenciatura em História: História da Bahia.** Salvador: Eduneb, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Tradução Isa Tavares. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRANDA, Deise Lago de. **Universidade do Estado da Bahia/UNEB e o desenvolvimento territorial sustentável: estudo da relação do campus XVI com o território de identidade de Irecê.** Salvador, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduc, Universidade do Estado da Bahia, 2010.

LOURTHÉ, Arnaldo. **Defender a Cidadania e reconstruir a nacionalidade, ou sucumbir.** Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MUTIM, A. L. B. **Educação ambiental e gestão de sociedades sustentáveis: análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do desenvolvimento local sustentável.** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 16, n. 28, p. 113-119, jul./dez., 2007.

PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde.** 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e Território.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

RUBEM, Jackson. **Irecê, um pedaço histórico da Bahia.** Irecê: Print Fox Editora, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **A natureza do espaço –Técnica e tempo.** Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed.rev.f. São Paulo: Autores Associados, 2013.

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, jan.-abr. 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004a, p. 88-125.

SEI. **Estatísticas dos municípios baianos**. Volume 20 Território de Identidade Irecê. Salvador-Ba, 2011.

SEPLAN. <http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa>. Acesso 26.04.2015 às 17:56

SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Educação Superior sustentável: uma análise de cursos de turismo**. 2005. 333f. Tese (Doutoramento em educação) – Universidade federal da Bahia, salvador.

SILVA, Francisca de Paula Santos da; ANDRADE, Elizário Souza Andrade. Org. **Estado e políticas públicas: a construção do consenso neoliberal**. Salvador: EDUNEB, 2012.

SOUZA Heron Ferreira e MUTIM, Avelar Luiz Bastos. **Políticas educacionais, ensino agrícola e desenvolvimento territorial: análise do território de Irecê**. In: NOVAES Ivan Luiz, PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Orgs. Múltiplos olhares sobre avaliação, política e gestão educacional. Salvador: EDUNEB, 2012. 175-201.

SOUZA, Heron Ferreira. **Desenvolvimento territorial no estado da Bahia: o caso das escolas agrotécnicas estaduais de amargosa e Irecê**. 2009. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.2015

APÊNDICES

APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre



Universidade do Estado da Bahia

Departamento de Educação – Campus I

Curso de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEduC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE IRECÊ: Uma análise do Centro Territorial (CETEP)

Pesquisadora: Isabel Salviano da Silva

Orientadora: Prof^a Dr^a Francisca de Paula Santos da Silva.

A pesquisa apresenta proposta de trabalho que tem como foco a Educação Profissional, na perspectiva de contribuição com o desenvolvimento local sustentável dos Territórios de Identidade da Bahia. O estado da Bahia está organizado geograficamente em 27 Territórios de Identidade caracterizados pelas especificidades ambientais, econômicas e sociais dentre outros aspectos. A implantação da Educação Profissional desde 2007, pela Superintendência de Educação Profissional (SUPROF) por meio dos Centros Territoriais de Educação Profissional (CETEP) e das Unidades Compartilhadas, visa contribuir com o

desenvolvimento socioeconômico e ambiental destes territórios. Sendo assim, é necessário investigar como o Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) Irecê atua no Território de Identidade de forma a atender as especificidades socioeconômicas e ambientais do contexto onde está inserido. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, através do método estudo de caso, esta metodologia visa aprofundar na realidade pesquisada. A investigação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia.

O **objetivo geral**: Analisar a atuação do CETEP Irecê no Território de Identidade, verificando se este atende às especificidades do contexto no qual está inserido.

Objetivos específicos: 1. Caracterizar o contexto do Território de Identidade de Irecê, considerando aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, tecnológicos e ambientais, com maior foco nas cidades que oferecem Educação Profissional; 2. Analisar o perfil dos estudantes atendidos pelo CETEP, e a inserção no mundo do trabalho pelos egressos, levando em consideração uma determinada porcentagem; 3. Investigar a maneira que está sendo aplicada a Proposta Curricular no CETEP Irecê, orientado pelo Plano Estadual de Educação Profissional da Bahia; 4. Propor modelo de gestão que favoreça a interação entre o CETEP e o Território de Identidade Irecê-BA.

Sendo assim o(Sr) a (sra.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa. Ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que a pesquisadora Isabel Salviano da Silva utilize suas informações, contribuições como instrumento de estudo. A (o) sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa para a pesquisadora do projeto e, se necessário ao Programa de Pós-graduação ao qual a mesma está vinculada ou ainda ao Comitê de Ética CEP/UNEB.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Toda pesquisa que envolve seres humanos envolve riscos, mas os riscos se justificam no benefício da investigação. Dentre os riscos desta pesquisa podemos citar o desconforto nas afirmativas sobre a instituição pesquisada, exposição mediante divulgação dos resultados, estes riscos são apresentados apenas para constar, mas as ações da pesquisa tendem a eliminar os mesmos.

Todas as informações colhidas neste estudo são confidenciais, no que se refere a identidade dos participantes. Vale ressaltar que este é um trabalho ao qual não onera custos para os pesquisados. Ao participar desta pesquisa a (o) sra (sr.) não terá nenhum benefício direto, entretanto, esperamos que este estudo traga elementos importantes sobre a Educação Profissional e sua contribuição para o desenvolvimento do Território de Identidade Irecê, pois possíveis ações em benefício do CETEP Irecê e seus estudantes poderão ser propostas após a apresentação dos resultados deste estudo.

Posterior a estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

PESQUISADORA: Isabel Salviano da Silva.

E-mail: salviano.isabel@gmail.com

Telefones: (74)9988-6864 vivo / (74)9147-6002 Tim

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS – CEP/UNEB

Pavilhão Administrativo – Terreo

Rua Silveira Martins, 2555, Cabula, Salvador-BA. CEP: 41.150-000

E-mail: cepuneb@uneb.br

Telefone: (71)3117-2200

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP

SEPN 510 NORTE, BLOCO A, 3º Andar

Edifício Ex-INAN – Unidade II – Ministério da Saúde

CEP: 70.750-521 – Brasília-DF

E-mail: conep@saude.gov.br

Telefones: (61)3315-5878 / 3315-5879

APÊNDICE II – Questionários Semiestruturados

Apêndice II A – Questionário Semiestruturado (Alunos Egressos)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEduC

Curso de Mestrado em Educação e Contemporaneidade

Linha de Pesquisa: 3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável

Mestranda: Isabel Salviano da Silva.

Orientadora: Prof^a. Dr^aFrancisca de Paula Santos da Silva.

Título da Pesquisa: Educação Profissional e Território de Identidade: Uma análise do Centro Territorial Irecê.

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO - ALUNOS EGRESSOS

1. Faixa Etária

<input type="checkbox"/>	Até 18 anos	<input type="checkbox"/>	18 a 24 anos	<input type="checkbox"/>	25 a 29 anos	<input type="checkbox"/>	30 a 45 anos
--------------------------	----------------	--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------------	--------------------------	--------------

2. Onde Reside: _____

3. Dados do Curso

Eixo Tecnológico	Curso	Assinale
I - Recursos Naturais	Agropecuária	
II Ambiente e Saúde	Enfermagem	

III Gestão e Negócios	Administração	

4. De que maneira a Educação oferecida pelo CETEP-Irecê contribui com o desenvolvimento socioeconômicas e ambientais do Território de Identidade?
5. Descreva sua avaliação sobre o CETEP-Irecê, nos seguintes aspectos:
- 5.1. Disciplinas/Conteúdos
 - 5.2. Professores
 - 5.3. Equipe gestora
 - 5.4. Estágios
 - 5.5. Aulas práticas
 - 5.6. Laboratórios
 - 5.7. Biblioteca
6. Como o CETEP-Irecê contribuiu para sua formação humano, social e profissional?
7. Como foi a escolha do seu curso? Suas expectativas foram atendidas?
8. Descreva sua trajetória durante o curso. (Trabalho, família, renda)
9. Antes de entrar no curso já desenvolvia atividades relacionado ao mesmo?
 Não Sim: Qual Função/Cargo?

10. Você desenvolve alguma atividade profissional, na área do curso estudado?
 Caso sim, qual sua função, quanto tempo de trabalho? Caso não, porque não está atuando?
11. De que maneira você identifica as oportunidades profissionais da área que você concluiu os estudos e se qualificou?
12. Você estaria disponível para uma entrevista, se necessário, para aprofundarmos essas questões?
 Não Sim
- Observações/Considerações pessoais
- Nome: (Pode ser apenas o primeiro nome, apelido ou pseudônimo, se preferir)
-

Telefone para contato:

Muito obrigado pela colaboração.

Apêndice II B – Questionário Semiestruturado (Professores)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEduC

Curso de Mestrado em Educação e Contemporaneidade

Linha de Pesquisa: 3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável

Mestranda: Isabel Salviano da Silva.

Orientadora: Prof^a. Dr^aFrancisca de Paula Santos da Silva.

Título da Pesquisa: Educação Profissional e Território de Identidade: Uma análise do Centro Territorial Irecê.

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO - PROFESSORES

1. Qual(is) Disciplina(s) leciona:
2. Qual sua formação Acadêmica:
3. A quanto tempo trabalha na Educação Profissional?
4. Ao iniciar suas atividades na Educação profissional, teve alguma orientação para desenvolver os trabalhos?
5. Como suas disciplinas articulam o conhecimento científico com o Mundo do Trabalho?
6. As matrizes da Educação Profissional da Bahia possibilitam aos estudantes a ampliação da ciência, tecnologia e intervenção social? Justifique

7. Os planejamentos pedagógicos são feitos com o subsídios de planos e projetos institucionais (ex: PPP, Proposta Curricular, Plano de Curso, etc)?
Descreva
8. Como a gestão implanta e discute as diretrizes do Plano Estadual de Educação Profissional na proposta curricular junto aos professores?
9. De que maneira a equipe gestora atua de forma a contribuir com o planejamento e a realização das atividades pedagógicas?
10. Qual sua avaliação do trabalho da gestão do Centro?
11. De que maneira você identifica as oportunidades profissionais no Território de Identidade nas área de qualificação oferecidas pelo CETEP-Irecê, especificamente Saúde e Ambiente, Recursos Naturais e Gestão e Negócios?
12. Você acha que o CETEP-Irecê trabalha de forma articulada com as demandas territoriais? Justifique
13. Quais as principais vantagens e desvantagens da Educação Profissional, no contexto contemporâneo?
14. Você estaria disponível para uma entrevista, se necessário, para aprofundarmos essas questões?
____ Não ____ Sim

Observações/Considerações pessoais

Nome: (Pode ser apenas o primeiro nome, apelido ou pseudônimo, se preferir)

Telefone para contato:

Muito obrigado pela colaboração.

Apêndice II C – Questionário Semiestruturado (Equipe Gestora)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEduC

Curso de Mestrado em Educação e Contemporaneidade

Linha de Pesquisa: 3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável

Mestranda: Isabel Salviano da Silva.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Francisca de Paula Santos da Silva.

Título da Pesquisa: Educação Profissional e Território de Identidade: Uma análise do Centro Territorial Irecê.

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO - EQUIPE GESTORA

1. Função/ Tempo na função:
__(anos). Diretor
__(anos). Vice Direção Pedagógica
__(anos). Vice Direção Mundo do Trabalho
__(anos). Vice Direção Administrativo Financeiro
2. Tempo de trabalho na Área de Educação:
 - a. Quantos anos na Educação Básica: _____
 - b. Quantos anos na Educação Profissional: _____
3. Como a sua função é desenvolvida no CETEP-Irecê de forma a contribuir com o desenvolvimento da Educação Profissional oferecida no Centro?
4. Quais os maiores entraves administrativos encontrados pela gestão do CETEP-Irecê, no desenvolvimento da Educação Profissional no Território de Identidade?

5. A estrutura administrativa dos Centros é diferenciada das outras instituições estaduais, para atender as especificidades da Educação Profissional. No cotidiano escolar do CETEP-Irecê como é desenvolvida as atividades da equipe gestora?
6. De que maneira a Educação oferecida pelo CETEP-Irecê atende as especificidades socioeconômicas e ambientais do Território de Identidade?
7. De que modo vem sendo feita a escolha dos cursos oferecidos pelo CETEP-Irecê? Descreva
8. Como aparece as diretrizes do Plano Estadual de Educação Profissional no Projeto Político Pedagógico e no cotidiano do CETEP?
9. Qual sua avaliação do desempenho dos cursos abaixo relacionados? Existe instrumento que avalie este desempenho?
Agropecuária
Enfermagem
Administração
10. De que maneira você identifica as oportunidades profissionais no Território de Identidade nas área de qualificação oferecidas pelo CETEP-Irecê, especificamente Saúde e Ambiente, Recursos Naturais e Gestão e Negócios?
11. O CETEP tem desenvolvido Intervenções Sociais na comunidade? Caso sim, Pontue algumas e descreva como tem ocorrido estas atividades.
12. Como o CETEP-Irecê tem trabalhado de forma a garantir o estágio para os alunos?
13. Qual a relação do CETEP com o setor produtivo e como tem acompanhado as inserções no mundo do trabalho pelos alunos matriculados e egressos?
14. Pós curso, qual a contribuição com a inserção no Mundo do trabalho junto aos egressos?
15. De que maneira acontece a interação do CETEP com o colegiado Territorial?
16. Como acontece a colaboração e o acompanhamento da SUPROF para com as atividades do CETEP-Irecê? Como avalia está colaboração?
17. Você estaria disponível para uma entrevista, se necessário, para aprofundarmos essas questões?
 Não Sim

Observações/Considerações pessoais

Nome: (Pode ser apenas o primeiro nome, apelido ou pseudônimo, se preferir)

Telefone para contato:

Muito obrigado pela colaboração.

Apêndice II D – Questionário Semiestruturado (Território de Identidade)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEduC

Curso de Mestrado em Educação e Contemporaneidade

Linha de Pesquisa: 3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável

Mestranda: Isabel Salviano da Silva.

Orientadora: Prof^a. Dr^aFrancisca de Paula Santos da Silva.

Título da Pesquisa: Educação Profissional e Território de Identidade: Uma análise do Centro Territorial Irecê.

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO – TERRITÓRIO DE IDENTIDADE IRECÊ

1. De que maneira a Educação oferecida pelo CETEP-Irecê atende as especificidades socioeconômicas e ambientais do Território de Identidade?
2. Na sua visão acontece interação entre o CETEP-Irecê e as cidades do Território? Descreva.
3. É identificado por você, ações de Intervenção Social do CETEP para com a comunidade?
4. Qual sua avaliação da equipe gestora do CETEP Irecê? Esta equipe tem atuado de forma a potencializar as ações da Educação Profissional em benefício dos jovens e trabalhadores do Território?

5. Como ocorre a interação da Educação Profissional do TI-Irecê com o colegiado Territorial?
6. De que maneira, você como agente territorial, está contribuindo com a efetivação do CETEP do seu Território de Identidade?
7. De que maneira você identifica as oportunidades profissionais no Território de Identidade nas área de qualificação oferecidas pelo CETEP-Irecê, especificamente Saúde e Ambiente, Recursos Naturais e Gestão e Negócios?
8. Como o Colegiado Territorial avalia a atuação do CETEP-Irecê?
9. Quais ações o CETEP-Irecê poderia fazer para ampliar a contribuição com o desenvolvimento do Território de Identidade?
10. Você estaria disponível para uma entrevista, se necessário, para aprofundarmos essas questões?
____ Não ____ Sim

Observações/Considerações pessoais

Nome: (Pode ser apenas o primeiro nome, apelido ou pseudônimo, se preferir)

Telefone para contato:

Muito obrigado pela colaboração.

Apêndice II E – Questionário Semiestruturado (Prefeituras)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEduC

Curso de Mestrado em Educação e Contemporaneidade

Linha de Pesquisa: 3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável

Mestranda: Isabel Salviano da Silva.

Orientadora: Prof^a. Dr^aFrancisca de Paula Santos da Silva.

Título da Pesquisa: Educação Profissional e Território de Identidade: Uma análise do Centro Territorial Irecê.

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO – PREFEITURAS DO TERRITÓRIO

1. Município: _____
2. Cargo que ocupa: ___ Prefeito ___ Secretária de Educação
3. De que maneira seu município é atendido pelo CETEP-Irecê? Descreva
4. Quantos dos seus munícipes estão matriculados atualmente no CETEP Irecê?
___ Nenhum ___ 01 a 10 ___ 10 a 20 ___ 20 a 40 ___ 50 ou mais
Caso matriculados, sabe quantidade exata? _____
5. Quais dos cursos ofertados pelo CETEP traz maiores contribuições para seu município?

Agropecuária Meio Ambiente Enfermagem Análises
Clínicas

Segurança do Trabalho Administração Recursos Humanos

Cozinha Publicidade

6. De que maneira os cursos oferecidos pelo CETEP-Irecê atende as especificidades socioeconômicas e ambientais do Território de Identidade?
7. Como você acha que os cursos de Administração, Enfermagem e Agropecuária podem contribuir com o seu município em particular?
8. Na sua visão como ocorre a interação entre o CETEP e as cidades do Território? Como acontece a interação do CETEP com o seu município?
9. De que maneira, o município, está contribuindo com a efetivação do CETEP-Irecê no Território de Identidade?
10. Você acha que o CETEP-Irecê está desenvolvendo seu papel no Território, de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental através da Educação Profissional? Justifique
11. Quais ações o CETEP-Irecê poderia fazer para ampliar a contribuição com o desenvolvimento do Território de Identidade?
12. Você estaria disponível para uma entrevista, se necessário, para aprofundarmos essas questões?
 Não Sim

Observações/Considerações pessoais

Nome: (Pode ser apenas o primeiro nome, apelido ou pseudônimo, se preferir)

Telefone para contato:

MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!!!

Apêndice II F – Questionário Semiestruturado (Parceiros)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEduC

Curso de Mestrado em Educação e Contemporaneidade

Linha de Pesquisa: 3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável

Mestranda: Isabel Salviano da Silva.

Orientadora: Prof^a. Dr^aFrancisca de Paula Santos da Silva.

Título da Pesquisa: Educação Profissional e Território de Identidade: Uma análise do Centro Territorial Irecê.

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO - PARCEIROS DO CETEP-IRECÊ

__Ruim

1. Qual sua avaliação dos alunos egressos do CETEP-Irecê no campo profissional? Justifique.
2. De que maneira você identifica as oportunidades profissionais no Território de Identidade nas área de qualificação oferecidas pelo CETEP-Irecê, especificamente Saúde e Ambiente, Recursos Naturais e Gestão e Negócios?
3. Como sua entidade tem contribuindo com a efetivação da Educação Profissional do CETEP-Irecê, e com os alunos egressos desta instituição?
4. Você estaria disponível para uma entrevista, se necessário, para aprofundarmos essas questões?

___ Não ___ Sim

Observações/Considerações pessoais

Nome: (Pode ser apenas o primeiro nome, apelido ou pseudônimo, se preferir)

Telefone para contato: _____

Muito obrigado pela colaboração.

PLANILHA 1 Abrangência dos Territórios de Identidade da Bahia

Territórios de Identidade	Municípios de Abrangência
1. Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipujiara, Irecê, Itaguacú da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique.
2. Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato
3. Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner
4. Sisal	Araci, Barrocas, Biringinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente
5. Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca
6. Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wanceslau Guimarães
7. Extremo Sul	Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamarajú, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda
8. Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória
9. Valé do Jequiriçá	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elisio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete

	Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra
10. Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá
11. Bacia do Rio Grande;	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Wanderley
12. Bacia do Paramirim	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo
13. Sertão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi
14. Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Rui Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá
15. Bacia do Jacuípe	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Varzea da Roça, Varzea do Poço
16. Piemonte da Daiamantina	Caem, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova
17. Semiário Nordeste II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre Ribeiro do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto
18. Litoral Norte e Agreste Baiano	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, Sátiro Dias
19. Portal do Sertão	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Barbára, Santonópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova
20. Vitória da Conquista	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá,

	Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista
21. Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Varzedo
22. Médio Rio de Contas	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagiba, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã
23. Bacia do Rio Corrente	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho
24. Itaparica	Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas
25. Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha, Antonio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim
26. Metropolitana de Salvador	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas das Margaridas, Salvador, Simões Filho
27. Costa do Descobrimento	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália

Elaborada pela autora, 2015. Fonte: SEPLAN-BA

PLANILHA 2 Municípios do Território de Identidade Irecê MUDANÇAS

Cidade	Emancipação	População	Fronteiras	Principais Características
América Dourada	25.02.1985	15.961 habitantes, <u>IBGE/2010</u> <i>Estimativa IBGE/2014: 16.904</i>	João Dourado, <u>Cafarnaum</u> , Morro do Chapéu	Economia: A cidade já foi conhecida na década de 1990 como capital da irrigação pela produção de cenoura, beterraba, cebola. Atualmente, a irrigação forte é do maracujá. Cultura : Festejos religiosos marcam a cultura, padroeiro São Sebastião.
Barra do Mendes	14.08.1958	13.985 habitantes <u>IBGE/2010</u> <i>Estimativa IBGE/2014: 14.540</i>	Barro Alto, Brotas de Macaúbas, Ibipeba, Seabra, Ipujiara, Souto Soares.	Ambiente: Rios e piscina naturais. Rica fauna e flora. Economia – Agricultura pautada no cultivo de feijão, milho e mandioca. Pecuária com suínos.
Barro Alto	10.05.1985	13.612 habitantes <u>IBGE/2010</u> <i>Estimativa IBGE/2014: 15.230</i>	<u>Canarana</u> , <u>Ibipeba</u> , <u>Ibititá</u> , <u>Barra do Mendes</u> e <u>Souto Soares</u>	Ambiente: Represas. Economia: Pecuária com rebanhos bovinos, caprinos e suínos. No que se refere a agricultura o cultivo é de mamona, milho, feijão e mandioca.
Cafarnaum		17.209 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014:</i>	Morro do Chapéu, América Dourada, Mulungu do Morro, Bonito,	Sem dados e/ou informações.

		18.595	Canarana	
Canarana	16.07.1962	24.067 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 26.200</i>	<u>Barro Alto</u> , <u>Ibititá</u> , <u>Lapão</u> , <u>América</u> <u>Dourada</u> e <u>Cafarnaum</u>	Ambiente: Solos férteis, drenados e profundo.
Central	1958	17.013 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 18.101</i>	<u>Uibaí</u> , <u>Irecê</u> , <u>Itaguaçu da</u> <u>Bahia</u> , Palmeiras, Jussara, São Gabriel, Ibititá, Presidente Dutra	Cultura: Museu Arqueológico.
Gentio do Ouro	09.07.1927	10.622 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 11.381</i>	<u>Xique-Xique</u> , <u>Itaguaçu da</u> <u>Bahia</u> , <u>Uibaí</u> , <u>Ibipeba</u> e <u>Ipupiara</u>	Economia: Pecuária com rebanhos de equinos, bovinos, ovinos, caprinos, suínos. Anos anteriores mineração, ouro.
Ibipeba	19.09.1961	17.008 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 18.540</i>	<u>Barra do</u> <u>Mendes</u> , <u>Ibititá</u> , <u>Barro</u> <u>Alto</u> , <u>Gentio do</u> <u>Ouro</u> , <u>Itaguaçu</u> <u>da Bahia</u> , <u>Central</u>	Ambiente – Barragem, exemplo Mirorós Caatinga arbórea aberta, sem palmeiras.
Ibititá	17.10.1961	17.840 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa</i>	<u>Ibipeba</u> , <u>Lapão</u> , <u>Barro</u> <u>Alto</u> , Uibaí, Canarana, Presidente	Economia: Agricultura produção de <u>feijão</u> e <u>mamona</u> (maior produtor nacional no ano de 2004 (IBGE)).

		<i>IBGE/2014:</i> 18.740	Dutra	
Ipupiara	09.08.1958	9.285 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014:</i> 10.054	<u>Gentio do Ouro, Ibipeba, Barra do Mendes, Brotas de Macaúbas, Morpará e Xique-Xique</u>	Ambiente: Região montanhosa com vegetação Caatinga e da Chapada, córregos, reservatórios naturais de água doce e cachoeiras. Economia: Agricultura, produção de feijão, milho, mandioca, mamona, fumo de corda e pecuária com bovino, <u>equino</u> , <u>ovino</u> , <u>suíno</u> , caprino.
Irecê	31.05.1933	66.181 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014:</i> 74.730	João Dourado, Lapão, Ibititá, Central, Uibai, Presidente Dutra e São Gabriel	Ambiente: Situada na zona fisiográfica da Chapada Diamantina Setentrional, que abrange todo o Polígono das Secas. Pertence à bacia do São Francisco. Economia: Produção agrícola, com destaque nacional, já foi conhecida nacionalmente como a “capital do feijão”. Cultura agrícola atual: mamona, feijão, cebola, tomate, beterraba, cenoura. Educação: Possui Campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e um campus do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Cultura: Recebe muitos turistas na época dos festejos juninos. Tem alguns artistas musicais e poetas.
Itaguaçu da Bahia	24.02.1989	13.2019 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014:</i> 14.533	Jussara, Xique-Xique, Central	Sem dados e/ou informações.
João Dourado		22.549 habitantes IBGE/2010	Irecê, América Dourada, São Gabriel, Lapão	

		<i>Estimativa IBGE/2014: 24.894</i>		Sem dados e/ou informações.
Jussara	27.07.1985	15.052 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 15.844</i>	Sento Sé, São Gabriel, Central, Itaguaçu da Bahia	Sem dados e/ou informações.
Lapão	09.05.1985	25.646 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 27.432</i>	Irecê, Canarana, América Dourada, Ibititá, João Dourado.	Sem dados e/ou informações.
Mulungu do Morro	13.06.1989	12.249 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 12.398</i>	Cafarnaum, Souto Soares, Bonito, Canarana, Iraquara, Barro Alto	Sem dados e/ou informações.
Presidente Dutra	12.04.1952	13.750 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 14.672</i>	Uibai, Irecê, Central, Lapão, Ibititá	Economia: Baseada na agricultura compinha, manga, seriguela, atemoia e pecuária.

São Gabriel	25.02.1985	18.427 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 19.519</i>	Irecê, João Dourado, Morro do Chapéu, Presidente Dutra, Jussara	Economia: Produção de grãos com milho, mamona e feijão. Cultura – Por ter alguns poetas e outros artistas, o município tem um movimento cultural muito conhecido no estado, a “Cantoria de São Gabriel”, que ocorre anualmente.
Uibai		13.625 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 14.460</i>	Presidente Dutra, Central, Gentio do Ouro, Ibititá	Sem dados e/ou informações.
Xique-Xique	13.06.1832	45.536 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 48.210</i>	Itaguaçu da Bahia, Gentio do Ouro, Ipupiara, Morpará, Barra, Pilão Arcado	Ambiente: Localizado nas margens do rio São Francisco Economia: Além da irrigação, o município tira seu sustento no Rio São Francisco com pesca artesanal
20 cidades		402.826 habitantes IBGE/2010 <i>Estimativa IBGE/2014: 434.977</i>		

Elaborado pela autora, 2015. Fonte: IBGE e outros. Cidades.ibge.gov.br. Acesso em 31.03.2015 (Entre o período 31.03.2015 e 11.04.2015)

ANEXOS